



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

**ANÁLISE COMPARATIVA DO
JORNALISMO DE AMBIENTE: O CASO
DO JORNAL PÚBLICO**

Relatório de estágio apresentado à Universidade Católica
Portuguesa para obtenção do grau de mestre em Ciências da
Comunicação, Media e Jornalismo

Por

Maria Wilton Correia

Faculdade de Ciências Humanas

Setembro de 2018



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

**ANÁLISE COMPARATIVA DO
JORNALISMO DE AMBIENTE: O CASO
DO JORNAL PÚBLICO**

Relatório de estágio apresentado à Universidade Católica
Portuguesa para obtenção do grau de mestre em Ciências da
Comunicação, Media e Jornalismo

Por

Maria Wilton Correia

Faculdade de Ciências Humanas

Sob orientação científica de Professora Doutora Dora Santos Silva

Setembro de 2018

Resumo

O presente relatório de estágio propõe uma análise comparativa do jornalismo de ambiente praticado no jornal Público entre dois anos (1997 e 2017), resultando de um estágio realizado no mesmo. Nesta perspetiva, salientam-se os novos paradigmas na prática do jornalismo ambiental colocando quatro questões de investigação: “Qual a importância da cobertura do ambiente no jornal Público?”, “Quais as diferenças, a nível editorial, da cobertura de ambiente em 1997 e em 2017?”, “Qual a importância dos jornalistas especializados na cobertura do ambiente em 1997 e em 2017?” e “Qual o ponto de vista dos jornalistas do ambiente do Público em relação à prática em 1997 e em 2017?”.

Para responder a estas perguntas utilizou-se uma metodologia mista integrando entrevistas a ex-jornalistas, jornalistas e editores e uma análise de conteúdo de jornalismo de ambiente. Conclui-se que o jornalismo de ambiente no jornal Público continua a ter investimento apesar de ter ocorrido um corte neste tipo de jornalistas especializados. É também verificado que o espaço online é agora o maior local para notícias de ambiente, apesar de as suas potencialidades não serem totalmente exploradas.

Sendo um tema pouco explorado no panorama português e mesmo no panorama internacional, é expectável que a investigação sirva como base para outras futuras investigações no âmbito do jornalismo científico.

Palavras-chave: Jornalismo de ambiente, jornalismo especializado, jornalismo online, jornalismo científico

Abstract

The current internship report proposes a comparative analysis of the environmental journalism developed in the newspaper Público in two specific years: 1997 and 2017. In this perspective a spotlight is shun on the new ways of making environmental journalism, asking how important this journalism is in Público, what are the editorial differences in their environmental content in 1997 and in 2017, what is the importance of specialized journalists in the environmental news in 1997 and in 2017 and their point of view regarding this practice in both years.

To answer all these questions, a mixed methodology was key, combining interviews with ex-journalists, journalists and editors and a content analysis of environmental journalism. Findings suggest that environmental journalism in Público is still a priority, even though there was a cutback on this type of specialized journalists. Findings also imply that the online space is now the biggest outlet for environmental news – even though its full functionalities aren't being totally explored.

As this is not an extremely explored topic when it concerns the Portuguese panorama, or even the international one, in reality it is expected that the investigation will build a foundation for future ones in the field of scientific journalism.

Keywords: Environmental journalism, specialised journalism, online journalism, scientific journalism

Agradecimentos

Aos meus pais e a todo o incentivo que me deram em relação a mudar o rumo da minha vida: se não o tivessem feito não teria escrito um relatório de um estágio num jornal (algo que me deu prazer) mas sim uma tese em Microbiologia (algo que me deixaria infeliz). Obrigada por me motivarem e me proporcionarem uma profissão de que verdadeiramente gosto.

À minha irmã mais nova, pelo despertar súbito: se nunca tivesses ido para a Católica para comunicação nunca teria tido a minha epifania. Obrigada pelo companheirismo e pelas piadas parvas de gatos e tartarugas.

Aos meus irmãos mais velhos por serem cinco estrelas e por me terem dado sobrinhos maravilhosos, cuja alegria me faz esquecer os problemas quando preciso.

Ao meu namorado pela imensurável companhia, apoio e calma em tempos de ansiedade. Os dias em bibliotecas ou na minha casa de jantar foram menos sombrios porque lá estavas (como são todos os dias em que lá estás).

Aos meus amigos que, mesmo não percebendo o que andava a fazer, me apoiaram incondicionalmente em todas as minhas decisões, desde o primeiro dia.

À minha orientadora Dora Santos Silva por ter visto algo em mim que eu não via quando inicialmente nos conhecemos: eu era tímida e sabia pouco sobre jornalismo e senti-me capaz de enfrentar o mundo das letras quando concluí aquela cadeira (apesar de vírgulas e acentos continuarem a não ser o meu forte). Obrigada pela aposta em mim, professora, e pela dedicação e preocupação. Oxalá todos os mestrandos tivessem orientadores tão bons como o meu.

Ao Público por me ter permitido realizar este estudo e por me ter dado a melhor escola de jornalismo que podia ter tido, elevando as minhas expectativas para o futuro. À Cristiana e ao João Pincha por me terem acolhido tão bem no Local Lisboa e a todos os outros que me acolheram no jornal. O meu estágio foi infinitas vezes melhor por ter a vossa companhia.

Às minhas colegas de mestrado Sara e Inês, pelo apoio e amizade que sei que é para durar e a todas as meninas da conversa do *Facebook* que me fez aguentar muitas aulas aborrecidas.

Ao meu gato, por me fazer companhia em longos dias de escrita.

E por fim, obrigada a todos o que de alguma forma fizeram parte desta nova etapa da minha vida e ofereceram tempo, conselhos ou mesmo um sorriso. Saio do outro lado sem acreditar que a minha vida de estudante terminou (por agora!) e que sou oficialmente uma adulta.

Índice

Introdução	1
Capítulo I - Caracterização do Público	4
1.1 História do jornal	4
1.2 Público Hoje	6
1.3 Modelo de negócio	7
1.3.1 Edição impressa	7
1.3.2 Edição online	8
Capítulo II - Experiência de estágio	10
Capítulo III - O jornalismo de ambiente no atual contexto mediático	15
3.1 Jornalismo especializado: o caso do jornalismo de ambiente	16
3.1.1 A importância do jornalismo especializado	16
3.1.2 Especificidades da comunicação de ciência	19
3.1.2.1 Evolução de comunicação de ciência, políticas ambientais e jornalismo de ambiente	23
3.1.3 O jornalismo de ambiente: complexidade e actualidade	25
O que é tema de ambiente?	26
Quem são os jornalistas de ambiente?	29
Que desafios tem o jornalismo de ambiente?	30
3.1.3.1 Em Portugal e no Mundo	31
3.2 A crise dos media e o impacto no jornalismo especializado	33
3.2.1 O novo ecossistema digital	37
3.2.1.1 Modelos de negócio	40
3.2.2 Reconfiguração do jornalismo de ambiente na era digital	42
3.2.2.1 Atualidade do jornalismo de ambiente online em Portugal	46
Capítulo IV - Desenho de estudo	48
4.1 Objeto de estudo, pergunta de partida e questões de investigação	48

4.2 Metodologia de investigação	49
4.3 Características do corpus de análise	49
4.3.1 Análise cobertura noticiosa	49
4.3.1.1 Categorias de análise (papel)	52
4.3.1.2 Categorias de análise (online)	53
4.3.2 Entrevistas aos jornalistas e ex-jornalistas de ambiente do Público	54
Capítulo V - Resumos das entrevistas	56
5.1 Ricardo Garcia	56
5.2 António Granado	57
5.3 Ana Fernandes	58
5.4 Idálio Revez	59
5.5 Cláudia Carvalho Silva	60
5.6 Diogo Queiroz de Andrade	62
Capítulo VII - Apresentação dos resultados	63
6.1 Apresentação dos resultados	63
6.1.1 Notícias no papel	63
6.1.2 Notícias online	74
Conclusão	80
Referências Bibliográficas	85
ANEXOS	95

Índice de anexos

Anexo A - Entrevistas realizadas

1. Ricardo Garcia
2. António Granado
3. Ana Fernandes
4. Idálio Revez
5. Cláudia Carvalho Silva
6. Diogo Queiroz de Andrade

Anexo B - Grelhas de análise dos conteúdos noticiosos do Público

1. 1997 (1)
2. 1997 (2)
3. 2017 Papel
4. 2017 Papel
5. 2017 Online - Hipertextualidade
6. 2017 Online - Multimedialidade
7. 2017 Online - Interatividade

Anexo C - Referências obtidas no arquivo do Público

1. Nota de rodapé (1)
2. Nota de rodapé (2) e (3)

Índice de figuras

Figura 1- Tiragem e circulação do Jornal Público ao longo dos anos (Fonte: APCT)

Figura 2- Tráfego do Jornal Público online no ano de 2017 (Fonte: netScope by Marktest)

Figura 3- Número de artigos sobre alterações climáticas no Correio da Manhã e Público, 1990-2007 (Carvalho & Pereira, 2009)

Figura 4- Mudança estimada em receitas totais de publicação de jornais, 2007-2009 (Levy & Nielsen, 2010)

Figura 5- Evolução de número de jornalistas em redações, 1978-2008 (Meyer, 2009)

Figura 6- Exemplos de notícias relacionadas (Fonte: Website do Público)

Índice de gráficos

- Gráfico 1** - Notícias de ambiente no jornal Público
- Gráfico 2** - Número de notícias de ambiente no jornal Público por dia
- Gráfico 3** - Classificação de peças por autor da notícia
- Gráfico 4** - Comparação do número de autores com o número de notícias assinadas
- Gráfico 5** - Comparação da frequência de peças ambiente por secção
- Gráfico 6** - Comparação da frequência de peças ambiente por secção (excluindo as peças do online em 2017)
- Gráfico 7** - Classificação de peças por género jornalístico
- Gráfico 8** - Amplitude das notícias de ambiente analisadas
- Gráfico 9** - Proveniência de fontes jornalísticas em 1997
- Gráfico 10** - Proveniência de fontes jornalísticas em 2017
- Gráfico 11** - Ângulo de abordagem imperativo nas notícias analisadas em 1997 e 2017
- Gráfico 12** - Valor-notícia imperativo nas notícias analisadas em 1997 e 2017
- Gráfico 13** - Percentagem de notícias saídas com imagem (apenas no papel)
- Gráfico 14** - Multimedialidade: os vários tipos de linguagem
- Gráfico 15** - Hipertextualidade: Destino dos links
- Gráfico 16** - Hipertextualidade: Propósito dos links
- Gráfico 17** - Interatividade: a interação jornalista/leitor
- Gráfico 18** - Interatividade: nº de partilhas
- Gráfico 19** - Interatividade: nº de comentários

Introdução

Não restam sombras de dúvida de como a Internet mudou profundamente todos os aspetos da vida, nomeadamente os profissionais através da abertura de novos campos de investigação. Um dos meios profundamente afetados pela emergência da Internet foi o jornalismo de imprensa.

No entanto, é também certo que antes da Internet a produção de conteúdo jornalístico já acontecia há séculos, apenas com paradigmas de produção diferentes, paradigmas esses que poderiam privilegiar outros tipos de conteúdos diferentes daqueles que o são hoje em dia.

Não só esta mudança de paradigma introduzida pela Internet, mas também uma adicional mudança de cenário acrescentada pela crise financeira de 2007-2008 impulsionou uma crise no jornalismo, especialmente na imprensa, que se viu igualmente atraída e ameaçada pela Internet – querendo divulgar os seus conteúdos, mas sem os querer disponibilizar gratuitamente.

Os constrangimentos nas redações atingiram o mundo inteiro e foram vários os jornalistas que tiveram que abandonar a sua profissão de muitos anos, sendo que muitos destes jornalistas eram aquilo a que se chamam “especializados” – jornalistas que cobrem um tópico particular há muito tempo e que conhecem todas as nuances do mesmo.

O jornalismo ambiental, um tipo de jornalismo com muitos jornalistas especializados, é uma área definida por não ter uma editoria definida e por ser uma área transversal e móvel, que pode ser coberta por variadas editorias, algo que se apresentou como uma fragilidade especial nesta mudança de paradigma.

Ao introduzir o jornalismo ambiental nesta equação chega-se ao objetivo deste relatório: tentar averiguar qual a diferença de cobertura antes de a Internet se encontrar bem estabelecida e da crise (10 anos antes) e depois de ambos (10 anos depois). Tendo por raiz uma motivação pessoal de convergir temáticas de interesse (a ciência vinda de uma licenciatura em Biologia e o jornalismo derivado do mestrado de Ciências da Comunicação) e de aplicar os conhecimentos adquiridos em ambos os campos num estágio, foi natural a escolha do jornal Público como local de execução do mesmo.

Como jornal de referência português, o Público é conhecido por ter uma rica cobertura de todos os assuntos, nomeadamente por continuar a ter uma editoria de ciência e por

privilegiar cobertura ambiental desde a sua génese - já que também José Manuel Fernandes, jornalista e ex-diretor do jornal, é licenciado em Biologia.

No âmbito desta pesquisa e objetivo, colocam-se algumas questões de investigação: “Qual a importância da cobertura do ambiente no jornal Público?”, “Quais as diferenças, a nível editorial, da cobertura de ambiente em 1997 e em 2017?”, “Qual a importância dos jornalistas especializados na cobertura do ambiente em 1997 e em 2017?”, “Qual o ponto de vista dos jornalistas do ambiente do Público em relação à prática em 1997 e em 2017?”

Para responder a estas perguntas foi utilizada uma metodologia mista, baseada na análise de conteúdo de uma amostra de duas semanas estruturadas em 1997/1998 e em 2017/2018, sendo que o segundo abrange o período de estágio desenvolvido na empresa. A análise de conteúdo foi complementada por entrevistas semiestruturadas a ex-jornalistas e jornalistas de ambiente do Público, com vista a averiguar o papel dos jornalistas especializados na cobertura do ambiente no jornal e qual a perspetiva dos mesmos em relação à cobertura em 1997 e em 2017.

Esta metodologia mista ajuda a obter uma reflexão mais aprofundada e rica da abordagem editorial que o jornal Público tinha em 1997 e tem agora em relação à cobertura de ambiente.

Neste sentido, este relatório encontra-se dividido em seis capítulos. O primeiro diz respeito ao local de estágio e a uma pequena contextualização do jornal Público desde a sua fundação (1.1) até aos dias de hoje (1.2). É focado o percurso de circulação e tiragem do jornal bem como a atual constituição da redação. Em 1.3 fala-se ainda do modelo de negócio do jornal na sua génese e no seu modelo de negócio atual.

No capítulo 2 descreve-se em profundidade a experiência de estágio na secção Local Lisboa de outubro de 2017 a abril de 2018, sintetizando um normal dia na função, as tarefas normais de um estagiário, os pontos positivos e negativos da experiência e ainda as principais peças desenvolvidas durante o mesmo (que se encontram em rodapé).

Ao longo do terceiro capítulo é definido o estado de arte necessário à análise que será feita posteriormente. Em 3.1 introduz-se o jornalismo de ambiente, começando por se definir jornalismo especializado (3.1.1), explicando a sua importância, enumerando os diferentes tipos de jornalismo especializado que existem e as maneiras pelas quais um profissional se pode tornar jornalista especializado. Este início faz ponte com a comunicação de ciência

(3.1.2), um tipo de comunicação especializada que se liga necessariamente com o jornalismo científico. A partir daqui, em 3.1.3 são descritas as principais problemáticas do jornalismo de ambiente, através de autores e textos de referência. O segundo sub-capítulo (3.2) oferece um contexto acerca da crise do jornalismo e tenta relacioná-lo com o declínio em alguns campos de jornalismo especializado. Em 3.2.2 confirma-se que, se por um lado, o jornalismo de ambiente é um dos campos de jornalismo especializado que podem ter sofrido algum desinvestimento, por outro verifica-se que a Internet poderá ter resposta para alguns dos constrangimentos que os meios tradicionais da imprensa apresentam.

No capítulo 4 procede-se ao desenho de estudo com delineamento dos objetivos, perguntas de partida e hipóteses, explicitando-se os métodos escolhidos para fazer esta análise (4.2), como se chegou ao corpus de análise e qual a lógica por detrás das escolhas de entrevistados.

Já que as entrevistas realizadas obtiveram respostas de elevado valor investigativo e de modo a que estas não ficassem apenas confinadas aos anexos, decidiu-se criar um capítulo adicional, o quinto, que constará apenas de pequenos resumos das entrevistas, que tentaram esclarecer um pouco não só o tipo de perguntas, mas também a opinião de cada jornalista especializado.

Ao chegar ao capítulo 6, são apresentados os resultados das análises da cobertura, numa comparação entre 1997 e 2017 e os mesmos são mais tarde confrontados com os resultados das entrevistas por vista a tirar algumas conclusões acerca das coberturas de ambiente no jornal Público em 1997 e em 2017.

Capítulo 1 - Caracterização do Público

1.1 História do jornal

O jornal Público é um jornal diário português fundado em 1989 e lançado pela primeira vez a 5 de março de 1990 com uma tiragem de 120 mil exemplares.

Foi em abril de 1989 que dois membros da direção do jornal Expresso, Vicente Jorge Silva e Jorge Wemans, juntamente com três jornalistas do quadro saíram do mesmo para participar na fundação de um novo jornal, financiado pelo empresário Belmiro de Azevedo. A empresa Público, Comunicação Social S.A. foi então constituída no dia 31 de outubro de 1989.

O seu lançamento inicial estaria previsto para janeiro de 1990; no entanto, devido a problemas de impressão simultânea em Lisboa e no Porto, impressão essa atribuída à Lisgráfica, terá sido adiado.

Ao ser lançado, o jornal Público pretendia ser “uma lufada de ar fresco” (Nobre-Correia, 2010)¹ no panorama da imprensa da época e o seu lançamento foi descrito na imprensa estrangeira como a mais ambiciosa ventura (Blum, 1990)² até à data na expansão da imprensa privada.

A ideia era romper várias regras: formato tablóide e impresso a cores (contrariava o cânone de jornais de referência) com duas edições simultâneas com cadernos locais diferentes em Lisboa e no Porto. Os suplementos eram a cores e saía um por dia: Economia (Segunda-feira), Leituras (Terça-feira), Videodiscos (Quarta-feira), Hoje e amanhã (Quinta-feira), A Semana (Sexta-feira), Jogos (Sábado) e Magazine (Domingo).

O seu estatuto editorial, publicado na primeira edição, defendia que o jornal seria um projeto de informação que acompanharia as mudanças tecnológicas, sem qualquer dependência de ordem ideológica, política e económica, e se inscreveria num jornalismo exigente e de qualidade, recusando o sensacionalismo e jornalismo tablóide que visava acima de tudo informar e responder aos leitores.

¹ Retirado do arquivo do jornal Público, não disponível online. Cópia da notícia em anexo.

² Retirado do arquivo do jornal Público, não disponível online. Cópia da notícia em anexo.

O investimento inicial da Sonae era de dois milhões de contos (dez milhões de euros), distribuído entre equipamento informático, maquinaria pesada e recursos humanos.

Num balanço de um primeiro ano de funcionamento (feito na edição do 28º aniversário do jornal), deu-se conta de 284 pessoas no quadro (187 na área editorial), 114 colaboradores permanentes, 60 correspondentes, 21 colunistas ou cartoonistas e 37 352 000 unidades impressas.

Em 1991 o jornal integrou-se na World Media Network, uma associação de diversos jornais de referência no mundo, com a qual publicou vários suplementos especiais. No ano seguinte, a empresa tinha 321 trabalhadores com contrato permanente.

O Público foi o primeiro jornal nacional a ter redação totalmente informatizada (mas o segundo a ter um website, a seguir ao Jornal de Notícias) e, no dia 22 de setembro de 1995, foi criado o Público Online.

Adicionalmente à edição *Local Lisboa* e *Local Porto*, foi lançada em 2002 uma edição *Local Minho* e em 2003 uma edição *Local Centro* (por meio de cadernos), sendo que ambas encerraram em 2004 e 2005, respetivamente.

Em 2007, o jornal fez da sua missão reinventar-se de modo a tentar colmatar perdas financeiras e sofreu uma reestruturação gráfica (com utilização de cor em todas as páginas) seguida de uma editorial, que pretendia assemelhar as secções do Público às utilizadas nos telejornais. Os preços de publicidade baixaram e o número de chefes de redação triplicou de 4 para 12.

O jornal teve ainda variados cadernos suplementares (agora extintos) como é o caso dos iniciais cadernos de Jogos, Videodiscos, Férias, Fim-de-semana e Pop Rock, os suplementos Computadores, Zoom, Sons, Artes e Ócios e a partir de 2000, o Mil-Folhas e Cidades bem como a revista Pública (antiga revista Xis).

Ao longo dos seus 20 anos de existência, o Público editou dezenas de colecionáveis (dos quais foi pioneiro na imprensa portuguesa, em 1992), suplementos especiais, livros, enciclopédias, CDs, CD-ROMs (a partir de 1999) e DVDs (a partir de 2003).

1.2 Público Hoje

Atualmente o jornal é considerado uma publicação de referência no país, cuja linha editorial passa pelo rigor, qualidade, independência, isenção e pluralismo. O jornal faz parte do grupo empresarial Sonaecom, detido por Paulo de Azevedo.

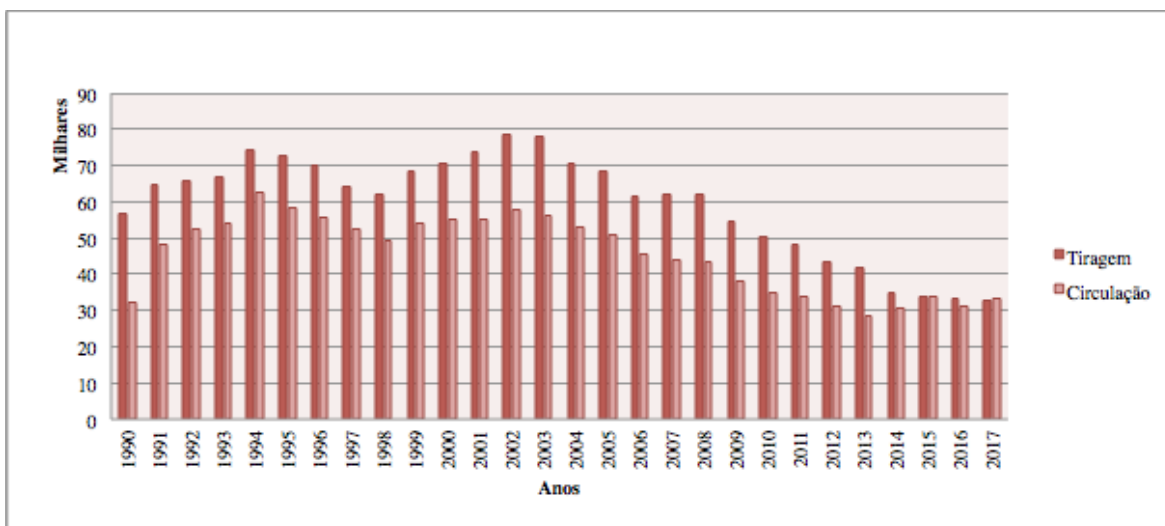


Figura 1- Tiragem e circulação do Jornal Público ao longo dos anos (Fonte: APCT)

Segundo o Reuters Institute for the Study of Journalism (2016) 27% dos utilizadores em Portugal considera o jornal Público (juntamente com a SIC Notícias) os melhores media para notícias de confiança.

Em janeiro de 2018, o Público era dirigido por David Dinis e por três diretores-adjuntos: Diogo Queiroz de Andrade, Tiago Luz Pedro e Vítor Costa.³

O Público é composto por 9 editorias, sendo elas *Online*, *Política*, *Sociedade*, *Local*, *Economia*, *Mundo*, *Ciência*, *Cultura* e *Desporto*. São ainda impressas diariamente duas edições, Lisboa e Porto, cada uma com a sua secção de local.

Existem vários cadernos que vêm com o jornal e que estão também disponíveis online: o Inimigo Público (dedicado à sátira informativa) e o Ípsilon (de conteúdo cultural) às sextas, o Fugas (dedicado à gastronomia e lazer) aos sábados e o P2 (dedicado a longas reportagens) aos Domingos.

³ Em julho de 2018, durante o tempo de escrita deste relatório, Diogo Queiroz de Andrade e David Dinis retiraram-se dos seus postos de trabalho e Manuel Carvalho passou a ser o novo diretor do jornal.

No Online existem ainda três projetos do jornal: o Culto dedicado ao lifestyle; o P3, projeto de jornalismo destinado a um público mais jovem e o P24, financiado em parte pela Google, destinado à criação de podcasts informativos.

Tal como em muitas outras redações nacionais, a secção “ambiente” no Público é uma secção móvel e não oficialmente definida como editoria. As peças dedicadas ao tema podem aparecer em qualquer outra editoria mas, por norma, aparecem numa das seguintes: *Sociedade, Local, Economia* ou *Ciência*.

1.3 Modelo de negócio

1.3.1 Edição impressa

Em 2010, J.M. Nobre-Correia, professor universitário na Universidade Livre de Bruxelas, escreveu num texto de opinião publicado no Diário de Notícias (Nobre-Correia, 2010)⁴ que, ao ser lançado, o Público apresentava três anomalias: o projeto era megalómano (dotado de meios humanos e técnicos em demasia), a exploração comercial não teria sido prevista suficientemente bem para estar à altura das ambições e que a direção editorial teria que inspirar serenidade e ponderação na abordagem da atualidade, algo que, na sua opinião, não acontecia.

Um balanço económico feito após cinco anos de tiragem dava ao jornal 500 mil contos (2.493.989 €) de receitas; no entanto, o lucro do jornal nunca chegava a materializar-se, já que a tiragem ultrapassava sempre as vendas. Mas nem sempre o lucro equivaleria sempre a vendas de jornais, já que o grupo Público fez do seu modelo de negócio venda de outros produtos com o jornal, tendo inclusive criado uma loja física na redação e uma pop-up no centro comercial Colombo.

O primeiro ano em que o jornal teve lucro foi em 1994, com uma verba de 130 mil contos (648.437 €), mas em 1995 o prejuízo foi de 683 mil contos (3.406.790 €).

Em 2004 o Público voltou a registar lucro, passando de prejuízo de 0,8 milhões de euros para lucro de 32 mil euros.

Em 2006 a TVI (TVI, 2006) deu conta do aumento de prejuízos em 100% entre janeiro e setembro desse mesmo mês, totalizando 3,49 milhões de euros.

⁴ Retirado do arquivo do jornal Público, não disponível online. Cópia da notícia em anexo.

Ao longo dos anos o Público sofreu vários cortes de pessoal, como é o caso do despedimento coletivo da direção editorial do jornal em 1996, a redução de quadros derivada da reestruturação em 2006 (levando à saída de 80 colaboradores) e o plano de redução de custos em 2012, que previa a dispensa de 48 trabalhadores da empresa. Em reação os trabalhadores enviaram um mandato aos sindicatos para iniciar um processo de greve.

A 13 de Novembro de 2017 o Jornal de Negócios noticiou (Ribeiro, 2017) que a Sonaecom registou lucro de 25 milhões de euros nos primeiros nove meses do ano e que, no departamento de media, o jornal Público teria tido um desempenho positivo nas receitas de publicidade online, bem como um crescimento nas receitas de subscrição online gerando crescimento de 3,9% nas receitas.

Foi ainda destacado que os lucros brutos recorrentes do jornal, “apesar de negativos, registaram um crescimento de 25%” face aos primeiros nove meses de 2016.

1.3.2 Edição online

O Público criou o seu website em 1995, mas foi apenas com a sua reestruturação em 2005 que decidiu mudar o modelo de negócio do online e rentabilizá-lo, passando a cobrar 20 euros por ano para aceder à versão online, oferecendo ainda conteúdos exclusivos.

Ao longo dos anos, e devido ao grande investimento feito pelo jornal em novas maneiras de contar histórias no digital, o website ganhou mais de vinte prémios europeus, incluindo um reconhecimento do European Newspaper Award em 2013 e o Prémio de Design ÑH em 2014 (Silva, 2016).

Em 2014, entre os diários generalistas, o Público era aquele com mais assinaturas, com uma média de 6626, o que apresentava um crescimento de 72% face ao ano anterior. Em julho de 2014 o jornal tinha 7108 assinaturas (J. P. Pereira, 2014).

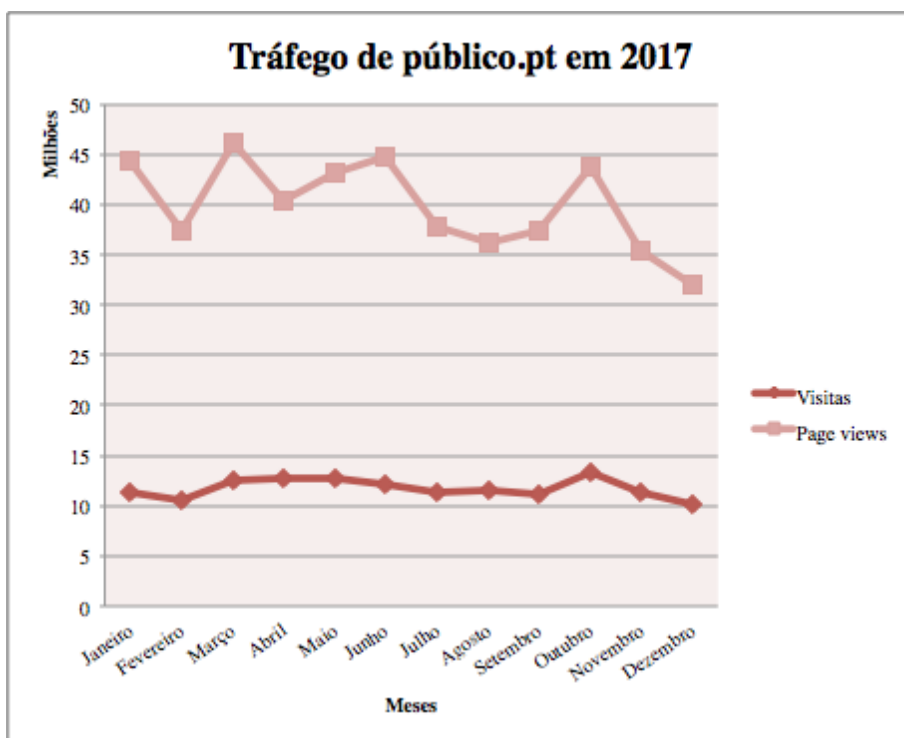


Figura 2- Tráfego do Jornal Público online no ano de 2017 (Fonte: netScope by Marktest)

No ano de 2017 o website publico.pt teve 140 367 651 visitas e 478 785 681 *page views*, sendo sido o terceiro jornal diário generalista mais visitado (a seguir ao Correio da Manhã e ao Jornal de Notícias).

Em Maio de 2018, o jornal cobrava 99,99 € pela sua assinatura anual ou 28€ para a assinatura estudante que complementava com variadas mais-valias para os assinantes.

Capítulo 2 - Experiência de estágio

O estágio curricular realizado no jornal Público decorreu no âmbito de obtenção de grau de mestre no mestrado de Ciências da Comunicação, na vertente Jornalismo e Media da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa.

Com uma licenciatura realizada na área das ciências, em Biologia, o local de estágio foi escolhido com base no desejo de ingressar na editoria de *Ciência* do jornal e no conhecimento prévio da reputação de referência da publicação.

O estágio, realizado entre 9 de outubro de 2017 a 6 de abril de 2018, acabou por ser feito na editoria *Local Lisboa*, sob a mentoria da editora Ana Fernandes, o que possibilitou a saída da zona de conforto e a aprendizagem de jornalismo de conhecimento menos afunilado. O início de estágio foi um pouco inesperado, já que, ao chegar à redação no dia 2 de outubro, ainda se encontrava uma estagiária no meu lugar, que aí ia permanecer durante mais uma semana. Por isso mesmo, o estágio só teve início no dia 9 de outubro.

Fui muito bem acolhida pela secretária da redação, Isabel Anselmo, que me explicou as dinâmicas do jornal e também pelos colegas da editoria Cristiana Faria Moreira e João Pedro Pincha que me mostraram e ensinaram tudo o que tinha que fazer – sendo a minha relação com a editora mais estritamente profissional (algo que se manteve durante todo o estágio).

Talvez por esta relação se ter mantido estritamente profissional não houve grande acompanhamento durante o estágio, algo que terá sido talvez uma das maiores desvantagens: ninguém sabia ao certo qual era a data de final de estágio; não tinha horas fixas de entrada e saída (e nunca me era dito que podia sair quando já não tinha trabalho para fazer), e no primeiro dia fui imediatamente a uma conferência de imprensa, sem nunca ter tido contacto com esse mundo. No entanto, isto acabou também por ser uma das maiores vantagens já que me obrigou a desvencilhar sozinha e a ser um pouco autodidata no mundo jornalístico.

Um dia normal no estágio consistia em aproximadamente oito horas na redação, com horário sensivelmente entre as 10h30 e as 18h30 (com exceção dos dias em que havia trabalho para lá das 18h30), cujo trabalho alternava entre ideias próprias, peças pedidas pela editora e oportunidades que surgiam no decorrer do estágio de outras editorias. Uma estimativa desta distribuição seria 50% peças dadas pela editora, 25% por outros colegas e 25% de sugestão própria. No final do estágio, as peças de sugestão aumentaram.

De manhã, por regra geral consultava-se todos os websites de notícias e lia-se o jornal do dia anterior. Isto era algo que decorria até aproximadamente ao meio-dia, hora em que os editores saíam da reunião onde planeavam o conteúdo para o dia seguinte. A partir da reunião ou de e-mails que chegavam à editora surgiam (ou não) peças a serem escritas no dia.

Caso não surgissem, era dever da estagiária consultar agências noticiosas como a Lusa (a única aplicável para a secção *Local*) puxando-as sempre que achasse necessário para a editoria e também passar vistoria nos websites de notícias de concorrência direta (Diário de Notícias ou Observador) ou websites específicos para a editoria. Alguns websites mais específicos para o *Local Lisboa* eram O Corvo (revista online de Lisboa), a Time Out, grupos de cidadãos no Facebook (Vizinhos do Areeiro, Vizinhos da Penha de França, Vizinhos de Alvalade) e o Fórum Cidadania Lisboa.

Alguns pontos menos positivos da experiência foram o facto de a editora, por ter muitos correspondentes de variadas partes do país (aproximadamente cinco correspondentes para edição Lisboa e cinco para Porto) e por ainda escrever algumas peças de ambiente a pedido do diretor, acabar por nem sempre precisar do trabalho de um estagiário, havendo bastantes dias em que não havia nada para fazer, especialmente no final do estágio. Esses dias totalizaram aproximadamente os 20 dias úteis e durante os mesmos as minhas sugestões eram mais frequentes, para tentar não ficar o dia inteiro a fazer funções rotineiras de estágio durante oito horas (ver a Lusa e outros websites noticiosos). Estas sugestões eram mais vezes recusadas do que aceites.

Ao longo do tempo fui-me apercebendo que a melhor maneira de ter trabalho mais regular era mesmo sugerir ideias para peças baseadas em notícias de um dos websites de lazer como o NiT ou a Time Out. Estas eram peças curtas com potencial para maior desenvolvimento da história que normalmente não eram noticiadas pela concorrência direta – Diário de Notícias ou Observador.

Num modo geral eram feitas três a quatro peças (duas a três colunas) por semana, e de duas em duas semanas aproximadamente havia oportunidade de escrita de uma abertura, um plano ou uma reportagem de maiores dimensões. Após serem escritas, estas eram colocadas no *backoffice*, software interno do jornal Público, que requeria imagem (do banco de imagens ou tirada especificamente para a peça), título, entrada, corpo de texto (normalmente escrito em Word previamente), *tags*, editoria e autor. Todas as peças eram colocadas, mas não publicadas, antes de serem revistas pela editora do *Local Lisboa* ou, na sua ausência, pelo editor do *Local Porto*, Abel Coentrão. Após a edição, era

ocasionalmente dito o que poderia ser melhorado na maneira de escrita ou se as edições estavam de acordo com o que era inicialmente pretendido dizer.

Devido à natureza da editoria onde me encontrava, houve muitas oportunidades para sair da redação, a um ritmo quase semanal. Saía para conferências de imprensa (variadas na Câmara de Lisboa, como a apresentação de um programa de apoio a idosos em parceria com a Santa Casa da Misericórdia⁵), para entrevistar pessoas para uma certa estória (Uma barbeira da Penha de França⁶) ou para investigar um pouco mais acerca de uma peça, indo diretamente ao local e tentando encontrar pessoas que soubessem mais acerca do assunto em questão (como foi o caso da história do jardim do Arco do Cego).

Tendo em conta que são os jornalistas da secção *Local* (Lisboa e Porto) que fazem muitas vezes alguns segmentos da revista de lazer *Fugas*, houve oportunidade de fazer várias peças para a secção “Bares” e “Crianças”. Como tal, o contacto com a Sandra Costa, editora do *Fugas* foi também regular e estabelecido a partir da Cristiana Moreira. A partir daí, tanto da parte da editora como da minha parte surgiram ideias de histórias, algo que me foi extremamente proveitoso pois permitiu desenvolver um tipo de jornalismo diferente, que gostei muito. Foram visitados vários cafés para a secção “Bares” e espaços ou eventos infantis para a secção “Crianças”, como é caso do Ohana by Naz⁷ e a Oficina das Pulgas⁸.

Durante o estágio na secção *Local Lisboa* foi ainda apresentada a oportunidade de fazer peças relativas ao ambiente^{9,10}, já que a editora Ana Fernandes tem historial de jornalismo na área.

Isto contribuiu para o objetivo do estudo realizado neste âmbito, pois foi possível ter a perceção da realidade de que o ambiente é uma secção móvel e de que não havia um jornalista especializado a cobri-lo.

⁵ <https://www.publico.pt/2018/02/02/local/noticia/parceria-entre-a-santa-casa-da-misericordia-e-lisboa-aloca-140-milhoes-para-populacao-idosa-1801788>

⁶ <https://www.publico.pt/2018/03/16/local/noticia/a-barbeiro-mais-antiga-de-portugal-que-correu-mundo-sem-sair-da-penha-de-franca-1806804>

⁷ <https://www.publico.pt/2017/12/08/fugas/noticia/mudar-a-cara-do-vegetarianismo-um-brunch-de-cada-vez-1794970>

⁸ <https://www.publico.pt/2018/01/27/fugas/noticia/nem-so-com-insuflaveis-se-diverte-uma-crianca-1800437>

⁹ <https://www.publico.pt/2018/01/15/local/noticia/ambientalistas-denunciam-remocao-indevida-de-arvores-na-construcao-da-torre-de-picoas-1798723>

¹⁰ <https://www.publico.pt/2017/12/04/ecosfera/noticia/nao-sabe-qual-a-especie-a-wilder-responde-1794477>

Muitas vezes os temas eram bastante complexos, até para alguém que teve formação na área de Biologia, pois havia pouco contexto e conhecimento prévio do que já tinha sido discutido, pelo que se tornava complicado descortinar qual seria o próximo passo no tratamento de tal assunto.

Ao ter perceção de que já teriam existido jornalistas especializados no jornal, surgiu a curiosidade de verificar se isso contribuía ou não para a cobertura do tópico, comparando para isso a cobertura de ambiente nessa altura e a cobertura atual.

Uma das peças-chave realizadas durante o estágio foi uma peça sobre a Carris, no âmbito do seu primeiro aniversário sobre a tutela da Câmara Municipal de Lisboa, que consistiu em andar de transportes da empresa e falar com os seus utentes, recolhendo opiniões acerca da performance. A peça¹¹ foi publicada dia 21 de novembro e saiu na edição impressa na secção de Economia. No dia 9 de dezembro foi noticiada no sexto lugar do Top 10 das mais lidas.

A segunda peça-chave realizada foi uma peça de ideia própria, um plano de nome “A inovação em Lisboa faz-se em locais com história”¹², que pretendia explorar a utilização de antigos e históricos edifícios da cidade para locais de empreendedorismo de sucesso.

Outras peças de destaque foram “Achados arqueológicos atrasam reparação do trajecto do eléctrico 28”¹³ e “Há uma portuguesa entre as finalistas da “árvore europeia do ano””¹⁴ pelo seu elevado número de partilhas e “A barbeira mais antiga de Portugal que correu mundo sem sair da Penha de França”, uma história de sugestão própria que consistiu numa entrevista a uma barbeira portuguesa previamente fotografada pela agência noticiosa AFP.

Algumas peças que trouxeram algum tipo de desafio foram, por exemplo, a abertura do *Local Lisboa* intitulada “Medina: “Se há algo que nos distingue para pior é a mobilidade””¹⁵. A mesma foi obtida após assistir à conferência de imprensa de

¹¹ <https://www.publico.pt/2017/11/21/economia/noticia/eles-querem-mudar-tudo-e-nao-conseguem-mudar-nada-1793207>

¹² <https://www.publico.pt/2017/12/17/local/noticia/a-inovacao-em-lisboa-fazse-em-locais-com-historia-1796018>

¹³ <https://www.publico.pt/2018/04/02/local/noticia/achados-arqueologicos-na-cerne-do-atraso-na-reparacao-do-trajecto-do-electrico-28-1808855>

¹⁴ <https://www.publico.pt/2018/02/01/ecosfera/noticia/sobreiro-assobiador-de-palmela-e-finalista-para-ser-arvore-do-ano-1801680>

¹⁵ <https://www.publico.pt/2018/02/27/local/noticia/medina-se-ha-algo-que-nos-distingue-para-pior-em-relacao-a-outras-metropoles-e-a-mobilidade-1804679>

apresentação do Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas da Área Metropolitana de Lisboa (cuja a ida ao mesmo foi de sugestão própria) e o desafio apresentou-se pois só cheguei à redação por volta das 14h e foi-me dito quando cheguei que o meu texto seria a abertura. A falta de tempo deu azo a algumas inconsistências de conteúdo pois não tive tempo adicional para fazer pesquisa.

Noutro caso, a peça “O Jardim do Arco do Cego fechou para obras e já reabriu. Para tudo ficar na mesma”¹⁶apresentou uma dificuldade de cariz diferente. Para ser escrita foi necessário deslocar-me ao local e falar com as pessoas frequentadoras do jardim e donas de negócios cerca do mesmo, bem como falar com a presidente da Junta de Freguesia das Avenidas Novas. A mesma ofereceu um comentário pessoal acerca das intervenções, mas não gostou da maneira como ele foi enquadrado (algumas das intervenções dela e o título tinham sido alterados pela editora) e, portanto, ligou para o jornal no dia de publicação a querer falar com o diretor. Depois de falar comigo e após isso com a editora foi feito um “O Público errou” a retificar uma das frases que a queixosa salientou.

Durante o estágio foram escritas ao todo aproximadamente 72 peças (30 das quais apenas no online) sob a autoria “Maria Wilton” e mais cinco sob a autoria de “Público”. As peças eram quase sempre publicadas, mas ainda assim havia peças escritas que acabaram por não ser publicadas. Na penúltima semana de estágio foram realizadas três peças completas e prontas que acabaram por não ser publicadas.

¹⁶ <https://www.publico.pt/2018/01/31/local/noticia/afinal-o-que-mudou-no-jardim-do-arco-do-cego-1801316>

Capítulo 3 - O jornalismo de ambiente no atual contexto mediático

Nas últimas décadas, diversos estudiosos do jornalismo têm-se dedicado a mapear transformações estruturantes do campo (Zelizer, 2008 e 2009; Sant'Anna, 2008; Anderson, Belle, Shirky, 2012). Entre elas, são destacadas mudanças de caráter “qualitativo”, como a crescente “tabloidização” da imprensa e o enfraquecimento de valores consagrados da regulação profissional jornalística, e outras de caráter “quantitativo”, como a queda de tiragem de jornais impressos e da popularidade de telejornais, o abalo financeiro do mercado jornalístico com o conseqüente corte de quadros profissionais, a redução da receita de empresas jornalísticas e mesmo a descontinuação de publicações tradicionais. (Manna, Jácome & Ferreira, 2017)

Na sociedade contemporânea, existem variadas formas pelas quais o ambiente se cruza com o espaço público e a potenciação da mensagem dos meios de comunicação de massa como gerador de debate poderá ser um bom caminho para que a temática se torne parte do plano principal da humanidade (Pereira, 2009).

Apesar de a história do jornalismo ser anterior ao surgimento de preocupações ambientais, o facto é que os seus caminhos acabaram por se cruzar, já que a importância crescente do jornalismo de imprensa trouxe necessidade de reportar às populações uma maior variedade de assuntos, entre os quais o ambiente.

Para refletir sobre o jornalismo de ambiente na atualidade é necessária a definição de alguns conceitos e história que os interliga, bem como um afinamento desses mesmos conceitos.

3.1 Jornalismo especializado: o caso do jornalismo de ambiente

“The environment doesn’t make news when green initiatives are going forward, it makes news when they are being rolled back,” says Andrew Tyndall, editor of the Tyndall Report, citing low network totals during much of the Clinton administration. “That’s because conflict makes news.” (Rogers, 2002)

3.1.1 A importância do jornalismo especializado

Escrever em campos jornalísticos especializados exige a interseção entre o jornalismo de imprensa e discursos culturais temáticos (Isani, 2007). Neste caso, atribui-se a esse tipo de jornalismo o papel de intermediar saberes especializados na sociedade, construindo um tipo de discurso noticioso que se funde na compreensão conjunta do universo científico e do senso comum (Tavares, 2009).

A diferença entre jornalismo generalista e jornalismo especializado é, portanto, evidente: “o primeiro consiste em mediar factos, o segundo medeia factos e discursos”¹⁷, inerentes a uma temática (Isani, 2007:18).

Historicamente, a especialização jornalística está associada na sua maioria à evolução de meios de comunicação bem como à formação de grupos sociais consumidores de mídia cada vez mais distintos (Tavares, 2009).

Em 1966, o sociólogo Richard Maisel reportou, na conferência anual da American Association for Public Opinion Research que, desde a Segunda Guerra Mundial, os media especializados tinham tido mais crescimento do que os media generalistas. Revistas trimestrais com a sua audiência limitada tinha uma melhor performance que as revistas mensais e, conseqüentemente, as mesmas vendiam mais que revistas semanais. Poucos liam o jornal na sua integridade, focando-se apenas nas partes que lhes interessavam (Meyer, 2008).

No entanto, e segundo a literatura, existem várias formas de especialização no campo dos media, sejam elas a dos meios generalistas ou dos jornalistas inseridos em meios generalistas.

¹⁷ Tradução livre.

O grau de especialização de um meio de comunicação depende de algumas características, tais como o tipo de meio, as especialidades do mesmo e a posição que estas ocupam na hierarquia interna desse meio (Benson & Neveu, 2005).

Já a especialização de um jornalista pode estar relacionada com a escolha de meios de comunicação específicos (televisão, rádio, jornalismo online), temas (economia, ambiente, desporto etc.), ou mesmo com produtos resultantes de ambas as categorias (jornalismo radiofónico de desporto, jornalismo impresso cultural, etc.) (Tavares, 2009). A técnica também pode ser alvo de especialização, como é o caso da especialização em bases de dados, leitura de documentos e em capacidades, que serão transferíveis entre variadas áreas. É possível haver uma especialização de conteúdo e ser generalista acerca da técnica ou vice-versa – ou mesmo especializar-se em ambos (Anderson, Bell, & Shirky, 2012)

Tornar-se num jornalista especializado é algo que pode ocorrer de duas formas distintas: primeiramente, nas redações, é atribuído aos repórteres uma secção ou editoria (em inglês comumente referida como “beat”) o que os obriga a construir conhecimento no meio, a partir das suas fontes (Corbett, 2006). Outra maneira de especialização passa pela educação. Possuir um grau de educação superior num tema particular é um popular método de adquirir conhecimento utilizado no jornalismo (Isani, 2007).

Lage (2005) defende que a transformação de especialistas em jornalistas é de facto a melhor maneira de atuar, por ser mais produtivo e económico para a sociedade do que a especialização de um jornalista. Por outro lado, Benson & Neveu (2005) consideram que o jornalista especializado deve estar preparado mais do que com um diploma: com conhecimento técnico e experiência.

Esta dicotomia de ser um jornalista especialista ou um especialista jornalista é algo pouco explorado na literatura, especialmente no último caso. No entanto alguns artigos apresentam exemplos de alguns jornalistas com formação académica noutros campos, como é o caso de “Learning To Be a Medical Journalist”, em que o autor Peter Linden (2003) é jornalista especializado em medicina e fala da sua experiência a gerir um mestrado de especialização em jornalismo de medicina. Linden afirma que costumam receber alguns jornalistas, mas também muitos profissionais de saúde e ciência que têm esperança de aprender bases de jornalismo dessa maneira.

Também Wilkes (2002) destaca alguns dos profissionais científicos (como o físico Kenneth Chang no The New York Times e a bióloga de genética molecular Rosie Mestel no The Los Angeles Times) como peças-chave numa boa cobertura científica desses meios

de comunicação, afirmando mesmo que a existência destes profissionais é crucial para evitar erros crassos na cobertura de temas específicos.

Um dos mais recentes estudos em relação à especialização de jornalismo toca no reverso da moeda: a importância de treinar jornalistas generalistas em temas científicos ou ambientais, de modo a informar com a maior precisão, numa altura em que o medo de informação falsa se encontra bem presente na mente dos leitores (Menezes, 2018).

Uma especialização de conteúdos indica indiretamente questões de consumo, utilização de métodos e linguagens específicas (Tavares, 2009). Nas áreas especializadas o discurso jornalístico tem que ser adaptado: para comunicar com os especialistas (fontes) deverá acomodar o discurso especializado da fonte (convergência ascendente). Inversamente, o discurso produzido para os leitores terá que ser adaptado à linguagem do dia-a-dia pelo jornalista especializado (convergência descendente) (Ellis, 1994; Isani, 2007).

Outra vantagem da especialização jornalística apresenta-se no seu potencial comercial, já que conteúdos específicos podem apelar mais facilmente a anunciantes especializados que privilegiam estas vias para chegar ao seu público-alvo (Meyer, 2008).

Este tipo de jornalismo especializado dá aos meios de comunicação a oportunidade de responder às lacunas de conhecimento da sociedade que tem vindo a perder referências amplas por não saber estabelecer análises profundas e rigorosas da vida quotidiana, relacionando-a com a realidade de pesquisa científica (Tavares, 2009).

A maioria das teses de jornalismo especializado realizadas em Portugal insere-se numa vertente semelhante àquela aqui praticada: um relatório de estágio numa área específica do jornalismo, que acaba por naturalmente despertar esta discussão. Carvalho (2014) trata da sua experiência na revista *Visão Júnior* e consequentemente do jornalismo especializado infanto-juvenil, enquanto que Carolina Pereira (2014) foca o jornalismo de moda de acordo com a sua experiência na revista *Elle* em Portugal. Um interessante ponto de foco na última tese prende-se com o facto de o jornalismo especializado poder ser levado pouco a sério por colegas de profissão quando existe uma grande proximidade com as fontes, havendo o perigo de jornalistas assumirem papéis de porta-vozes em vez de comunicadores. Esta parcialidade será mais focada à frente nas páginas dedicadas à comunicação de ciência.

Uma das conclusões primárias do relatório “*Science News and Information Today*” do Pew Research Center (Funk, Gottfried, & Mitchell, 2017) centrava-se no facto de os americanos acharem que fontes especializadas ou de nicho em informação de ciência eram mais

confiáveis do que os meios tradicionais: “And while Americans are most likely to get their science news from general news outlets and say the news media overall do a good job covering science, they consider a handful of specialty sources – documentaries, science magazines, and science and technology museums – as more likely to get the science facts right.” (idem:3) — algo que se mostra como uma vantagem deste tipo de jornalismo no panorama jornalístico atual.

Não é incomum tratar-se de jornalismo especializado como uma resposta à crise da imprensa ou relacionado com o novo ambiente digital. De facto, no Reuters Institute Digital News Report (2016) em opiniões levantadas relativas ao futuro da rentabilização do jornalismo digital, um dos intervenientes ofereceu a possibilidade de utilizar o jornalismo especializado para colmatar a crise vivida na imprensa, vendendo subscrições temáticas como se vende pacotes de canais televisivos: “What you could do is...if you want the politics subscription you can pay £5 a month and you can have all the politics you can read, or the science subscription...like Now TV has got the entertainment bundle.” (Reuters Institute for the Study of Journalism, 2016: 38).

Na mesma linha de pensamento, a fase três de jornalismo digital de Pavlik (2001: 43) é caracterizada por formar conteúdo original, especificamente para a Internet, como novo meio de comunicação, algo que por obrigar repensar a maneira de contar as histórias, dá também azo a uma especialização das peças.

O autor acrescenta ainda que a maioria dos mais interessantes trabalhos para este novo ambiente digital acaba por envolver criação de conteúdo para publicações especializadas nas temáticas de computador, medicina e ciência, como é exemplo a Medscape, website de notícias de medicina (Pavlik, 2001), algo que será focado mais à frente.

3.1.2 Especificidades da comunicação de ciência

A comunicação de ciência é precisamente uma das áreas que fazem a ponte entre especialistas e jornalistas. Esta serve – como todas as áreas especializadas – para simplificar as matérias para o público geral, e é algo que segundo a literatura deve ser feito com muita cautela.

Devido à complexa natureza científica de muitas estórias, os repórteres generalistas têm muitas vezes dificuldade em saber como transmitir e simplificar os assuntos, podendo também ser facilmente influenciados por interesses especiais (Corbett, 2006).

É crucial que a cobertura de tópicos complexos seja feita por um jornalista especializado. Um jornalista de ciência é um “especialista cujo papel é reportar desenvolvimentos científicos para um público maior do que aquele a que chegam os jornais acadêmicos” (Murcott & Williams, 2013: 152).

A especialização jornalística de certas temáticas, como é o caso da ciência e tecnologia, desempenha um papel fundamental naquilo que Giddens (1990: 139) aponta ser a segregação da experiência, um processo iniciado na modernidade que implica que as inseguranças e incertezas destes campos criem novas exigências para a evidência e importância de certos saberes especializados e de certos especialistas.

Aqui é importante clarificar alguns conceitos. Sendo a ciência descrita por Ungar (2000) como “uma forma codificada de conhecimento que necessita de tradução de modo a ser entendida”, Dirikx & Gelders (2009) afirmam que é mundialmente assumido que os meios de comunicação têm um papel crucial nessa mesma tradução, ajudando a generalizar experiências pessoais para explicações científicas.

Os autores explicitam a situação por meio de um exemplo: a maioria das pessoas não tem experiência com o aquecimento global e mesmo que seja confrontado com circunstâncias de calor extremo, secas ou cheias dependerá das notícias para relacionar esses eventos com as alterações climáticas (Dirikx & Gelders, 2009).

Noticiar ciência tem importância no sentido em que informa e educa. Existem, no entanto, entraves à comunicação de ciência. Primeiramente, a discórdia entre cientistas e a relação de cientistas e jornalistas. O constante debate entre cientistas prende-se com algumas problemáticas: a existência (ou não) de problemas, que soluções devem ser propostas para os mesmos e se a intervenção humana melhora ou piora a situação. Para Beling Loose & Camana (2015) este desacordo contribui fortemente para que o público tenha dificuldade em acompanhar a discussão científica e para que os cientistas sejam incompreendidos pelo público e pelos jornalistas, “que os podem ver como intensamente focados, obscuros e auto-absorvidos”¹⁸ (Weigold, 2001: 179).

Ao reportar ciência, os jornalistas têm que desenvolver um duplo papel de ajustar o discurso científico ao público geral e de reportar os factos de maneira credível e sem distorção (Ladle, Jepson, & Whittaker, 2005).

¹⁸ Tradução livre.

Retratos dramáticos e alarmantes podem ser muito contraproducentes em informar as pessoas e influenciar os seus comportamentos quando necessário (Dirikx & Gelders, 2009). Estes apenas se tornarão credíveis se o desastre noticiado ocorrer na janela temporal sugerida ou se for oferecida uma solução clara para o evitar. Caso contrário, arrisca-se a perder credibilidade e legitimidade, o que levará à “apatia e fadiga dos leitores”¹⁹ (Ladle, Jepson, & Whittaker, 2005: 238).

Enquanto que o leitor é por vezes caracterizado como passivo e pouco envolvido, a comunicação relativa aos riscos (um conceito que será explicado mais à frente) apresenta os leitores como envolvidos e ativos (Weigold, 2001).

Nesta linha, o relatório previamente referenciado, do Pew Research Center, (Funk, Gottfried, & Mitchell, 2017) caracterizava 17% dos americanos como “*active science news consumers*” ou seja, um cruzamento entre os utilizadores que procuravam notícias de ciência (30%) com os que as obtinham pelo menos uma vez por semana (36%).

Um facto interessante neste relatório residia na fonte destas notícias: enquanto que a maioria (57%) dos americanos obtinha as suas notícias de ciência a partir de media tradicionais (e salientavam mesmo que estes faziam um bom trabalho a cobrir a ciência), considerava também que uma quantidade de fontes de especialidade (documentários, revistas de ciência físicas ou online e fóruns online de ciência) tinham maior probabilidade de ter factos científicos corretos (Funk, Gottfried, & Mitchell, 2017).

O problema com as notícias de ciência surgia (para os inquiridos) no campo das redes sociais. Apenas um quarto dos utilizadores de redes sociais confiava nestas plataformas como fonte de notícias científicas, uma atitude derivada no geral da falta de confiança de notícias em redes sociais, afirmam os mesmos autores.

A ciência é também uma temática inexata, algo que Anthony Giddens (1990) descreve no seu livro “*The Consequences of Modernity*” (Polity Press): “em ciência nada é certo e pode ser provado definitivamente” (idem: 39). Isto gera uma incompreensão sistemática entre repórteres (que consideram os cientistas demasiado rigorosos em números e expressões) e cientistas (que vêem os repórteres desinteressados pela exatidão científica) (Lage, 2005).

A maneira de colmatar isto acaba por ser uma relação estrita com alguns cientistas. Normalmente é eleito um grupo de cientistas que publica em revistas monitorizadas pela

¹⁹ Tradução livre.

imprensa (Science, Nature, Journal of the American Medical Association) e que é procurado para entrevistas pelos jornalistas (Weigold, 2001).

Tudo isto reforça uma necessidade de tradução à qual vem acrescer o entrave da linguagem característica deste tipo de comunicação, uma linguagem que não é ajustada ao *soundbite* sensacionalista, característico da imprensa contemporânea (Ladle, Jepson, & Whittaker, 2005).

Adicionalmente, as organizações de notícias têm sempre tendência a ver a ciência como uma área de nicho - em organizações maiores a ciência é coberta por um repórter especializado e em organizações mais pequenas é tipicamente destacado um repórter generalista para esta tarefa. (Friedman 1986; Weigold, 2001).

As maiores organizações, com leitores mais escolarizados - os jornais “de referência” - são mais direcionados para um público com interesse em ler acerca de avanços na ciência e medicina, ignorados noutro tipo de meios (Burkett, 1986: 12).

Nos outros meios, os repórteres de ciência acabam por ter um baixo estatuto e por isso normalmente cobrem apenas as *hard news* que dão mais liberdade para uma comunicação de ciência efetiva, deixando as *soft news* instantâneas para repórteres generalistas (Friedman 1986; Weigold, 2001). No entanto, um jornalista de ciência tem que sempre vender as histórias ao editor, demonstrando porque é que uma peça de pesquisa científica é importante e vale a pena reportar (Murcott & Williams, 2013).

Não é incomum que este tipo de jornalistas seja ocasionalmente estigmatizado por ser parciais aos tópicos que cobre ou mesmo por serem ativista de uma certa instituição. (Benson & Neveu, 2005).

A possibilidade da parcialidade, de ser um jornalista tão especializado que é considerado incapaz de abordar um assunto objetivamente é uma dicotomia explorada por alguns autores. Em “*Environment Journalist Don’t Get Much Respect*”, Ward (2002) reporta que os jornalistas de ambiente são tipicamente as maiores vítimas desta falácia, sendo por vezes chamados de “green reporters”. Este ceticismo de parcialidade é muitas vezes atribuído a editores, que tentam ao máximo que repórteres especializados sénior voltem a reportar de uma perspetiva mais generalista (Wilkes, 2002).

Num artigo de opinião para a revista Discover, Keith Kloor²⁰ (jornalista de ciência) salienta que a parcialidade é algo que pode acontecer com facilidade e exemplifica com uma notícia do jornal The Guardian²¹ em relação a GMOs.

Ainda assim a maioria daqueles que respondeu a um inquérito conduzido por António Granado (2008) considera que: “Os jornalistas de ciência são mais rigorosos a reportar os factos do que os outros jornalistas.”

3.1.2.1 Evolução da comunicação de ciência, políticas ambientais e jornalismo de ambiente

Ao falar de comunicação de ciência, existem alguns marcos na história que a literatura (Garcia, 2000; Weigold, 2001; Cox, 2012) constantemente ressalva como importantes etapas na formação deste tipo de jornalismo especializado.

Historicamente, a cobertura científica sempre teve bastante importância nos media noticiosos. No século XIX, os jornais reimprimiam palestras de Thomas Huxley, Asa Gray e Louis Agassiz e um dos números do New York Tribune publicou até textos de leituras de física de John Tyndall, como afirma Weigold (2001).

É de salientar o papel crucial do contexto temporal para a comunicação de ciência. Em 1920 o elemento rádio (Ra) não era visto como um perigo para a saúde, mas sim como uma substância milagrosa para o cancro. Não surpreendentemente houve resistência do público a aceitar uma notícia que desafiava este paradigma, estudou Ricardo Garcia (2000), ex-jornalista ambiental do jornal Público e investigador brasileiro, responsável por obras e estudos de jornalismo científico.

Historicamente, a comunicação ambiental surgiu em parte como uma crítica da indústria tecnológico-científica que contribuía para as infraestruturas e investimentos prejudiciais para o ambiente, ao passo que a comunicação científica se encontrava mais focada na educação científica do público (Davis et al., 2018).

À medida que a industrialização foi comprometendo a qualidade geral do ambiente e da saúde das populações, a comunicação de ciência e também a consciência ambiental foram ganhando terreno, chegando além da simples perspectiva conservacionista (Campos, 2012).

²⁰ <http://blogs.discovermagazine.com/collideescape/2012/06/07/the-bias-in-environmental-reporting/#.Wvm6vdMvz6Y>

²¹ <https://www.theguardian.com/environment/2011/oct/19/gm-crops-insecurity-superweeds-pesticides>

Rachel Carson, bióloga marinha, cientista e escritora, foi uma das primeiras pioneiras na nova onda de consciência ambiental, ao escrever e editar o seu famoso livro *Primavera Silenciosa* (1962). Neste eram documentados os efeitos adversos no ambiente do uso indiscriminado de pesticidas, o que acabou por ser, segundo a literatura (West, Lewis, Greenberg, & Sachsman, 2003; Cox, 2012), algo duplamente importante para a comunicação de ciência e para o jornalismo de ambiente.

Primeiramente publicado em versão condensada no *The New Yorker*, em junho de 1962, a obra trouxe a prevenção ambiental para topo da agenda, na medida em que os ângulos que passaram a dominar foram os do risco e impacto para a saúde humana, para além da justiça ambiental (Simon, Valenti, & Sachsman, 2010).

Este livro acabou por captar a atenção do público e desencadear uma onda de sensibilização ambiental (Garcia, 2000) pelo que esta foi uma década chave para o desenvolvimento do jornalismo ambiental moderno.

Nos anos 70 surgiram os primeiros constrangimentos no jornalismo científico: uma fronteira pouco clara entre jornalismo ambiental e científico (West, Lewis, Greenberg, & Sachsman, 2003); uma falta de variedade de fontes e falta de profundidade científica e técnica. Adicionalmente, os jornalistas de ambiente queixavam-se que a secção não era convenientemente coberta, que havia falta de espaço, tempo e pessoal, acusando os outros jornalistas e editores de ignorância (Friedman, 2004).

Devido a um descontentamento coletivo surgem, no final da década de 1980, algumas publicações alternativas sobre ambiente, dirigidas a públicos especializados, como os cientistas, os ativistas e os jornalistas (Cox, 2012). Nesta altura, era noção comum que a melhor maneira de cobrir ambiente era por meio de repórteres especializados, e foi esta noção que impulsionou a criação e crescimento da *Society of Environmental Journalists* (SEJ) nos anos 90 (West, Lewis, Greenberg, & Sachsman, 2003). Voltou-se a verificar aquilo a que Friedman (2004) descreve como “um novo ímpeto no jornalismo ambiental” (idem: 190), tendo para isso também contribuído a realização da Cimeira da Terra, em 1992.

No geral, a literatura enfatiza que os governos europeus são menos reticentes acerca das suas ações contra as alterações climáticas mundiais do que a administração americana. Enquanto que a UE tem apoiado e promovido politicamente o protocolo de Quioto, os EUA abandonaram o mesmo em 2001 (Lorenzoni & Pidgeon, 2006).

Em 2010, a União Europeia adotou uma estratégia de nome “Europa 2020” que pretende ajudar a região a emergir pós-crise, adotando um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo em todos os campos, fazendo com que os países aumentassem a sua consciência ambiental substancialmente (Baskaran, 2017).

As preocupações relativas aos riscos ambientais estão bem disseminadas e atraíram um foco de atenção especial pelos governos mundiais e, conseqüentemente, dos media. De resto, é bem patente esta dependência entre os media, o ambiente e os governos: eventos dramáticos podem ter o poder de trazer histórias ambientais para a ribalta através dos media, o que pode afetar o processo de políticos (Garcia, 2000).

De acordo com Garcia (2000) os meios de comunicação de massas são “um fator na combinação de ingredientes que propulsionam o movimento ambiental, interagindo com os seus atores principais e com o contexto social, económico e intelectual em que os eventos ambientais se desenrolam” (idem:13).

Há 30 anos, o jornalismo de ambiente era, portanto, parte do jornalismo de ciência, o berço dos jornalistas especializados em ciência nos grandes jornais. Hoje, o ambiente pertence a repórteres vindos de muitas áreas diferentes que reconhecem que os problemas ecológicos se cruzam com as suas áreas (Simon, Valenti, & Sachsman, 2010).

3.1.3 O jornalismo de ambiente: complexidade e atualidade

Em 2017, 50% dos americanos consideravam importantes as notícias de ambiente e 9% consideravam que estas eram as notícias mais importantes dentro de todo o rol de notícias científicas disponíveis (Funk, Gottfried, & Mitchell, 2017).

Uma forma de comunicar ciência é o jornalismo de ambiente. Como parte integrante do jornalismo considerado científico, o último tem variadas características em comum com o primeiro. Segundo Campos (2012), ambos tratam de incertezas (próprias da ciência) e temas complexos, mas acabam por diferir na questão das ideologias já que “todos têm um sistema de crenças sobre a natureza que guia a consciência sobre a natureza, fornecendo sinais sobre qual é o lugar de cada um no mundo não humano” (idem:26).

Cobrir histórias de ambiente requiere também uma compreensão não só da ciência envolvida na mesma, como também das muitas complexas leis ambientais que governam estes assuntos (West, Lewis, Greenberg, & Sachsman, 2003).

Bueno (2007) distingue ainda jornalismo ambiental de comunicação ambiental. A comunicação mostra-se abrangente – com respeito a ações estratégicas, produtos, planos e

esforços de comunicação dedicados à divulgação da causa ambiental – enquanto que o jornalismo diz exclusivamente respeito às manifestações que decorrem do trabalho realizado por profissionais que atuam na imprensa. Alguns autores (Davydova, 2013; Castrechini, Pol & Guàrdia-Olmos, 2014; Campos, 2012) focam-se na multidisciplinariedade e transversalidade do ambiente, algo que o distingue da ciência, no seu papel nos *media*.

O que é tema de ambiente?

É esta multidisciplinaridade que torna “ambiente” uma categoria difícil de definir - pois não tem uma editoria fixa como a maioria dos temas especializados. O seu afunilamento ajuda a definir o que deve ser considerado (ou não) um tópico ambiental.

Ricardo Garcia (2006) é um dos autores que alcançam esta afunilamento em “Sobre a Terra” (Printer Portuguesa), num capítulo em que lista quinze temas ambientais que são notícia: água, alterações climáticas, biodiversidade, direito do ambiente, energia, florestas, litoral, marés negras, ordenamento do território, poluição do ar, população, resíduos, ruído, substâncias perigosas e transgénicos.

Em “The Reporter’s Environmental Handbook” (West, Lewis, Greenberg, & Sachsman, 2003) são definidos os tópicos de ambiente que (na opinião dos autores) devem ser cobertos pelas notícias: poluição aérea, gestão de desperdício animal, biodiversidade, campos rurais, cancro, emergências químicas, armas químicas, saúde, irradiação de comida, alimentos geneticamente modificados, alterações climáticas, poluição, camada de ozono, pesticidas, crescimento populacional, saúde ambiental e qualidade de água.

Por cada autor ter um diferente conceito de que temáticas fazem parte de ambiente e pelas suas histórias poderem ter ângulos dúbios, é importante salientar que os assuntos a que se costuma atribuir o rótulo de ambiental têm na sua composição quatro elementos de destaque (Garcia, 2006):

-Risco. Qualquer modificação no ambiente envolve um efeito a posteriori que pode ser intenso, modesto, insignificante, positivo ou negativo. A atenção maior centra-se naquilo que pode representar um dano ou um benefício.

O risco é relativo e normalmente considera os impactos na humanidade, quer seja na sua saúde ou modo de vida em geral. Hoje em dia, riscos ambientais são compostos por eventos de larga escala e as suas ameaças potenciais irreversíveis para a vida humana,

como é o caso das alterações climáticas, poluição química em rios, entre outros (Cox, 2012).

O risco é possivelmente a característica mais importante na identificação de um tema de ambiente, já que é a sua ênfase (ou falta de) molda grande parte da percepção do público (West, Lewis, Greenberg, & Sachsman, 2003).

A comunicação de riscos pode servir três propósitos: informar o público ou comunidades locais de um risco ambiental, mudar comportamentos de risco (normalmente por parte de alguma instituição) ou assegurar aqueles expostos a um perigo que algum risco é (por vezes) aceitável (Cox, 2012).

Uma questão fundamental em reportar qualquer risco é decidir o quão arriscado algo é. Na opinião de West, Lewis, Greenber e Sachsman (2003: 11): “Grandes riscos merecem grandes histórias (...) e riscos pequenos histórias pequenas - ou não merecem histórias de todo.”²²

Para os jornalistas, o risco importa quando uma situação tem um risco muito elevado e com probabilidade de grandes consequências. Situações de baixo risco são consideradas menos importantes e por isso não dignas de cobertura. A maioria dos profissionais jornalísticos não sabe como lidar com todos os graus de risco entre muito e pouco arriscado (Simon, Valenti, & Sachsman, 2010).

São as histórias de acontecimentos mais esporádicos e extraordinários que costumam ser transmitidas com maiores fatores de risco (Sachsman, Simon, & Valenti, 2004).

-Processos longos. Os temas ambientais estão na sua boa parte dos casos associados a processos morosos, o que não se encontra de acordo com o ciclo de 24 horas utilizado na produção noticiosa. Muitos problemas ambientais levam muito tempo a desenvolver, havendo frequentemente incertezas durante anos relativas a causas e efeitos de problemas ambientais (Cox, 2012).

-Incerteza científica. Dois biólogos da universidade de Stanford Paul Ehrlich e Anne H. Ehrlich (1996) disseram que uma das maiores ironias de ciências ambientais se prende com o facto de que a ciência em si nunca poder dar “provas absolutas, o que muitas pessoas que não compreendem ciência consideram que a sociedade necessita” (Cox, 2012, : 305).

²² Tradução livre.

No entanto, algo que pode mitigar a sensação de incerteza científica quando se escreve acerca de ambiente é o contexto. Corbett & Durfee (2004) demonstraram que uma maior contextualização em histórias científicas acerca do clima ajudava a mitigar controvérsia baseada em incerteza, junto do público.

-Complexidade técnica. A complexidade de certos assuntos poderá levar a retratos deficitários de alguns problemas mais difíceis de simplificar. Um desafio persistente em retratos mediático do ambiente tem sido a propensão para tratar os vários processos ambientais num só - o que salienta conflitos e debates onde pode haver concordância na ciência e nas políticas ambientais (Boykoff, 2009; Cox, 2012).

O maior desafio do jornalismo de ambiente é “ir para lá da comunicação de risco e atentar nas suas razões e efeitos à volta desses riscos, dando ao público ferramentas para ações que provoquem mudança junto dos agentes de risco” (Beling Loose & Camana, 2015: 131).

As escolhas de um jornalista acerca de como representar os vários aspetos da ciência e política ambiental dependem não só da informação disponível, da sua interpretação e contexto. Adicionalmente, é importante salientar que nem todos os tópicos ambientais devem ser enquadrados de maneira igual, já que o nível de consenso na comunidade científica varia entre temas (Boykoff, 2009). Um estudo desenvolvido por Boykoff e Boykoff (2004) advertia os jornalistas da cautela na aplicação de imparcialidade ao reportarem alterações climáticas, já que não era correto dar o mesmo “tempo de antena” aos que negavam as mesmas - pois isto é algo que tem consenso científico garantido.

Não só todas estas nuances, mas o facto de notícias de ambiente dizerem respeito a processos longos e complexos acaba por apresentar um entrave para que sejam produzidas (Cox, 2012).

No entanto, segundo Garcia (2006: 19), escrever sobre ambiente não difere muito de qualquer outra categoria especializada como política, economia, crime ou cultura já que os procedimentos básicos de recolha máxima de informação, confrontação de opiniões e busca do rigor informativo são idênticos. Histórias noticiosas acerca do ambiente são muitas vezes impulsionadas por eventos específicos ou por relatórios de entidades científicas, e tal como outros tópicos têm que competir com notícias de guerra, desemprego, terrorismo e outras notícias de última hora (Cox, 2012).

Quem são os jornalistas de ambiente?

Apesar disto, segundo a maioria dos autores, os jornalistas especialistas em ambiente costumam ter um perfil próprio marcado especialmente por cobrirem o tópico há uma quantidade significativa de anos. Num estudo desenvolvido por Sachsman, Simon, & Valenti em New England (2004), que pretendia caracterizar os jornalistas de ambiente presentes em redações cerca da região, jornalistas com carreiras de 13 anos ou mais anos cobriam o tema há 50% ou mais do tempo.

Apesar de serem jornalistas veteranos, são também retirados regularmente do seu tema para cobrir outros tópicos, algo que também ficou demonstrado nesse estudo (já que os inquiridos reportaram cobrir ambiente apenas 40 a 50% do seu tempo). Na opinião de Rogers (2002) estes jornalistas também costumam ter dificuldade em gerir a objetividade e a advocacia pelos assuntos

No perfil destes veteranos está ainda presente a especialização mencionada anteriormente que pode advir de formação ou de experiência numa redação.

Noutro estudo desenvolvido por Sachsman, Simon, & Valenti (2008) concluiu-se que a especialização da maioria dos jornalistas nos Estados Unidos era fruto de vários anos de trabalho na redação e não de uma licenciatura (apesar de 23,3% dos jornalistas de ambiente apresentar licenciatura em ciência). Adicionalmente, acerca do perfil dos jornalistas de ambiente, o mesmo estudo concluiu que a imprensa diária é muito mais provável de ter um jornalista de ambiente que a televisão.

Nesta especialização particular está patente uma dualidade de compromisso com a natureza e com o público, que se apresenta como uma possibilidade para evidenciar e promover os problemas ambientais na sociedade através da atividade jornalística (Beling Loose & Camana, 2015).

Embora a maioria dos jornalistas costume ver o seu papel como um de disseminação de informação em vez de educação, o facto é que, quando toca ao ambiente, a distinção entre os dois costuma ser menos evidente do que parece (Menezes, 2018).

Em relação a esta vertente, segundo Detjen (2002), existem profissionais que sustentam que o jornalista deve ser neutro (aqueles que trabalham em jornais, revistas ou empresas de media *mainstream*) e aqueles que defendem que o jornalista tem o dever de educar a população de forma ativa (os jornalistas que trabalham para revistas ambientais ou os *freelancers*) o que (Rogers, 2002) acaba por levantar a questão da parcialidade.

Entre escolásticos há pouco consentimento no que constitui ou não parcialidade e como esta pode ser medida. Muitas vezes inclinações políticas ou ideológicas são colocadas como causas da parcialidade noticiosa (Gibson et al, 2016).

Jornalistas que cobrem o ambiente há algum tempo são frequentemente vistos como defensores do ambiente. Para Ward (2002), esta classificação permanece uma grande frustração para muitos jornalistas, pois é algo que não acontece apenas nas redações, mas também fora das mesmas.

Em entrevista a Detjen (2002), Carl Frankel (autor do livro “In Earth's Company: Business, Environment and the Challenge of Sustainability”) defende que as duas visões (ser neutro e educar de forma ativa) podem coexistir no que ele chama “jornalismo sustentável”. Este tipo de jornalismo permite utilizar o melhor do jornalismo tradicional (pesquisa diligente, linguagem precisa e reportagem neutra), enquanto que tenta educar de maneira equilibrada acerca da natureza e a importância do desenvolvimento sustentável — incentivando diálogo para encontrar soluções.

Que desafios tem o jornalismo de ambiente?

Muitos editores e redações têm dificuldade em lidar com esta temática porque a sua integração nos formatos noticiosos convencionais é um grande desafio (Cox, 2012). Como a produção noticiosa é por norma algo motivado por grandes acontecimentos, a cobertura ambiental tende a ser feita apenas quando acontecem desastres ambientais e não relativa aos morosos processos da natureza, limitando o seu aparecimento desta temática na imprensa (Rogers, 2002; Corbett, 2006).

Alguns editores poderão ter dificuldade em perceber que uma peça de ambiente ocupa mais espaço que uma de desporto já que o repórter não tem que definir o que é um golo ou um *home run* sempre que escreve sobre isso, mas a cobrir o clima tem que, quase sempre, “lembrar os leitores o que são gases com efeito de estufa” (Downs, 2008).

Todos estes desafios e características contribuem para uma teoria muito contemplada na literatura, que nos diz que as notícias de ambiente são importantes ciclicamente, regendo-se principalmente pela da comunicação de risco. O interesse público no ambiente não desaparece nem permanece constante à medida que o tempo passa (Garcia, 2006). Em vez disso, o jornalismo ambiente sofre picos de apoio e períodos de pouco interesse, derivados dos outros temas que se encontram na agenda mediática (Cox, 2012).

Alguns exemplos destes picos de apoio e desinteresse no ambiente estão bem evidentes ao longo da história das notícias ambientais. Com um crescer do movimento ecológico nos anos 60 e depois do seu pico no início dos anos 70, foi durante os anos 80 que as notícias de ambiente declinaram. Consequentemente, em 1989, o derrame de óleo Exxon Valdez no Alaska trouxe luz para os problemas ambientais uma vez mais (Cox, 2012). Depois de cair no esquecimento nos anos 90, ressurgiu com a entrada de George W. Bush e a introdução de políticas ambientais controversas, mas logo voltou a ser afetada pelo 11 de Setembro de 2001 (Friedman, 2004).

Em 2006, com foco nas alterações climáticas, o ambiente ressurgiu na agenda mediática, por meio do documentário de Al Gore “Uma Verdade Inconveniente” e em 2011, segundo Cox (2012), as notícias de ambiente não eram as de maior importância nos media tradicionais.

3.1.3.1 Em Portugal e no Mundo

As temáticas ambientais podem ter um cariz internacional, nacional ou ainda local. Existem muitos problemas ambientais à escala global “que necessitam de formas de intervenção com uma base mundial”²³ (Giddens, 1990: 170). Este tipo de problemas leva à organização de eventos como a Cimeira da Terra e a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ambas em 1992), que unem a comunicação social de todo o mundo (Barros & Sousa, 2010).

A partir dos anos 2000, dependendo do seu país de origem, os autores (em baixo mencionados) têm diferentes opiniões de como é feito e visto o jornalismo de ambiente.

Com foco nos EUA, em 2002 o Nieman Lab lançou de “Environmental Reports”, onde fez um balanço do estado do jornalismo de ambiente por meio de contribuições de variados jornalistas de ambiente. Aqui, depois de se verificar que a cobertura do ambiente se encontrava bem estabelecida, ao fim de 35 anos a perseguir um cobiçado lugar permanente no jornalismo - com histórias de ambiente a receber 10 prémios Pulitzer nos anos 90 - deu-se conta de alguns pontos a melhorar na cobertura ambiental americana, tais como:

- A necessidade de uma cobertura mais objetiva por parte dos jornalistas (Detjen, 2002);
- A necessidade de melhor treino especializado para jornalistas de ambiente (Rogers, 2002; Bruggers, 2002);

²³ Tradução livre.

Em 2013, na Alemanha, os jornalistas expressam uma dificuldade em noticiar acerca de alterações climáticas - já que o seu constante debate torna difícil de “vender” a ideia a um editor (Davydova, 2013). Esta dificuldade aumenta, segundo a autora, na Rússia.

No Brasil, dá-se conta de que a objetividade do jornalismo ambiental diminui à medida que aumenta a urgência dos riscos ambientais (Dornelles & Grimberg, 2012), algo que também terá acontecido na Índia e na Ásia (Acharya & Noronha, 2010; Tong, 2017).

Os dados mais atuais do jornalismo de ambiente na realidade portuguesa são escassos. Sabe-se que até 2000 existiu um grupo de jornalistas que cobriam primariamente assuntos ambientais e, portanto, eram vistos pelos editores e fontes como especializados ou experientes no campo (Garcia, 2000).

Tanto Campos (2012) como Fonseca (2010) defendem que o pico noticioso de ambiente ocorreu no ano 2000 e que, a partir de então, o número de notícias de ambiente diminuiu.

Um estudo desenvolvido por Carvalho & Pereira (2009) pretendeu estudar quais eram os discursos relativos à problemática das alterações climáticas na esfera pública, avaliando para isso alguns media da imprensa portuguesa.

Neste foi feita uma avaliação comparativa da cobertura feita no Correio da Manhã e no Público, relacionando com várias conferências sobre a temática. A conclusão foi que, em alguns dos artigos avaliados, o enquadramento no último jornal era mais correto cientificamente do que noutros: por exemplo, um desses artigos explicava a diferença entre provável e muito provável de ocorrer um aumento de temperatura (Carvalho & Pereira, 2009). Esta observação vem confirmar o que já tinha sido dito anteriormente e que a afirmação de Fonseca (2010), ao defender que “quando o ambiente começa verdadeiramente a ocupar espaço nas páginas de jornal, é a imprensa de referência que lhe dedica mais espaço”.

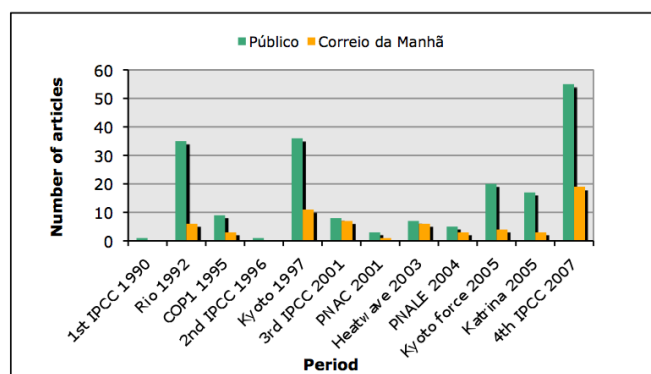


Figura 3- Número de artigos sobre alterações climáticas no Correio da Manhã e Público, 1990-2007 (Fonte: Carvalho & Pereira, 2009)

O gráfico que esta avaliação gerou (Figura 3) vem também de certa forma dar força à teoria mencionada previamente de que as notícias de ambiente são importantes ciclicamente, confirmando que essa realidade é aplicável em Portugal.

3.2 A crise dos media e o impacto no jornalismo especializado

Como um conjunto de práticas institucionalizadas dentro dos media, o jornalismo evoluiu com a transformação da sociedade, da cultura e das instituições mediáticas. As suas tradições não são apenas predicadas em práticas profissionais, mas também em circunstâncias institucionais e matérias que as enquadram (Dahlgren, 2009).

No virar do milénio, o jornalismo mudou em sincronia com as nações ocidentais e passaram a ser numerosos os desafios que a imprensa teve que enfrentar (Duarte, 2013): a alteração da demografia (pelo êxodo de populações do campo para as cidades e depois das mesmas para os subúrbios), da política (porque os partidos políticos perderam controlo sobre os jornais) (Downie & Schudson, 2009) e da economia.

No último, a recessão económica de 2007-2008, sentida um pouco por todo o mundo, afetou profundamente os mercados e a constituição das empresas, reestruturando indústrias inteiras, como é o caso da imprensa.

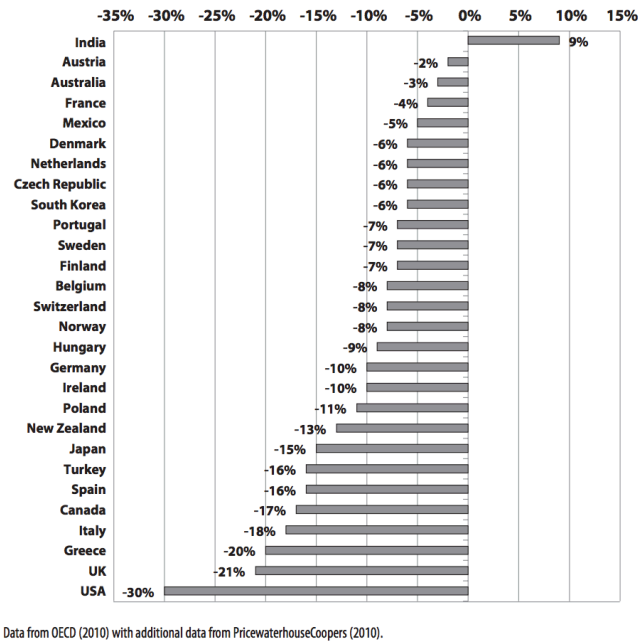


Figura 4- Mudança estimada em receitas totais de publicação de jornais, 2007-2009 (Fonte: Levy & Nielsen, 2010)

O declínio de leitores que os jornais sentiam desde dos anos 70 caiu a pique a partir deste período. Nos EUA a circulação diária de jornais em 2007 caiu para 50.7 milhões, o seu valor mais baixo desde 1945 (Meyer, 2009).

Na Europa, um estudo de Ramírez-de-la-Piscina-Martínez (2014) que pretendeu avaliar o jornalismo em tempos de crise na imprensa de referência europeia, concluiu que as vendas de cinco jornais de referência (Financial Times, Corriere della Sera, Frankfurter Allgemeine Zeitung, Le Monde e El País) caíram por 27,42% na janela temporal de 2001 a 2012.

A crise também atingiu Portugal e estendeu-se a todos os setores (económico, social e cultural), influenciando diretamente o setor dos media (Duarte, 2013). Desde 2008, um em sete empregos desapareceu, o volume de investimento produtivo declinou por um terço e a taxa de desemprego jovem em 2013 excedia os 37% (International Labour Organization, 2014).

Segundo consenso na literatura revista (Levy & Nielsen, 2010; Esser & Brüggemann, 2010), não foi só a recessão financeira que contribuiu para a crise do jornalismo. Foi também a alteração da posição do jornalismo no leque de fontes de informação disponível, que colocou em causa o papel de jornalismo tradicional nas nações (Dahlgren, 2009).

Esta vertente do problema prende-se com as muitas fontes de informação agora imperativas na sociedade, que surgiram a par da banalização da Internet. Neste mesmo

sentido, Lafuente (2012) afirma que o jornalismo tem sido, nos últimos 15 anos, empurrado pouco a pouco para a beira de um abismo pela revolução digital. “Nunca antes uma mudança tecnológica havia transformado tanto nosso ecossistema”, afirmou o jornalista responsável pela elaboração da estratégia digital do jornal *El País* (Kuschick & Hauser, 2015).

Esta mudança teve início nos anos 90 com o lançamento da web comercial, mas o seu prejuízo na indústria mediática foi mascarado durante uma década com o crescimento de receitas de publicidade da imprensa tradicional (que apenas começou a cair em 2006) (Anderson, Bell, & Shirky, 2012).

Ao mover a informação a custo zero e sem barreiras de crescimento, a Internet transformou-se na maior distribuidora de informação, desafiando profundamente os media. Apresentou-se uma possível alternativa ao negócio de jornalismo de imprensa que, depois desta introdução, continuava a ter despesas com o papel, a impressão e o transporte (Meyer, 2008).

A revolução digital ajudou a acelerar o declínio no número de leitores do jornalismo de imprensa e inicialmente os jornais responderam ao novo desafio, oferecendo o seu conteúdo gratuitamente nos seus websites (Downie & Schudson, 2009).

Na altura, a motivação era atrair novas audiências e publicidade para o conteúdo jornalístico na Internet, onde a restante informação era disponibilizada sem custos. Enquanto que os números de leitores em jornais online cresceram rapidamente, muito desse crescimento acabou por se revelar ilusório em termos monetários, tornando a nova fonte de divulgação pouco rentável - e acelerando o declínio do lucro provocado pela recessão (Downie & Schudson, 2009).

Com a queda dos lucros derivada de todos estes fatores deu-se o fecho de muitas publicações e as redações encolheram tremendamente.

Na Austrália, falaram-se de êxodos em massa de jornalistas pertencentes às principais empresas mediáticas, com despedimentos de 1000 a 2000 jornalistas – aproximadamente 15% dos jornalistas do país – sendo que a maioria estaria a deixar empregos de imprensa (Zion, 2013 ; Hemphill, 2013).



Figura 5 - Evolução de número de jornalistas em redações, 1978-2008 (Fonte: Meyer, 2009)

Nos Estados Unidos, os despedimentos na imprensa foram tantos que foi criado um website apenas para seguir o efeito, de nome PaperCuts. Em 2012 apenas, foram dados conta de mais de 1900 jornalistas despedidos de redações, algo que continuou nos anos que se seguiram, como foi o caso dos despedimentos no The New York Times e no USA Today (Eisenberg & Sutton, 2014).

No estudo de 2013 “The American Journalist in The Digital Age”, dava-se conta que uma vasta maioria dos jornalistas estadunidenses (62,6%) reportava que as suas redações tinham encolhido nesse ano, enquanto que apenas 24,2% diziam que os números tinham permanecido (Willnat, Weaver, & Wilhoit, 2017).

Com estes cortes de pessoal nas redações, os jornalistas viram-se obrigados a fazer mais e a produzir com a mesma qualidade. Atualmente, um jornalista tem que escrever para a edição em papel, mas também tem de escrever para a edição digital - sem receber mais por esse trabalho no seu salário (Duarte, 2013).

Esta tensão imposta sobre as práticas jornalísticas representa agora a urgência da revisão sobre a necessidade do jornalismo, obrigando o mesmo a olhar para si e para a suas

funções. É, no entanto, uma relação conflituosa a necessidade de encontrar um novo modelo de produção para o presente e manter as estruturas históricas em funcionamento (Kuschick & Hauser, 2015).

A transformação de jornalismo nesta nova era de media digital em jornalismo digital não criou meramente novos tópicos, temas e temáticas para investigação no âmbito dos estudos de jornalismo. Ao invés, estas mudanças consideráveis têm desafiado e contestado a indústria e os jornalistas a confrontar e rever o seu trabalho, colocando questões como “O que é o jornalismo” e “Quem é um jornalista” (Franklin, 2012).

3.2.1 O novo ecossistema digital

A abordagem mais comum na temática ambiental, especialmente na imprensa e televisão, ocorre como já foi salientado pela via alarmista, onde se dá prioridade a catástrofes e riscos ambientais. São critérios de noticiabilidade clássicos, identificados por Galtung and Ruge em 1965 como a proximidade, atualidade e interesse que garantem a divulgação destes fenómenos (Dornelles & Grimberg, 2012).

No entanto, já não é possível pensar em informação e ignorar as ferramentas digitais que a moldam. Com a Internet, o desafio da imprensa é preparar as redações para as novas perspetivas da prática jornalística, alinhando os profissionais com as exigências técnicas, comerciais e discursivas que necessitam (Dornelles & Grimberg, 2012).

Downie & Schudson (2009) descrevem uma reinvenção da profissão e uma mudança de paradigma da indústria, com um declínio de importância do jornalismo tradicional de imprensa e a emergência do jornalismo digital.

Este tipo de jornalismo distingue-se do jornalismo de imprensa tradicional por meio de sete características: a hipertextualidade, multimedialidade, interatividade, memória, instantaneidade, personalização e a ubiquidade (Canavilhas et al., 2014), as quais implicam uma reinvenção do conhecimento jornalístico e novas aprendizagens por parte dos profissionais.

A instantaneidade, interatividade e personalização oferecem uma maior aproximação com o público. A maioria dos meios de jornalismo digital obtêm respostas quase instantaneamente, via e-mail, de leitores que encontram erros ou que desejam expressar a sua opinião. Já a memória e hipertextualidade “expandem o contexto das histórias em

relação ao contexto que pode ser dado nos provedores tradicionais de notícias através de links”²⁴ (Pavlik, 2001: 128; Steensen, 2011).

A interatividade não tem que ser apenas comentários deixados pelos leitores, mas pode ir de pequenos inquéritos realizados nas notícias à possibilidade de o leitor enviar e-mail para o jornalista, entre outros (Palacios, 2011).

Existe concordância nos variados autores estudados que, com todas estas características, surgem novas implicações éticas, relacionadas nomeadamente com a questão da instantaneidade. A possibilidade de escrever informação imediata e corrigi-la ao longo do dia pode aliciar os jornalistas a publicar e confirmar mais tarde, colocando a credibilidade da profissão em risco (Fidalgo, 2013).

Por isto, o papel de um jornalista no digital muda, obrigando-o a ser mais do que mero contador de factos, adoptando também funções de curador, contextualizador e explicador (Dahlgren, 2009).

Em *Media Work* (2007), um estudo de referência acerca do trabalho dos media no século XXI, Mark Deuze defende que todo o trabalho desenvolvido nos e pelos media é agora caracterizado por conexões cada vez mais complexas entre conteúdo, criatividade, conectividade e comércio. O autor defende que os trabalhadores dos media têm que se adaptar aos novos contextos de trabalho de produzir conteúdo, mas investir em plataformas de conectividade - onde os fãs e público oferecem parte do trabalho de audiências de graça.

No meio de todo este novo ecossistema surgem novos formatos e novas maneiras de transmitir notícias. Na sequência da crise reconfigura-se a maneira de fazer jornalismo.

A Internet acrescenta outro tipo de disseminação noticiosa que vai para lá dos típicos websites noticiosos: as redes sociais. Os jornalistas servem-se delas para verificar o que as outras organizações de notícias divulgam, que acontecimentos de última hora existem, encontrar ideias para novas histórias e mesmo manter contacto com os leitores (Weaver & Willnat, 2016).

Em 2010, aquando da explosão da plataforma de petróleo *Deepwater Horizon* no Golfo do México, muitas pessoas levaram para as redes sociais o seu criticismo contra a empresa BP que teve uma resposta insuficiente a um desastre ambiental e às mortes de 11 trabalhadores

²⁴ Tradução livre.

na plataforma (Cox, 2012). Todas as críticas poderão chamar a atenção dos jornalistas para a noticiabilidade do evento.

À medida que as pessoas que faziam parte do público tradicional e os publicitários ambos publicam, algumas coisas acontecem: as organizações de notícias tradicionais estão a competir com os criadores de notícias nas redes sociais, produtos noticiosos têm que ser transmitidos em múltiplas plataformas e os processos de produção são feitos mais “em rede” (Bradshaw, 2012).

Surtem também novas técnicas, como a análise de dados, capacidades de programação e mesmo a utilização da inteligência artificial a favor da eficiência da profissão (Franklin, 2014; Beling Loose & Camana, 2015) e novas iniciativas.

Uma dessas novas iniciativas denomina-se jornalismo imersivo e baseia-se na produção de notícias de forma a que as pessoas possam ganhar experiências na primeira pessoa de eventos ou situações descritas em notícias. A ideia fundamental desta experiência é permitir ao participante (tipicamente representado com um avatar digital) “entrar num cenário virtual que represente a estória da notícia”²⁵ (de la Peña et al., 2010: 2).

Daqui poderão surgir algumas técnicas de gamificação que, segundo Cox (2012), se poderão enquadrar no jornalismo de ambiente através de websites como carbonrally.com, uma experiência que desafia os utilizadores em alguns desafios que mostram a quantidade de dióxido de carbono poupada visando a sensibilizar os jogadores.

Surge o campo de jornalismo de dados (sendo os dados descritos por Paul Bradshaw (2011: 48) como “informação que pode ser analisada por meio de computadores” que permite aos jornalistas a análise de enormes quantidades de dados através de processos computacionais, facilitando o processo de selecionar, filtrar, comparar e procurar informação (Bradshaw & Rohumaa, 2011).

Alguns jornais escolhem ficar apenas no online e deixar de ter publicações em papel, como é o caso do The Independent no Reino Unido e do La Presse no Canadá (Pew Research Center, 2016); alguns inovam com conteúdo dispendioso como é o caso do New York Times (como o seu artigo dos olímpicos denominado “The Fine Line”²⁶) ou com conteúdo

²⁵ Tradução livre.

²⁶ Disponível em <https://www.nytimes.com/interactive/2016/08/05/sports/olympics-gymnast-simone-biles.html>. Acedido a 27 de agosto de 2018.

que requer menos staff e dinheiro como é caso do “robot de conversação” do Rappler²⁷, website jornalístico das Filipinas (Anderson, 2017).

Prevê-se para 2018 (Newman, 2017) a otimização dos formatos de histórias no telemóvel (Instastories e Snapchat) para a transmissão de notícias, tirando partido do espaço das redes sociais ao máximo, e o desenvolvimento da inteligência artificial como ferramenta para encontrar e mesmo produzir novas histórias.

3.2.1.1 Modelos de negócio nos media

A maior preocupação do jornalismo digital é a sua incerteza financeira (Kuschick & Hauser, 2015), já que o tradicional modelo de negócio baseado em publicidade se encontra em colapso (Downie & Schudson, 2009).

Em várias tentativas de rentabilizar este novo tipo de jornalismo, têm sido implementados múltiplos modelos de negócio (Santos Silva, 2016):

- O modelo de “paywall”, um modelo fechado em que todo o conteúdo é pago por utilizadores (utilizado pelo The Financial Times, no Reino Unido);
- O modelo de publicidade, que online acaba por não ser muito efetivo já que existem softwares que impedem anúncios;
- O modelo *freemium*, um combinado que integra conteúdo pago e grátis (utilizado pelo The New York Times nos EUA);
- O modelo de subscrição em que contribuintes pagam por subscrições de notícias com direitos a benefícios adicionais (o caso do jornal The Guardian no Reino Unido).

Num estudo do Reuters Institute for the Study of Journalism (2016) dava-se conta de que continuava a haver uma alta relutância para pagar por notícias online em qualquer formato, e que em Portugal apenas 9% das pessoas pagava por notícias online. Adicionalmente, 54% dos portugueses acedia às suas notícias pelas redes sociais, saltando muitas vezes todos os passos que podem contribuir para lucro online dos jornais.

Por isto mesmo é falacioso achar que adotar um modelo de negócio é igual a rentabilizar o jornalismo online. Considerar os subscritores os únicos leitores de jornais perde uma parte

²⁷ Disponível em <https://www.rappler.com/>. Acedido a 14 de setembro de 2018.

importante da história, já que a percentagem de leitores que dão conta de ler jornais no digital não é a mesma que lê histórias em redes sociais à medida que navega pela Internet (Pew Research Center, 2016).

Por isto é que muitos autores defendem que o modelo de negócio ideal irá impedir o declínio da indústria. Num debate online promovido pelo jornal Público acerca do futuro do jornalismo digital, Fernando Zamith (2010) afirmou que a sobrevivência do jornalismo em si depende de encontrar o modelo de negócio ideal: “quem encontrar o modelo de negócio ideal para o jornalismo na Internet salvará não só a indústria que emprega milhões de pessoas mas também a atividade de jornalismo em si” (Santos Silva, 2016: 123)

Em resposta a esta crise, a maioria dos autores defendem uma solução baseada em conteúdo híbrido. Øiestad & Bugge (2014) defendem que a imprensa tradicional e digital pode ser desenvolvida em paralelo e que as novas tecnologias não necessitam de destruir as antigas, mas evoluir para novos modelos de negócio e Meyer (2008) descreve mesmo que a sobrevivência dos jornais tradicionais assenta numa mistura de análise, interpretação e reportagem de investigação num produto impresso (que aparece menos diariamente), combinado com uma atualização constante do website e das interações com os leitores.

Nesta linha, segundo Anderson (2017), para encontrar maneira de seguir em frente, o jornalismo necessita tanto de inovação comercial como editorial. A sustentabilidade ou o sucesso de projetos de media está não só no lucro, mas também numa nova maneira de criar valor social e económico (Pavlik, 2001, Ramírez-de-la-Piscina, Zabalondo, Aiestaran, & Agirre, 2016).

Existem outros autores menos otimistas na possibilidade de conciliar ambas as realidades. Tanto Küng (2007) como Mangani & Tarrini (2017) acham que qualquer tentativa de conciliar ambos os negócios será complicada e pouco lucrativa, sendo uma solução pouco permanente.

Em “Journalism, Media, and Technology Trends and Predictions 2018” do Reuters Institute (Newman, 2017) dá-se conta que quase metade (44%) dos responsáveis pelas publicações vêm nas subscrições uma muito importante fonte de lucro para 2018 - mais do que na publicidade digital (38%) ou conteúdo patrocinado (39%).

No entanto, as mudanças no ecossistema não são apenas erosivas. Mesmo que os monopólios de grandes empresas estejam em risco, há um aumento na quantidade de trabalho jornalisticamente útil que pode ser atingido por colaboração entre amadores,

máquinas e pessoas, devido às novas tecnologias do meio (Anderson, Bell, & Shirky, 2012).

3.2.2 Reconfiguração do jornalismo de ambiente na era digital

Com tantas mais-valias, o espaço online também traz vantagens para a comunicação de ciência. Investigadores e académicos partilham os seus dados e resultados de pesquisa em plataformas online para que a comunidade científica global possa utilizá-los e continuar a construção de conhecimento, por meio da colaboração (Cooney, 2012). O ambiente digital permite aos jornalistas de ciência e organizações comunicar com o público e elimina formatos convencionais de media tradicionais (como restrições de espaço e tempo) (Weigold, 2001).

No entanto, e como fruto das dispensas nas redações, assiste-se à mudança da malha das mesmas. A moldura económica em que os jornais se encontram atualmente e os consequentes cortes que estão a ser feitos nas redações poderão levar a que haja cada vez menos jornalistas especializados e conhecedores de temas específicos como é o caso do ambiente (Campos, 2012).

De facto, esse é o caso retratado por Crow & Stevens (2012) no seu estudo realizado num jornal local no Colorado que concluiu que após variados despedimentos na redação, a tendência não era os repórteres de ciência serem convertidos em generalistas, mas sim serem despedidos (e consequentemente os repórteres generalistas cobrirem mais ciência e ambiente). O estudo deixa ainda como perguntas para futuras pesquisas se isso empobrecerá ou não a cobertura dos tópicos.

Liz Szabo (jornalista de ciência do USA Today) responde a essa pergunta num workshop relativo à confiança do público na ciência: para ela que os generalistas não têm experiência acumulada no jornalismo científico que lhes permita identificar os bons e maus elementos de uma história ou que peso dar às diferentes opiniões acerca da ciência - colocando estes jornalistas em situações em que os mesmos “não sabem o que procurar”. A jornalista acrescentou ainda que os cortes de orçamentos e jornalismo feito na Internet reduziram o número de jornalistas de ciência e aumentaram os generalistas a cobrir ocasionalmente a ciência (National Academies of Sciences, Engineering and Medicine, 2015).

Existem vários exemplos de despedimentos de jornalistas especializados nas áreas, após esta reconfiguração da profissão, derivada da crise.

O ano de 2008 viu o corte total da redação de ciência e tecnologia da CNN, sendo que a maioria dos jornalistas especializados em ambiente já tinham saído em 2005. Na altura, o San Jose Mercury News reportou que há vinte anos aproximadamente 150 jornais tinham uma secção de ciência e que na altura, apenas vinte permaneciam com a mesma (prioritariamente dedicada a saúde).

Em 2013, o The New York Times anunciou o desmantelamento da sua redação de ambiente que geria toda a cobertura ambiental (Bagley, 2013a), algo que foi descrito por Dienel (2013) como um “gigante erro” já que este era o maior jornal ainda em funcionamento que melhor cobertura ambiental fazia. Também em 2016, o blog Dot Earth do jornal terminou com o seu último jornalista de ambiente - Andrew C. Revkin - a anunciar que migraria para um meio online menos mainstream (Pro-Publica), para continuar a reportar ambiente (Revkin, 2016).

Após este desmantelamento, foi dado conta que os cinco jornais estadunidenses mais lidos (Washington Post, USA Today, The New York Times, Los Angeles Times e Wall Street Journal) ficariam com apenas doze jornalistas de ambiente - sendo que alguns jornalistas cobriam também ciência e saúde e outros não eram repórteres especializados, cobrindo tendencialmente (mas não exclusivamente) o ambiente (Bagley, 2013b).

Mais recentemente em Portugal assistiu-se ao desmantelamento da ARCA - Associação de Repórteres de Ciência e Ambiente, já que não existem membros ativos na mesma, sendo que a maioria deixou de ser jornalista e outros saíram do país (Novais, 2017).

Neste âmbito, autores como Corbett (2006) dão conta de que, estruturalmente, as redações estão com uma dificuldade ainda maior em arranjar espaço para as histórias de ambiente, tanto como na sua organização estrutural como nas suas rotinas. Isto gera descontentamento não só junto dos jornalistas como dos leitores de notícias de ambiente, que ficam frustrados com a falta de profundidade, alcance e acuidade imposta pelos media comerciais (Cox, 2012).

No entanto não é por não existirem jornalistas de ambiente nos meios mainstream que a necessidade de reportar acerca do mesmo tenha desaparecido (Sharp, 2016). Enquanto que os generalistas poderão ter mais dificuldade em interpretar a informação técnica, o que poderá levar a um empobrecimento da sua cobertura noticiosa (Campos, 2012), os especialistas em ambiente estão treinados para descodificar assuntos importantes para lá da típica cobertura de alterações climáticas (Sharp, 2016).

Mas os novos formatos do online podem oferecer vantagens a qualquer tipo de jornalistas, desde que sejam bem explorados.

Foi esse o caso em “Snow Fall: The Avalanche at Tunnel Creek”²⁸, uma reportagem multimídia feita em 2012 pelo The New York Times que envolveu 16 profissionais e pretendeu explicar a ciência por detrás do fenómeno natural que é uma avalanche (que neste caso, acabou por matar seis esquiadores). A reportagem - que ganhou um prémio Pulitzer em 2013 - integrava vídeos, testemunhos, mapas, áudio, slideshows e textos numa experiência que proporcionava ao leitor um muito melhor entendimento do fenómeno do que qualquer um dos veículos (texto, vídeo ou áudio) poderia oferecer individualmente (McAdams, 2014).

Não obstante, para Richard Black, atual diretor da unidade de Energia e Inteligência Climática e ex-repórter de ambiente na BBC, os media tradicionais continuam com dificuldade imensa em privilegiar investigações de jornalismo de ambiente mas, por contraste, estão a aparecer pequenos websites de especialidade que o conseguem fazer (Wright, 2016).

É nesta linha que o online pode surgir como solução para o problema do jornalismo de ambiente. No online o espaço é infinito e o potencial maior, embora o tempo de trabalho seja limitado (Campos, 2012). As novas possibilidades para o jornalismo podem não vir das organizações tradicionais já existentes (que tem mais tendência a conservar métodos de trabalho e hierarquias), mas sim de novas formas de organização (Anderson, Bell, & Shirky, 2012). Existe assim quem veja na Internet e no trabalho dos *freelancers* novas oportunidades para os jornalistas especializados (Campos, 2012), agora disponíveis para começar organizações com trabalho de investigação especializado (Downie & Schudson, 2009).

Este último é o caso de Mangani & Tarrini (2017) que defendem que a especialização em publicação digital é a chave para o sucesso quando existe um quase monopólio de certas entidades numa economia de escala.

Assim, existem correntemente os media independentes especializados em ambiente, presentes no online na forma de blogs de jornalistas, websites informativos e fóruns (Davydova, 2013; Cox, 2012). Blogs de ambiente são dos mais ativos na internet e

²⁸ Disponível em <http://www.nytimes.com/projects/2012/snow-fall/index.html#/?part=tunnel-creek>. Acedido a 20 de abril de 2018.

enquanto que muitos podem ter começado como blogs pessoais, muitos evoluíram para uma nova onda de jornalismo online (Cox, 2012).

Na vertente de websites informativos existem plataformas criadas com o intuito de enriquecer o panorama do jornalismo de ambiente, normalmente compostas por jornalistas especializados que abandonaram grandes empresas de media tradicionais após a crise e por jornalistas especializados com formação superior.

Neste âmbito os EUA têm algumas publicações chave, como é o caso de Inside Climate News ²⁹ (“A Pulitzer Prize-winning, non-profit, non-partisan news organization dedicated to covering climate change, energy and the environment”), Tree Hugger ³⁰ (“the leading media outlet dedicated to driving sustainability mainstream”) e Business Green ³¹, focado no lado empresarial do ambiente.

Também o Reino Unido tem Carbon Brief ³², uma publicação dirigida por um ex-jornalista de ambiente no The Guardian, que lá trabalhou durante 16 anos. Em 2017 esta ganhou o prémio dos Online Media Awards de “Melhor Site de Jornalismo Especializado”.

Em Portugal, surgiu a revista online Wilder ³³ (“*Rewilding your days*”) por meio de Helena Geraldes, ex-jornalista de ambiente do jornal Público, cuja missão é “encorajar o envolvimento das pessoas no usufruto e melhoria da biodiversidade, através de conteúdos de elevada qualidade editorial”.

Segundo Daley (2010) o maior entrave a este tipo de projetos independentes reside em não atraírem o mesmo volume de públicos e audiência que os media tradicionais. No entanto em “The American Journalist in the Digital Age” (Willnat, Weaver, & Wilhoit, 2017) é dado conta que “dar a informação rápido” e “chegar a um maior número de pessoas” são duas preocupações que têm vindo a perder importância para os jornalistas americanos.

Também os jornalistas *freelancers*, forçados para uma vida mais incerta depois de despedimentos, encontraram maneiras criativas de utilizar recursos institucionais variados para apoiar o seu trabalho. Num estudo de entrevistas (Gibson, Craig, Harper, & Alpert, 2016) acerca do atual panorama de jornalistas de ambiente, pelo menos uma participante

²⁹ Disponível em <https://insideclimatenews.org/>. Acedido a 4 de maio de 2018.

³⁰ Disponível em <https://www.treehugger.com/>. Acedido a 24 de abril de 2018.

³¹ Disponível em <https://www.businessgreen.com/>. Acedido a 4 de maio de 2018.

³² Disponível em <https://www.carbonbrief.org/about-us>. Acedido a 20 de abril de 2018.

³³ Disponível em <http://www.wilder.pt/>. Acedido a 20 de abril de 2018.

mencionou que a sua rede de contactos continuava a permiti-la cobrir os assuntos científicos que a apaixonavam.

É portanto visível segundo Jane Kay (citada por Rogers), uma repórter veterana de ambiente de São Francisco, que apesar de todos os desafios os repórteres de ambiente “continuam inspirados” e planeiam continuar a usar o seu conhecimento (Rogers, 2002). Por isso mesmo, nas instituições que mantêm ou voltam a contratar alguns jornalistas especializados em ambiente costumam ter frutos bastante positivos, como é o caso dos jornalistas do The Guardian, The New York Times e Washington Post distinguidos em 2017 pelos prémios SEAL (Sustainability, Environmental Achievement and Leadership) (GNM Press Office, 2017).

Há que salientar que, se por um lado empregar mais especialistas que percebam que jornalismo é apenas parte da profissão implica aumentar as hipóteses de ter jornalismo de qualidade (Anderson, Bell, & Shirky, 2012), por outro, alguns autores veem um cenário em que os jornais se reduzem a um produto especializado e começam a servir um mercado de nicho (Meyer, 2008).

Não obstante, o online tornou-se uma grande ferramenta para os produtos de jornalistas fora de redações e foi em tempos utilizado para criação de projetos de especialidade em jornais de referência como o The New York Times (Dot Earth³⁴) e o Público (Ecosfera³⁵).

3.2.2.1 Atualidade do jornalismo de ambiente online em Portugal

Enquanto que existem bastantes teses e investigações nacionais que exploram o papel do jornalismo científico no panorama português – “Que temas de ciência preferem os leitores?” de Vera Novais (2015) ou “O jornalismo científico impresso no Brasil e em Portugal: análise comparada entre os jornais O Globo e Público” de Yanna Guimarães (2014) - o jornalismo de ambiente é uma área pouco explorada, talvez por ser mais específica que a anterior.

Num projeto de mestrado de 2012, Iola Campos pretendeu estudar o jornalismo especializado na transição do papel para o online, servindo-se para isso do exemplo dos jornalistas de ambiente em Portugal.

³⁴ Disponível em <https://dotearth.blogs.nytimes.com/category/dot-earth/>. Acedido a 21 de fevereiro de 2018.

³⁵ Disponível em <https://www.publico.pt/ecosfera>. Acedido a 30 de maio.

Aqui, a autora indagava acerca da profissão, nomeadamente acerca da distribuição das funções deste tipo de jornalistas (“Existem jornalistas de ambiente no *online*? Ou serão os da edição em papel que têm agora que também escrever para o suporte digital?”) e do papel do online no jornalismo de ambiente (“Em que medida o website dos jornais vem contribuir para uma melhoria do jornalismo de ambiente? Em que medida estão a mudar as rotinas e formas de trabalhar destes repórteres de ambiente?”).

Nesta tese foram retiradas algumas conclusões sobre o estado de arte deste campo em Portugal, expondo a lacuna de qualquer tipo de estudos acerca deste jornalismo especializado e da sua mudança com a mudança de paradigma do jornalismo.

Nesta linha de pensamento, poderá então ser interessante analisar como este novo espaço online, aliado aos cortes nas redações e emergência de novos produtos jornalísticos, afetou a cobertura do ambiente na imprensa de referência portuguesa, hipotetizando também novas utilizações de todas as mais valias digitais a favor de um mais rico jornalismo de ambiente.

Capítulo 4 - Desenho de estudo

4.1 Objeto de estudo, pergunta de partida e questões de investigação

A maneira de produzir notícias mudou drasticamente nos últimos 20 anos e, nesta linha, também terão mudado as características e expectativas da profissão. O jornalismo especializado era um tipo de jornalismo de extrema importância na medida em que permitia uma cobertura mais detalhada e simplificada de certos assuntos, não acessíveis ao público em geral, como é o caso do ambiente.

Embora seja sabido, a nível teórico, que o jornalismo tem sofrido mudanças com o surgimento da Internet e com a crise financeira, ainda não é certo qual o impacto que estes tiveram no jornalismo especializado e muito menos no jornalismo de ambiente. Assim, aproveitando o estágio num jornal de referência que por norma tende a valorizar o jornalismo especializado e numa secção que tende a cobrir ambiente, as hipóteses puderam ser avaliadas.

Este relatório tem como objetivo fazer uma análise comparativa entre a cobertura do ambiente no jornal Público anos de 1997 e 2017, no que respeita à importância do tema, às características editoriais das peças e expectativas dos jornalistas de ambiente que lá trabalham.

Este objetivo tem como pergunta de partida: *Quais as características do jornalismo de ambiente praticado no Público em 2017 comparativamente a 1997?*

Esta pergunta de partida está associada a quatro questões de investigação:

- 1. Qual a importância da cobertura do ambiente no jornal Público?*
- 2. Quais as diferenças, a nível editorial, da cobertura de ambiente em 1997 e em 2017?*
- 3. Qual a importância dos jornalistas especializados na cobertura do ambiente em 1997 e em 2017?*
- 4. Qual o ponto de vista dos jornalistas do ambiente do Público em relação à prática em 1997 e em 2017?*

4.2 Metodologia de investigação

Seguidamente, segundo o modelo de Maxwell (2012), é necessário definir a metodologia que será utilizada para estudar as questões de investigação, contribuindo para um resultado com fundamento científico.

Para este efeito, será utilizada uma metodologia mista que integra uma abordagem quantitativa e qualitativa. A análise de conteúdo das notícias publicadas sobre ambiente será feita através de uma definição estrita de alguns temas que se inserem no mesmo e da criação de grelhas de análise desenvolvidas com base noutras utilizadas para estudos de uma natureza semelhante.

Adicionalmente, ocorrerão ainda entrevistas semi-estruturadas utilizando guiões desenvolvidos a partir de conhecimentos obtidos na revisão teórica. Os jornalistas de ambiente a ser entrevistados foram selecionados por estarem integrados no jornal nos anos escolhidos para comparação (1997 e 2017). Foi ainda pensada mais uma entrevista ao subdiretor Diogo Queiroz de Andrade, por forma à resposta da questão 1 e com objetivo de averiguar mais acerca da relação entre a crise da imprensa, o jornalismo online e o jornalismo de ambiente, explorada na revisão bibliográfica.

4.3 Características do corpus de análise

4.3.1 Análise cobertura noticiosa

A seleção de notícias de ambiente no papel poderá ser considerada subjetiva já que não existe uma editoria definida de ambiente e nem todas as notícias deste cariz se inserem sob a tag “ambiente”. Por isso, foi utilizada a definição de “ambiental” oferecida no estudo de O’Donnell & Rice (2008). Aqui é definido que uma problemática ambiental tem dois componentes básicos, o elemento humano (tudo o que se relaciona com a humanidade) e o elemento natural (nada feito pelo homem, domesticado ou cultivado).

Segundo os autores, entre estes dois elementos existem dois tipos de interação. O primeiro tipo de interação acontece entre humano e natureza: qualquer ação de humanos que afete o mundo natural é um problema ambiental. O segundo tipo de interação natureza e humanos é mais complicado de categorizar: se a natureza afeta os humanos, apenas é considerado um problema ambiental se um elemento humano causa ou amplifica o evento natural. Como exemplo deste segundo tipo de interação fala-se de uma cheia: uma cheia que mata

cem pessoas só se torna problema ambiental se esta foi causada por ações humanas (por exemplo, fruto do aquecimento global).

A maioria dos artigos que cobrem ambiente foca-se em problemas ambientais bem conhecidos; no entanto, para que se pudesse estender a lista de tópicos para lá das alterações climáticas, poluição ou espécies em vias de extinção cruzou-se a definição com a lista de palavras-chave de Garcia (2006). Foram ainda deliberadamente excluídos alguns temas por vezes considerados ambientais como a medicina e a saúde (a menos que o problema de saúde derive de um desastre ambiental).

No que concerne ao *corpus* de análise, procedeu-se à análise das notícias a partir da divisão de uma semana estruturada que coincidissem com o estágio realizado no Público (e uma homóloga em 1997), para que não se caísse no erro de analisar uma semana por inteiro que tivesse sido alvo de algum acontecimento anómalo e, por isso, influenciasse negativamente o nosso resultado empírico.

No entanto, após uma análise preliminar dos números de notícias de ambientes recolhidas, foi possível concluir que o corpus de análise não seria vasto o suficiente desta maneira, pelo que se acrescentou uma segunda semana estruturada, fazendo um corpus de análise de duas semanas estruturadas.

Nas mesmas não foram considerados como elegíveis para análise os meses de agosto e de dezembro por serem meses com uma cobertura noticiosa anómala (deficitária ou focada em eventos sazonais).

Semana 1:

Dias selecionados	2017	1997
1ª Segunda-feira de janeiro	02/01/2017	06/01/1997
2ª Terça-feira de fevereiro	14/02/2017	11/02/1997
3ª Quarta-feira de março	15/03/2017	19/03/1997
4ª Quinta-feira de abril	27/04/2017	24/04/1997
1ª Sexta-feira de maio	05/05/2017	02/05/1997
2º Sábado de junho	10/06/2017	14/06/1997
3º Domingo de julho	16/07/2017	20/07/1997

Semana 2:

Dias seleccionados	2017/2018	1997/1998
1 ^a Segunda-feira de setembro	04/09/2017	01/09/1997
2 ^a Terça-feira de outubro	10/10/2017	14/10/1997
3 ^a Quarta-feira de novembro	15/11/2017	19/11/1997
4 ^a Quinta-feira de janeiro	25/01/2018	22/01/1998
1 ^a Sexta-feira de fevereiro	02/02/2018	06/02/1998
2 ^o Sábado de março	10/03/2018	14/03/1998
3 ^o Domingo de abril	15/04/2018	19/04/1998

Além de uma vistoria aos jornais em papel, foi também realizada uma pesquisa no online em 2017, procurando nos dias eleitos todas as notícias com a palavra “ambiente” (já que a pesquisa por *tags* é muito limitada no website do jornal). Desta forma, foram excluídas todas as instâncias em que “ambiente” não foi utilizado no sentido da definição de O’Donnell & Rice (2008). Esta pesquisa pretende ganhar o total universo das peças.

Há que salientar que as notícias do online não são (regra geral) as mesmas que saem no papel: o dia no papel apresentado na tabela (acima) equivale por norma às peças publicadas no dia anterior no online. É também importante referir que o online em 1997 não foi considerado como amostra pois, na altura, era apenas uma cópia integral das notícias de jornal (sem produção de conteúdo próprio) e, na altura de realização do relatório era de muito difícil acesso.

Na realização das grelhas de análise serão tidas em conta características de análise seleccionadas com base em pesquisa desenvolvida ao longo do relatório que incluirão: o autor (e se houver, quem é que assina), a secção, o posicionamento (se foi ou não tema de capa), o género jornalístico, a fonte utilizada, a amplitude da notícia, o ângulo de abordagem e qual o valor-notícia imperativo.

Em 1997 é também considerada a presença ou ausência de imagem na notícia.

Para o online (no caso de 2017) são utilizadas outras grelhas de análise que pretendem estudar a aplicabilidade das novas valências deste espaço na cobertura do ambiente no online do jornal Público, tais como a hipertextualidade, a multimedialidade e a interatividade.

4.3.1.1 Categorias de análise (papel)

Secção: As secções são um espelho das existentes no jornal Público e são Online, Política, Sociedade, Local, Economia, Mundo, Ciência, Cultura e Desporto.

Autor: Existem três possibilidades de autoria - Assinado, Agência ou Público. Para contabilizar o número de autores de cada ano é ainda feito um levantamento dos mesmos.

Posicionamento: Segundo O'Donnell & Rice (2008) jornais com artigos ambientais mais próximos da primeira página teriam uma melhor cobertura ambiental. Por isso, decidiu-se apenas considerar o posicionamento algo de destaque se for tema de capa.

Género jornalístico: Uma maior extensão significa mais informação e logo mais *newsworthiness* (O'Donnell & Rice, 2008). Daqui consideraram-se categorias baseadas em Dotson, Jacobson, Kaid, & Carlton (2012) sendo elas notícia, breve, reportagem, entrevista, opinião/editorial e especial. De modo a ser mais fácil a distinção entre o género “notícia” e “breve”, estabeleceu-se uma métrica para as mesmas, considerando-se como breve as peças com apenas um parágrafo e título.

Fonte: Decidiu-se dividir as fontes em oficiais (governo e afiliados como Marinha, Exército, Força Aérea, entidades reguladoras, políticos) e não oficiais (associações ambientais, ativistas ambientais, voluntários, cientistas independentes ou outros académicos, negócios locais, cidadãos e pessoas individuais) mas apenas especificar as não oficiais - já que é bastante diferente ter um ativista, um cientista ou um artigo científico como fonte. Em 2017 acrescentou-se como possibilidade de fonte não oficial as redes sociais.

Amplitude: Segundo o alcance da notícia, considerou-se a mesma Local ou Regional, Nacional, Internacional (Dotson, Jacobson, Kaid, & Carlton, 2012).

Ângulo de abordagem: Estes ângulos primeiramente descritos por Semetko & Valkenburg (2000) foram posteriormente utilizados em análises de conteúdo de notícias com especial incidência nas alterações climáticas (Dirikx & Gelders, 2009; Tong, 2014) e, por isso, extrapolados para este estudo.

- Consequência (ênfatisa a maneira como um problema afetará a população),
- Conflito (ênfatisa o conflito entre lados/indivíduos e ênfatisa os pontos de divergência entre oponentes),

- Responsabilidade (apresenta a problemática de maneira a que a causa ou solução de um problema é colocada em autoridades políticas, indivíduos ou grupos),
- Interesse humano (apresenta o tema de um ponto de vista mais emocional, personalizando o problema. Em relação às alterações climáticas por exemplo refere-se a como as pessoas foram afetadas pessoalmente pelo problema),
- Moralidade (O problema é fundamentalmente uma questão de certos ou errado, limites éticos ou naturais e fronteiras).

Valores-notícia: De acordo com Galtung & Ruge (1965) os eventos passam a notícias por terem algumas características, ou seja, as notícias têm certas características que lhes conferem noticiabilidade primária. Na análise será selecionado o valor-notícia que impera na notícia, dentre os seguintes: amplitude, frequência, negatividade, carácter inesperado, clareza, personalização, significado, referência a países de elite, referência a pessoas de elite, consonância, continuidade e composição.

4.3.1.2 Categorias de análise (online)

Multimedialidade: Indaga de que modo o jornal Público explora esta característica verificando se a notícia tem apenas uma imagem ou uma fotogaleria, vídeo, infografia, áudio ou um post de rede social.



Figura 6- Exemplos de notícias relacionadas (Fonte: Website do Público)

Aqui serão também contabilizadas as notícias com “notícias relacionadas”, hiperligações com imagem que encaminham o leitor para conteúdo semelhante ou mesmo para notícias relacionadas com aquela que está a ser lida.

Hipertextualidade: Pretende averiguar o destino dos links (externo ou interno) e o propósito dos mesmos (se servem para contextualização, explicação ou se têm outro fim).

Interatividade: Verifica se existe a possibilidade de contacto entre o leitor e o jornalista, averiguando se a notícia tem a identificação e o e-mail do jornalista. Como faz parte do *layout* do jornal Público, é obrigatório o espaço para comentários e a possibilidade de partilha e por isso, para avaliar estes aspetos de interatividade serão contabilizados o número de comentários e partilhas.

As tabelas realizadas com as características até agora apresentadas e presentes em anexo, pretendem responder às seguintes questões de investigação: *Qual a importância da cobertura do ambiente no jornal Público? e Quais as diferenças, a nível editorial da cobertura de ambiente em 1997 e em 2017?*

4.3.2 Entrevistas aos jornalistas e ex-jornalistas de ambiente do Público

As entrevistas realizadas entre abril e maio de 2018 tinham por base um guião desenhado para cada tipo de jornalista de ambiente: os que estavam na redação apenas em 1997 ou em 2017 e os que estavam em ambas as instâncias (a editora Ana Fernandes e o correspondente Idálio Revez). Foi ainda concebido um guião para o subdiretor Diogo Queiroz de Andrade.

Cada entrevista era composta de duas a três secções, sendo as mesmas “Informação Geral” (para uma melhor aproximação do perfil do jornalista), “Jornalismo de ambiente” e, quando aplicável, “Introdução do online”. As questões das entrevistas foram pensadas tendo em consideração a base teórica apresentada ao longo do presente relatório de estágio.

As entrevistas desenvolvidas pretenderam responder às questões de investigação 3 e 4: *Qual a importância dos jornalistas especializados na cobertura do ambiente em 1997 e em 2017? e Qual o ponto de vista dos jornalistas do ambiente do Público em relação à prática em 1997 e em 2017?*

Após seleção de jornalistas de 2017 foi possível observar que os jornalistas que mais cobriam ambiente no jornal não eram trabalhadores regulares do mesmo, mas sim

correspondentes do *Local Lisboa*. No Público, ser correspondente do *Local Lisboa* implica enviar os textos à editora para ela os rever e colocar no *backoffice*.

Por existir esta falta de contacto com o online, decidiu-se substituir um dos correspondentes por um jornalista online que visivelmente cobria tópicos de ambiente com alguma regularidade – a Cláudia Carvalho Silva – para que se falasse com alguém que sabe todas as funcionalidades disponíveis (ainda que seja uma jornalista generalista e não cubra ambiente regularmente).

Nome	Cargo	Ano
Ricardo Garcia	Jornalista de ambiente	1997
António Granado	Jornalista de ciência e ambiente	1997
Ana Fernandes	Jornalista de ambiente/ Editora <i>Local Lisboa</i>	1997/ 2017
Idálio Revez	Correspondente <i>Local Lisboa</i>	1997/2017
Cláudia Carvalho Silva	Jornalista Online	2017
Diogo Queiroz de Andrade	Subdiretor	2017

Capítulo 5 - Resumos das entrevistas

5.1 Ricardo Garcia

O repórter esteve no jornal de 1989 a 2016 e foi contratado como jornalista para a secção de Sociedade. A sua especialização em ambiente surgiu na redacção (90% do seu trabalho eram em ambiente) mas afirma que os dois anos que fez em Engenharia Civil – antes da sua licenciatura em História – ajudaram a dominar números e a parte técnica do jornalismo de ambiente. Foi ao propor uma reportagem sobre as associações ambientalistas (que estavam muito em voga nos anos 90) que começou a conhecer o meio.

Para Garcia o tema foi algo que se foi entranhando e afirma que é melhor assim do que entrar com uma militância pré-existente.

Em 1997, segundo o jornalista, havia muita cobertura de ambiente. A aposta do jornal é descrita como fortíssima com muitos recursos e muita liberdade: um jornalista propunha temas e estes eram recebidos com bom grado, não sendo o editor a impor o que fazer. As peças maiores demoravam cerca de uma a duas semanas a fazer e Ricardo Garcia afirma que havia muito espaço para tal: dentro do jornal o tema “ambiente” não era “um gueto” e a equipa tinha muito espaço para fazer trabalhos de grande destaque.

O ex-jornalista da secção Local recorda que fez muitas peças relativas a problemas de ocupação de solo, à construção da Expo e da ponte sobre o Tejo. Adicionalmente havia muita legislação nova a entrar acerca de águas, lixeiras e estradas que era importante noticiar. As suas fontes variavam entre o Governo, as associações ambientalistas, os moradores e agricultores. Também os cientistas eram fontes e, apesar de desconfiarem um pouco dos jornalistas, havia bastantes que eram militantes e acabavam por ajudar.

O jornalista afirma que ser jornalista especializado traz uma mais-valia neste campo pois há que desenvolver confiança junto das fontes, algo que se consegue com o tempo e criando contactos. Em relação ao jornalismo especializado, o jornalista destaca vantagens (conhecer o assunto como ninguém e criar memória dos assuntos) e desvantagens (ficar tão especializado que tem dificuldade a cobrir outros assuntos). É destacado ainda que o ambiente é transversal e que todos os jornalistas deviam ter alguma instrução acerca do mesmo.

Para Ricardo Garcia, a apetência do público para com ambiente sobe e desce de acordo com o que está em voga: “num período de crise económica o ambiente desapareceu e agora também tem estado desaparecido”.

Comparando o ano de 1997 com o estado atual do jornalismo, Garcia afirma que os jornalistas têm muito menos tempo para produzir notícias o que acaba por limitar os seus recursos. Na sua opinião, a cobertura de ambiente encontra-se “muito pobre”, algo que é evidente pela associação que fundou, a “ARCA” - que já teve muitos membros e de momento se encontra “moribunda”(algo também referido na revisão bibliográfica).

Ao inquirir em relação a como o online pode ajudar o jornalismo de ambiente, Ricardo Garcia destaca que este meio apresenta “possibilidades infinitas”: formatos como *long-form*, interatividade, jornalismo de dados, interação com o leitor e hiperligações. O jornalista acaba por focar que enquanto que o online propicia notícias mais parecidas, basta uma imagem ou ângulo diferente para fazer a história destacar do resto.

5.2 António Granado

O jornalista trabalhou no jornal de 1989 até 2010, tendo sido contratado a partir de um programa de estagiários desenvolvido aquando da criação do jornal. A tarefa que exerceu mais tempo no jornal foi jornalismo de ciência. Tirou uma licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas na FLUL e fez uma pós-graduação em Ciências da Informação na Universidade Católica Portuguesa. Ausentou-se duas vezes do Público para estudar - para fazer um mestrado em jornalismo de ciência e o doutoramento na área da Comunicação.

O seu percurso cruzou-se com o jornalismo de ambiente por meio da sua vida pessoal: em 1986 foi uma das 13 pessoas a criar a agência ambiental Quercus. Ao entrar para o jornal deixou de ser sócio da associação e não escreveu sobre a mesma durante muitos anos, mas esta ligação levou a que lhe fosse atribuído o tema. O jornalista esclarece que o ambiente tratado na secção de Ciência focava-se mais em investigação científica e que era diferente do ambiente feita na Sociedade e no Local.

Para Granado, reportar ambiente em 1997 tinha muitos meios humanos (Ana Fernandes, ele e Ricardo Garcia), liberdade e tempo para explorar histórias. Para o jornalista, a principal diferença entre reportar ambiente entre 1997 e 2017 deriva daqui: como eram mais pessoas, tinham liberdade para se dividir, ficando um a cobrir as notícias do dia e

outros explorarem histórias. Ao contrário do que acontece hoje não estavam apenas a tentar ser mais rápidos que os restantes meios de comunicação.

As normais funções de um jornalismo de ambiente eram as normais funções de um jornalista especializado: falar com fontes (universidades, associações ambientalistas), receber informações do público e de correspondentes. O seguimento de notícias era diário (não tão orientado para catástrofes) e os jornalistas tinham uma muito boa perceção e domínio dos temas e dossiers.

O jornalista foca o contraste de ser especialista antigamente e de se tornar “especialista instantâneo” (hoje em dia): compara o primeiro a um repórter que vive no país em guerra e o último a um repórter que é mandando para o local de guerra durante 3 dias dizendo “A pessoa não conhece o suficiente sobre área e não domina, e nem sabia que existia”.

Afirma que o jornalismo especializado traz a vantagem de melhor jornalismo (“estar muitos anos a escrever sobre o mesmo tema permite-nos conhecer pessoas, criar contactos, verificar factos e ter noção de que os assuntos não caem do céu”), mas a desvantagem de uma hiperespecialização ou de ficar à mercê das fontes.

Granado afirma ainda que muitas pessoas deixaram de acreditar no jornalismo pela falta de especialização no meio.

Em relação ao novo mundo online foca-se na problemática da falta de tempo, dizendo que o jornalismo com esta voracidade não tem tempo de confirmar, descobrir e explorar - as características cruciais do jornalismo especializado. Ainda neste tópico acrescenta que formar um jornalista especializado também é algo que consome tempo e que “imensas histórias que não são feitas porque simplesmente não há tempo para as fazer”.

5.3 Ana Fernandes

A jornalista e atual editora do Local Lisboa trabalha desde 1989 no jornal. Começou por ser contratada para trabalhar no Local Lisboa mas passou pela editoria de Ciência, Sociedade, Economia e Mundo. Cobriu ambiente durante 15 anos até se tornar editora (que ocasionalmente ainda cobre ambiente).

À editora foram feitas mais perguntas comparativas entre 1997 e 2017, já que ela tem memória de como era a redação antigamente. Tinha o dobro das pessoas e a maioria dos temas de Mundo eram cobertos na Sociedade, exceto a política internacional.

Ana Fernandes dá conta da forte aposta do jornal em ambiente, dado que três jornalistas o cobriam e afirma que fora do jornal era uma área pouco coberta, algo verificado por ter sido a única jornalista portuguesa a ir a Quioto em 1997 para assinatura do protocolo relativo às alterações climáticas.

A entrevistada recorda que o ambiente era um muito bom tema para os jornalistas se embrenharem (em vez de aterrar em vários temas sem contexto) já que toca muitas áreas e especializar-se implica ter memória para se conseguir simplificar os conceitos para o leitor comum (algo crucial para a editora).

Os trabalhos feitos eram baseados em trabalho de campo e as fontes eram o governo ou associações ambientalistas.

É descrita uma subida de importância da temática quando o ambiente passa de desconhecido nas redações a um assunto da agenda mediática e uma descida de importância com o esvaziar das redações e o despedimento de jornalistas de ambiente. A jornalista acha que o jornal tem um pouco falta de acompanhamento diário do assunto, mas que o mais importante continua a estar garantido.

Nesta linha de pensamento, Fernandes foca um pouco a realidade de 2017: falta de meios humanos e disseminação da Internet. Como vantagens da Internet destaca o rápido esclarecimento de assuntos, que antigamente tinham que ser esclarecidos por especialistas, o que é algo que vem com desvantagens como a possibilidade da informação não ser sempre fidedigna. A editora foca-se ainda na instantaneidade do meio atualmente, o que impede que o jornalista saia da redação e fale com as pessoas.

5.4 Idálio Revez

O correspondente do Algarve no Local Lisboa foi contratado em 1989 aquando da criação do jornal e continua a exercer a mesma função hoje em dia.

O jornalista oferece uma perspetiva bem diferente do que é ser jornalista de ambiente: por ser correspondente de uma região como o Algarve, acaba por tratar muito de ambiente em junção com economia e política regional. Revez formou-se na área de Letras, foi bibliotecário e o ambiente surgiu como uma necessidade de cobrir a atualidade e a realidade algarvia.

É dado conta que em 1997 havia uma menor receptividade para questões do ambiente porque os ambientalistas eram vistos como “maus da fita” e era mal visto dar igual importância à opinião dos mesmos e do presidente da câmara.

Para o correspondente, algumas coisas mudaram entre 1997 e 2017 no processo de noticiar: a linguagem mudou bastante, já que agora os jornalistas têm que adequar aos tempos modernos, a maneira de noticiar mudou, já que se espera que os jornalistas expliquem e enquadrem factos e a maneira como o ambiente é falado mudou também, sendo hoje em dia mais abrangente.

Segundo Idálio Revez, também os temas mudaram à medida que a sociedade evoluiu, o que motiva o continuo fascínio que tem pelo tópico.

Foi focado o aspeto de ser correspondente no Algarve e quais os cuidados especiais que se deve ter com tal cargo. Tendo em conta que o ambiente toca muito em assuntos relacionados com poder local, deve-se ter em conta a política da área, conhecendo as diretrizes da zona. Traz muitas vantagens estar constantemente fora da redação (apura o “faro jornalístico”) e no meio da ação, mas há que ter em conta que os correspondentes estão mais expostas ao escrutínio do público: “qualquer matéria que não seja bem sustentada é discutida no café ou na rua e o jornalista tem contacto com isso no dia-a-dia”.

Para alguém como um correspondente, que não tem qualquer tipo de contacto com o online ou com o *backoffice* utilizado no jornal, o online é importante para a notícia imediata, aquela que reporta “que alguém caiu de uma falésia”. Mas para Revez, a partir daí, convém haver alguém que tenha memória do que se passou e conheça a geografia da região e as políticas regionais, alguém que enquadre os factos – para que o desenvolvimento seja feito no formato de papel.

Hoje em dia, segundo o jornalista, os leitores valorizam notícias de ambiente e o Público continua a apostar no mesmo, apesar dos cortes financeiros. Na sua opinião, o jornal continua a ser um dos poucos espaços onde este tipo de jornalismo ainda pode ser feito.

5.5 Cláudia Carvalho Silva

A jornalista online trabalha no jornal desde janeiro de 2017, um ano depois de ter completado um estágio curricular de seis meses no mesmo, como jornalista do Local Lisboa.

A entrevista focou-se no jornalismo online e Cláudia começou por comparar o mesmo ao jornalismo feito no Local Lisboa: segundo a jornalista, os ritmos de trabalho são completamente diferentes (com múltiplas notícias por dia no Online e entre duas ou nenhuma no Local por dia) e o foco temático apenas existe no Local, tendo que se fazer um pouco de tudo no Online. Neste último, os jornalistas não fazem só texto e “puxam Lusas” mas estão também encarregues de colocar links, informação, fotogalerias, imagens (“o que for preciso”) a outras peças.

Para Cláudia, o imediatismo é a principal desvantagem que o espaço online pode trazer à cobertura de ambiente, mas destaca como vantagens a fácil procura de informação (seja por redes sociais ou contactos a investigadores) e a possibilidade de por links nos artigos sobre estudos para os próprios estudos por exemplo.

Apesar de não conseguir precisar quantas notícias ambientais acaba por fazer (por haver semanas em que faz muitas e outras em que não faz nenhuma), afirma que são as notícias que tem mais propensão a assinar já que há sempre muito a pesquisar, estudos para ler ou pessoas para contactar – funções que acrescentam sempre algo à informação original.

Apesar de achar que o ambiente tem tendência a ser mais coberto quando acontece algum evento de grande importância, destaca que os leitores mostram muito interesse neste tipo de peças. Uma das suas peças que mais retirava partido do online foi uma infografia relativa à escassez de água³⁶ que, segundo a própria, “explicar algo por via de texto não é suficiente ou não é imediato para que o leitor visualize logo o que está verdadeiramente a acontecer”.

Em termos de ideias para notícias, a jornalista considera que às vezes vêm de sugestão dos editores (sobretudo da editora de ciência) e outras do online (de *newsletter* de revistas científicas ou das redes sociais).

Quando questionada acerca da importância de jornalistas especializados na temática, a jovem responde que acha que traz uma vantagem inegável, mas que considera que alguns jornalistas terem alguma formação no assunto seria mais proveitoso para o jornal, pois ofereceria melhor cobertura do tema com menos custos.

³⁶ <https://www.publico.pt/2018/03/22/infografia/num-mundo-cada-vez-mais-arido-a-agua-vai-perdendo-terreno-258>

5.6 Diogo Queiroz de Andrade

O diretor-adjunto encontra-se no jornal desde outubro de 2016 e chegou ao mesmo para atribuir enfoque especial à área digital e online.

Para ele, o jornalismo online tem evoluído na interação com o leitor, já que as ferramentas digitais permitem perceber o que o leitor lê e o que quer ler no futuro. Dá conta também que o website e a pesquisa precisam de ser melhorados para que o jornal se torne mais forte neste campo.

No campo de jornalismo especializado, Diogo afirma que o Público ainda tem um grande caminho a percorrer, pois a sua cobertura ainda se centra um pouco nas notícias de última hora e na rapidez com que se noticia informação simplista ao invés de contextualizar e demorar um pouco mais. No entanto, afirma que tem mantido jornalistas “sénior” nos quadros de grande importância nas suas secções de modo a conseguir fazer jornalismo de análise – tanto no papel como online.

Para o subdiretor, o ambiente sempre foi uma grande aposta do jornal e é uma herança de que se orgulha muito, no entanto reconhece que não lhe é sempre dado o destaque merecido devido aos constrangimentos financeiros. Para o futuro era desejável voltar a tratar mais o tópico pois uma das estratégias do jornal será agradar a um público mais jovem – e o ambiente é um tópico que agrada a este público.

Quando questionado acerca de como o online pode contribuir para a cobertura do jornalismo de ambiente, Diogo Queiroz de Andrade descreve o tema como muito visual e por isso distingue que é totalmente diferente escrever sobre ele ou fazer um explicativo, mostrar uma vídeo-reportagem, uma fotografia ou uma fotogaleria. Ainda nesta temática, destaca mais uma vez a interatividade, salientando que os leitores mostram interesse neste tipo de peças, o que “obriga” o jornal (de um ponto de vista comercial) a produzi-las mais.

Capítulo 6 - Apresentação dos resultados

6.1 Apresentação dos resultados

De modo a responder às questões de investigação e a cumprir o objetivo desta tese foi desenvolvida uma análise de conteúdo que se pretendeu confrontar com os resultados já obtidos nas entrevistas realizadas, ao longo da apresentação dos mesmos.

Perspetivando neste prisma, os seguintes subcapítulos encontram-se divididos em dois, de acordo com a análise comparativa de 1997 e 2017 no papel e de acordo com a análise de 2017 no online. Ao longo desta análise serão apresentados os vários gráficos que traduzem as descobertas feitas com base nas tabelas mostradas nos Anexos.

6.1.1 Notícias no papel

A primeira característica da qual se podem retirar algumas conclusões preliminares é o número de notícias de ambiente feitas em cada ano. Como foi possível verificar através das entrevistas realizadas, alguns jornalistas são da opinião de que o jornal Público já não produz tantas notícias de ambiente (exemplificando Ricardo Garcia que descreve a atual cobertura da temática como “muito pobre”) e, por isso, achou-se importante verificar se essa era mesmo a realidade.

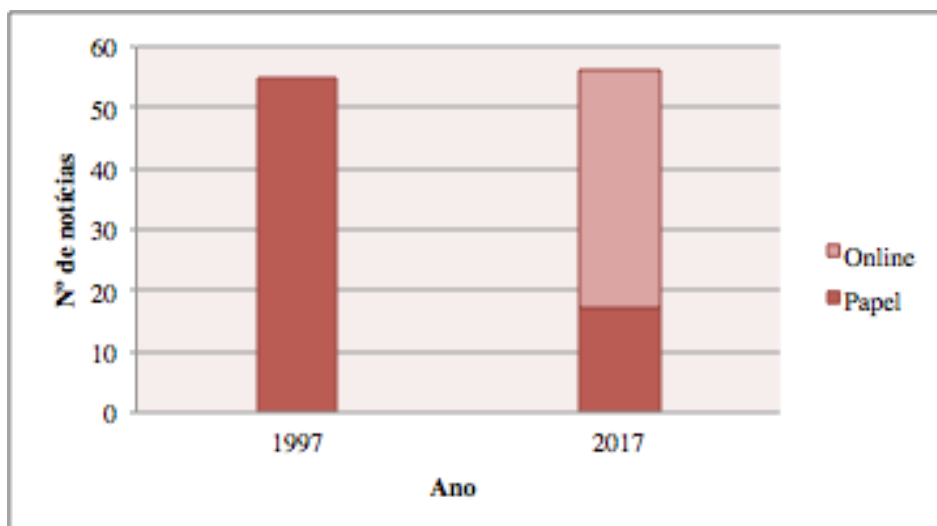


Gráfico 1 - Notícias de ambiente no jornal Público

Após cuidada seleção de todas as notícias de ambiente presentes nas duas semanas estruturadas, selecionadas para análise, obteve-se um total de 55 notícias em 1997 e 56 notícias de ambiente em 2017. Das últimas foi possível verificar que apenas 17 saíram nos jornais dos dias de análise, tendo o restante das notícias saído no website. Preliminarmente e com base na revisão de literatura, é possível assumir que o espaço online traz uma vantagem: continuar a haver uma igual quantidade de cobertura de ambiente após as restrições monetárias que o jornal teve. Esta conclusão alinha-se com o que Diogo Queiroz de Andrade afirma na sua entrevista, em relação ao ambiente sempre ter sido uma grande aposta do jornal e uma herança “de que se orgulha muito”.

No entanto e de acordo com aquilo afirmado em seguida pelo subdiretor do jornal (que não é sempre dado ao ambiente o destaque merecido, devido aos constrangimentos financeiros) uma possível conclusão a retirar é que a temática perdeu alguma da sua importância, passando para um pouco para segundo plano, sendo “empurrado” para o online. Mas para retirar tal conclusão é necessária uma análise mais profunda.

Achou-se ainda relevante avaliar a quantidade de notícias que surgiu por dia escolhido para análise de modo a verificar se existia algum padrão de importância destas peças em 1997 e 2017.

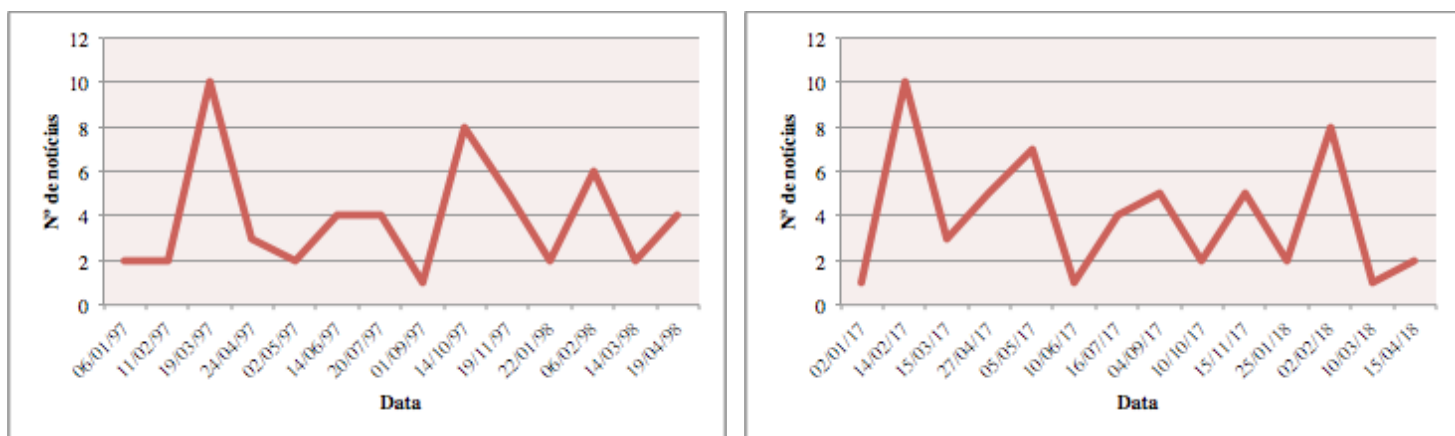


Gráfico 2 - Número de notícias de ambiente no jornal Público por dia em 1997 (esquerda) e 2017 (direita)

Verifica-se que o pico de notícias em 1997 ocorreu na data de março (19 de março), com 10 notícias e que o maior valor em 2017 ocorre em fevereiro (14 de fevereiro) também com 10 notícias de ambiente.

É possível verificar que a publicação deste tipo de notícias é pouco constante, sendo mesmo composta de altos e baixos, especialmente em 2017 - algo que pode ou não ser

aleatório. Se não for aleatório podemos supor que é algo que está de acordo com a variação de importância do tema discutida na revisão bibliográfica (que é importante ciclicamente) e aquilo dito por Ricardo Garcia na sua entrevista (que a importância “sobe e desce de acordo com o que está em voga”).

No entanto há que ter em conta que esta é uma análise limitada por se tratarem de semanas estruturadas; seria uma análise bastante mais precisa se fosse possível analisar o conteúdo de um ano inteiro (algo que excluía a hipótese de aleatoriedade).

Prossegue-se com a análise comparativa da categoria “autor”. Com uma herança de jornalismo especializado, o debate acerca de se o mesmo afeta ou não a cobertura de jornalismo de ambiente foi levantado nas variadas entrevistas realizadas. Enquanto que é consensual que o jornalismo especializado traz vantagens como mais contactos, e conhecimento dentro do tópico “ambiente”, António Granado leva a importância deste tipo de jornalismo mais longe, considerando que os leitores “deixaram de acreditar no jornalismo” porque deixaram de haver jornalistas especializados.

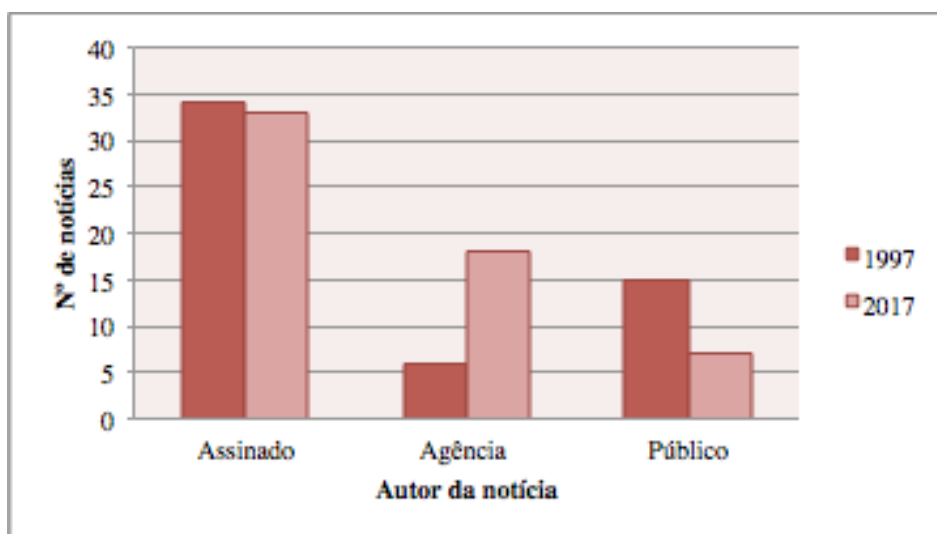


Gráfico 3- Classificação de peças por autor da notícia

Nesta linha de pensamento, ao examinar os autores das peças analisadas, retiram-se algumas conclusões. Primeiramente observa-se uma ligeira (quase impercetível) descida do número de peças assinadas de 1997 para 2017, havendo 34 notícias assinadas (61% do número total) em 1997 e 33 (58,9%) em 2017. Seguidamente verifica-se uma mudança acentuada do número de notícias de ambiente produzidas por uma agência noticiosa: em

1997 apenas 6 deste tipo tinham sido publicadas, enquanto que em 2017 o número sobe para 18. O reverso acontece com as notícias assinadas como “Público”: de 1997 para 2017 verifica-se uma perda de importância nas mesmas, que diminuem de 15 para 7.

É necessário destacar que o número de notícias não assinadas em 2017 (agência e Público) é 25 pois existem duas notícias que são assinadas por ambos agência e Público, perfazendo um total de notícias em 2017 de 58.

Para verificar se houve efetivamente um decréscimo no número de jornalistas especializados fez-se um levantamento do mesmo e relacionou-se com o número de notícias assinadas em cada ano.

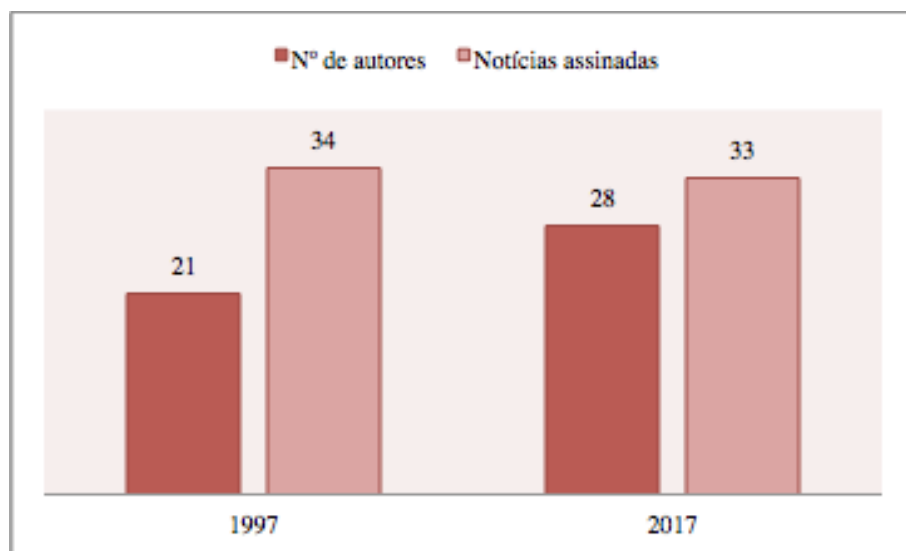


Gráfico 4 - Comparação do número de autores com o número de notícias assinadas

Segundo o gráfico, verificamos que em 1997 existem 21 autores que assinam as 34 peças de ambiente feitas, enquanto que em 2017 existem 28 autores a assinar as 33 notícias. Daqui podemos concluir que menos autores faziam o mesmo número de peças em 1997, o que significa que existiam jornalistas especializados, que faziam mais variadas peças de ambiente (que já não existem em 2017).

Outra categoria que se considerou necessária a uma análise de conteúdo completa foi a secção/editoria em que a notícia de ambiente se encontra inserida. Sendo o ambiente uma categoria transversal - como foi verificado na revisão de literatura e confirmado por todos os ex-jornalistas de ambiente nas suas entrevistas - é importante verificar se esta transversalidade se mantém mesmo depois de já não existir um jornalista de ambiente na

secção Local (Ana Fernandes), um na secção de Ciência (António Granado) e um na secção de Sociedade (Ricardo Garcia).

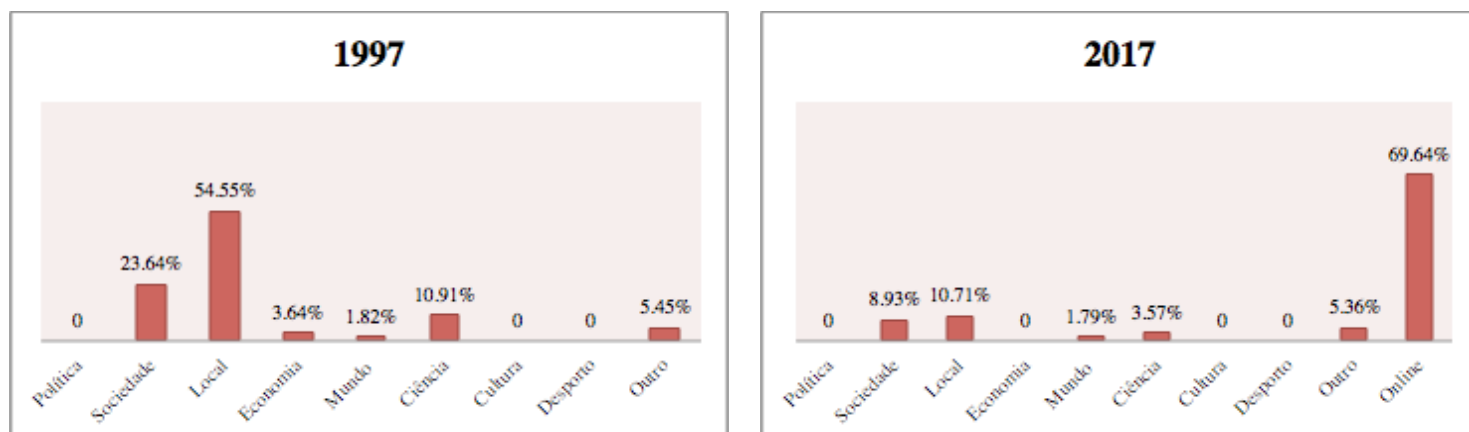


Gráfico 5 - Comparação da frequência de peças ambiente por secção

Após a análise, tornou-se evidente a necessidade de reduzir a amostra às notícias em papel, já que as colocadas online não têm tag ou qualquer outra identificação da sua editoria (e 1997 não tem registo online, pelo que seria feita uma comparação desequilibrada).

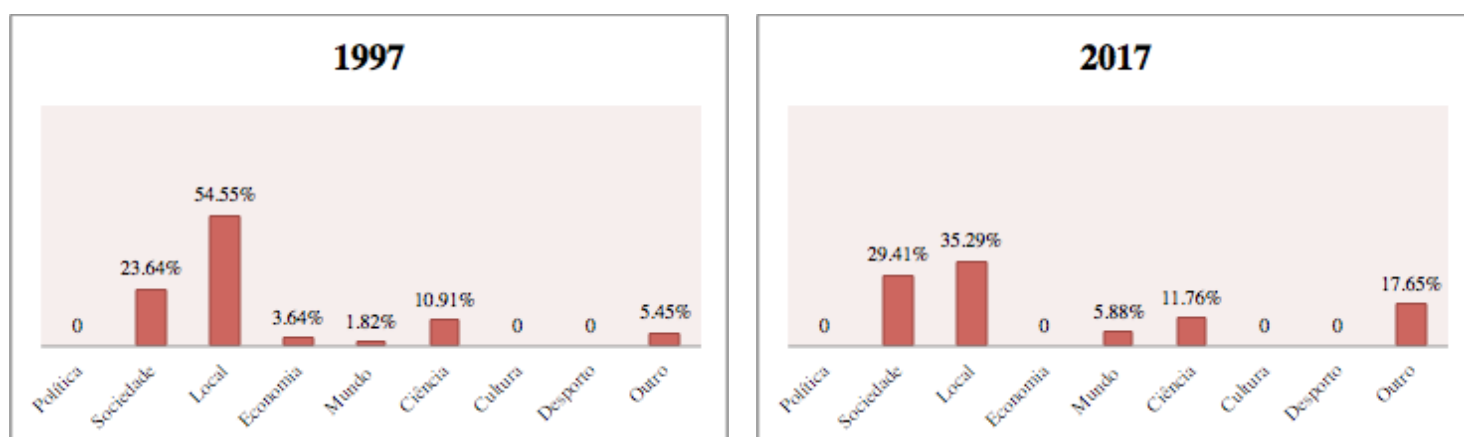


Gráfico 6 - Comparação da frequência de peças ambiente por secção (excluindo as peças do online em 2017)

Após este ajuste é possível fazer a análise comparativa das editoras que mais comportam notícias de ambiente, e verificar que a secção Local continua a ser a secção com mais presença das mesmas. Apesar disto, em 2017 as notícias de ambiente parecem estar menos concentradas: a percentagem em Local é quase 20% mais baixa do que em 1997 e a percentagem das mesmas em Mundo, Sociedade, Ciência e Outro aumenta. Na amostra de 2017, não existem notícias na editoria de Economia e em ambas as amostras não existem notícias de ambiente na secção de Política, Cultura ou Desporto.

Uma vez que apenas são consideradas as notícias em papel de 2017, há que considerar que, devido a uma análise de um universo substancialmente menor (17 notícias ao invés de 56), estes números podem não ser um reflexo da realidade.

Podem-se formular hipóteses para a diminuição de importância do ambiente na secção Local Lisboa sendo uma delas a diminuição da secção Local em si. Em 1997 a editoria Local não era apenas uma parte do jornal, mas um caderno extra que vinha com a publicação. Isto significava que existiam mais correspondentes (tal como Idílio Revez destaca na sua entrevista, existiam 3 apenas na região do Algarve) e que a cobertura ambiental era mais rica, já que muito do trabalho dos correspondentes acabava por ser este tipo de cobertura (algo que Ana Fernandes e Idílio salientam).

Uma característica que se destaca quando analisamos a importância da cobertura ambiental prende-se com o destaque dado a este tipo de notícias. Para isso averigua-se qual o género jornalístico que prevalece e se a notícia é ou não tema de capa.

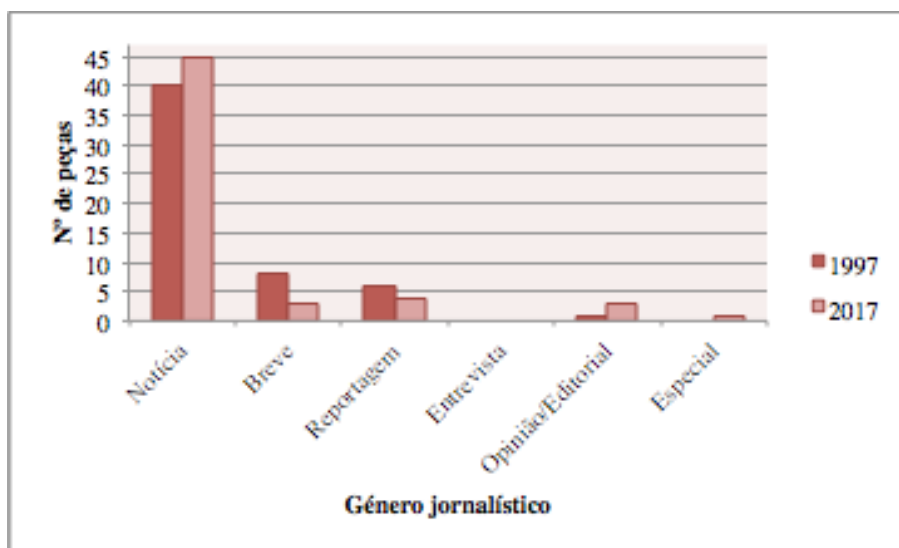


Gráfico 7 - Classificação de peças por género jornalístico

Como se pode verificar pelo Gráfico 7, em ambos os anos a maioria das peças de jornalismo produzidas inserem-se no género jornalístico de notícia, seguidos de breves em 1997, e reportagens em 2017. Os géneros jornalísticos têm ainda presença de opinião/editorial em ambos os anos e um especial em 2017, sem qualquer presença de entrevistas.

Em 1997 houve mais reportagens feitas do que em 2017, algo que Ricardo Garcia menciona na sua entrevista quando refere que “o ambiente não era um gueto do género: ‘fica aqui com uma página’. Não, nós fazíamos trabalhos muito grandes de grande destaque”.

Em 2017 (80,36%) a quantidade de notícias ultrapassou a quantidade de notícias em 1997 (72,73%); no entanto, foram produzidas mais breves e reportagens em 1997.

Em relação a ser tema de capa, algo que apenas é avaliável no papel, verificou-se que as notícias de ambiente em questão apenas tiveram chamada à capa duas vezes em cada amostra, sendo tema de capa 2 das 55 notícias em 1997 (3,64%) e 2 das 17 em 2017 (11,76%). Apesar de isto significar que em 2017 o ambiente foi mais vezes tema de capa há que considerar que a amostra é mais pequena, o que pode enviesar o resultado.

No geral, é possível verificar que o género jornalístico tem um destaque ligeiramente maior em 2017 já que tem mais notícias, mais opiniões e um especial, algo que não acontece em 1997. No entanto também há possibilidade de concluir que têm um destaque muito parecido já que 1997 tem mais reportagens.

No seguimento da análise comparativa é necessário averiguar o alcance que a notícia tem e que tipo de amplitude é mais destacada nas notícias de ambiente produzidas no jornal Público.

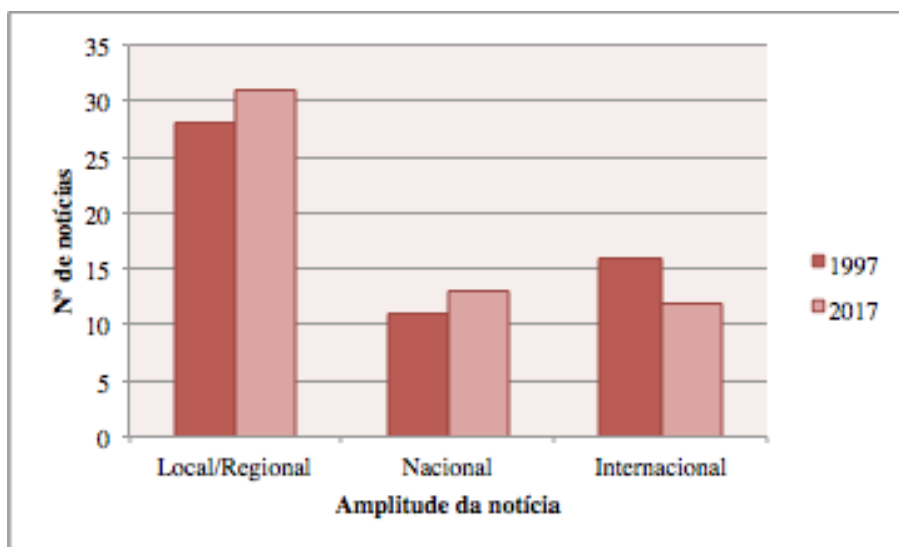


Gráfico 8 - Amplitude das notícias de ambiente analisadas

Apesar da secção Local ter aparentemente diminuído em 2017, como foi possível verificar no Gráfico 5, é curioso notar que as notícias locais estão em maioria neste ano e em número superior às notícias locais de 1997.

O ano de 1997 foi, como foi possível confirmar nas entrevistas com Ana Fernandes e Ricardo Garcia, um ano de conferências internacionais (nomeadamente Quioto) e por isso mesmo é natural que o destaque em notícias de amplitude internacional esteja presente neste mesmo ano. Pelo contrário, 2017 foi um ano com muitos eventos internacionais de elevada importância o que, segundo a teoria já discutida na revisão bibliográfica, poderá ter desviado foco de notícias ambientais, já que a apetência do tema “sobe e desce de acordo com o que está em voga” nas palavras de Ricardo Garcia.

Em 1997 as notícias com menos destaque eram aquelas com amplitude nacional, enquanto que em 2017 as que se encontram em minoria são as notícias de ambiente com cariz internacional.

Seguidamente foi analisada a proveniência das fontes eleitas pelos jornalistas para redigir as notícias de ambiente, já que as mesmas são um aspeto tão crucial do jornalismo especializado – algo discutido nas entrevistas de António Granado e Ricardo Garcia.

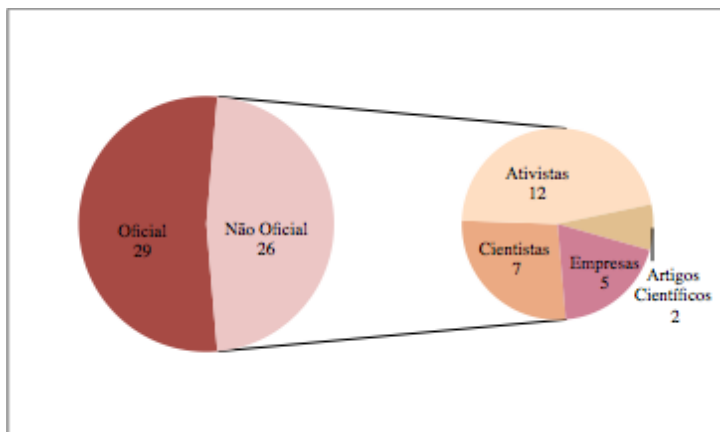


Gráfico 9 - Proveniência de fontes jornalísticas em 1997

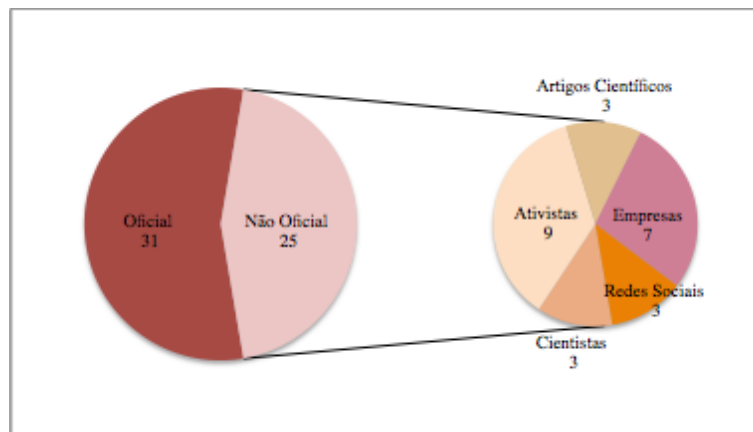


Gráfico 10 - Proveniência de fontes jornalísticas em 2017

Aqui a conclusão de proveniência de fontes foi semelhante: em ambos os anos as fontes são maioritariamente oficiais (52% em 1997 e 55% em 2017) o que mostra a forte influência que o Governo ou de entidades de autoridade têm nas notícias de ambiente do Público.

Dentro das notícias não oficiais é possível verificar que a maioria é atribuída a ativistas, que tinham um peso especialmente forte em 1997 (46% das fontes não oficiais). Aqui é importante recordar o que Idálio Revez mencionou na sua entrevista em relação às fontes ambientalistas: “os protagonistas na altura (ambientalistas) eram vistos como maus da fita e daí que dar espaço noticioso aos ambientalistas era tido como algo estranho”. Isto era algo que o jornalista sentia por ser um correspondente local, mas que, afinal, acabava por não ter grande impacto na cobertura.

Em 1997, as seguintes fontes não-oficiais mais importantes são os cientistas (mencionados por Ricardo Garcia como peças-chave das fontes do jornalismo de ambiente) e por fim as empresas e os artigos científicos. Os últimos podem ter pouco destaque pela dificuldade de aceder aos mesmos em 1997, algo que poderia levar os jornalistas a falar com o autor do estudo e obter esclarecimentos diretamente deles.

Já em 2017, as empresas chegam ao segundo lugar das fontes não oficiais, enquanto que os cientistas, os artigos científicos e as redes sociais (uma nova fonte de informação nos dias de hoje) têm um igual destaque, com uma equidade de 12% cada.

Em relação ao conteúdo das peças de ambiente analisadas, foram estudadas duas características: o ângulo de abordagem escolhido e o valor-notícia imperativo nas notícias. No ângulo de abordagem, enquanto que a comparação é sempre importante, achou-se que uma representação do mais utilizado no geral seria relevante.

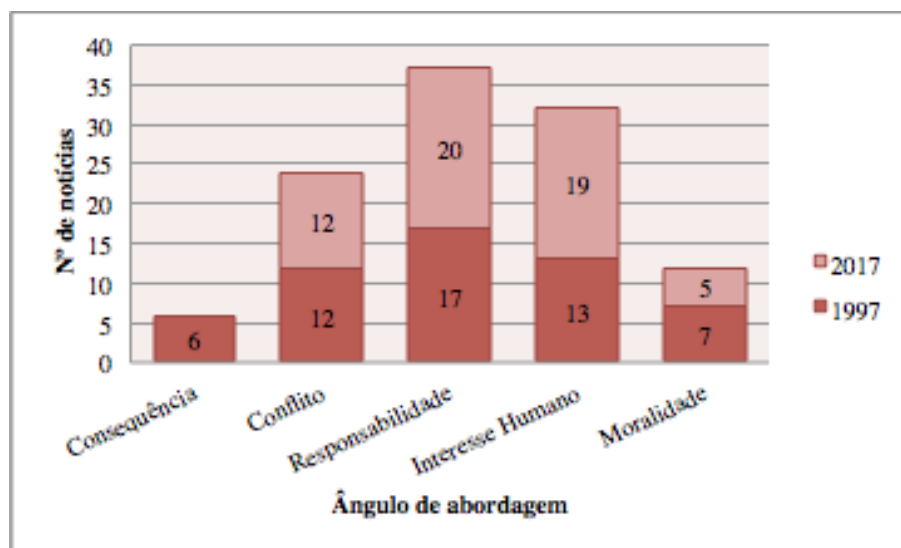


Gráfico 11 - Ângulo de abordagem imperativo nas notícias analisadas em 1997 e 2017

Por isso, e como se pode verificar no Gráfico 11, o ângulo “responsabilidade” que apresenta a problemática “de maneira a que a causa ou solução de um problema é colocada em autoridades políticas, indivíduos ou grupos” é sempre o mais utilizado, perfazendo um total de 33% do universo de notícias em análise. No geral e concluindo a partir da amostra analisada, as notícias de ambiente procuram responder ou colocar problemas, daí este ser o ângulo mais focado. O ângulo de interesse humano é o seguinte que se foca nos efeitos que certo problema ambiental tem nas populações. O ângulo de conflito e moralidade têm uma importância muito semelhante nos dois anos, ao passo que o ângulo de consequência tem pouca representação em 1997 e nenhuma em 2017.

A maior variedade de ângulos de abordagem pode sugerir um maior cuidado na sua escolha em 1997 ou pode apenas suceder por mero acaso (sendo provavelmente necessária uma amostra maior para comprovar esta teoria).

Tendo em conta a análise feita em relação ao valor-notícia das peças em questão, podem ser retiradas algumas conclusões.

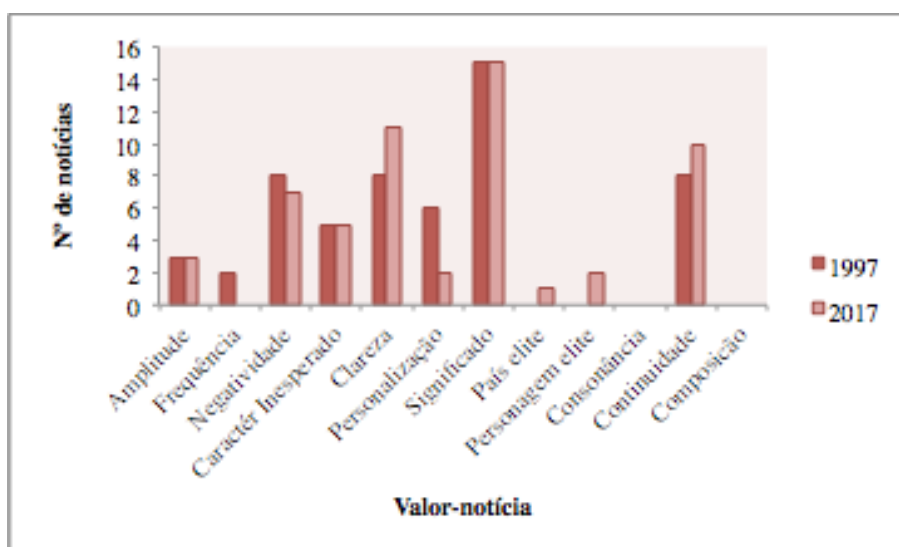


Gráfico 12 - Valor-notícia imperativo nas notícias analisadas em 1997 e 2017

As notícias de ambiente mais produzidas no jornal Público apelam ao significado, ou seja, à empatia com a audiência, salientando a proximidade geográfica e cultural que a ocorrência tem para o leitor. Em 1997, o segundo valor-notícia mais importante era a continuidade, provavelmente pois como foi afirmado durante a entrevista de Ricardo Garcia e Ana Fernandes, foi um ano com muitas notícias de ambiente, que precisavam de ser acompanhadas. Já em 2017 o segundo valor mais importante é a clareza, algo que se ajusta bastante bem à imediaticidade do meio: notícias mais claras e que não precisam de conhecimento prévio da parte do leitor captam rapidamente a atenção do leitor.

Em 1997, existem algumas notícias em que o valor-notícia é a frequência (devido ao acontecimento de catástrofes naturais) enquanto que em 2017 existem algumas que colocam um país ou personagem elite em destaque (notícias online relativas a cimeiras políticas com cariz ambiental).

Finalmente, a última categoria analisada nas notícias em papel foi a presença de imagem (gráfico 13). Em 2017, das 17 notícias em papel 76,47% das notícias apresentavam imagem, enquanto que em 1997, das 55 notícias em papel apenas 37,04% tinha imagem, como se pode ver no Gráfico 12. Isto deve-se provavelmente à mudança de formato do jornal: o antigo formato *long-form* tinha menos espaço para cada notícia, e menos imagens por páginas no geral. Ainda assim, pode-se prender com o facto de haver mais breves e menos notícias em 1997 do que em 2017.

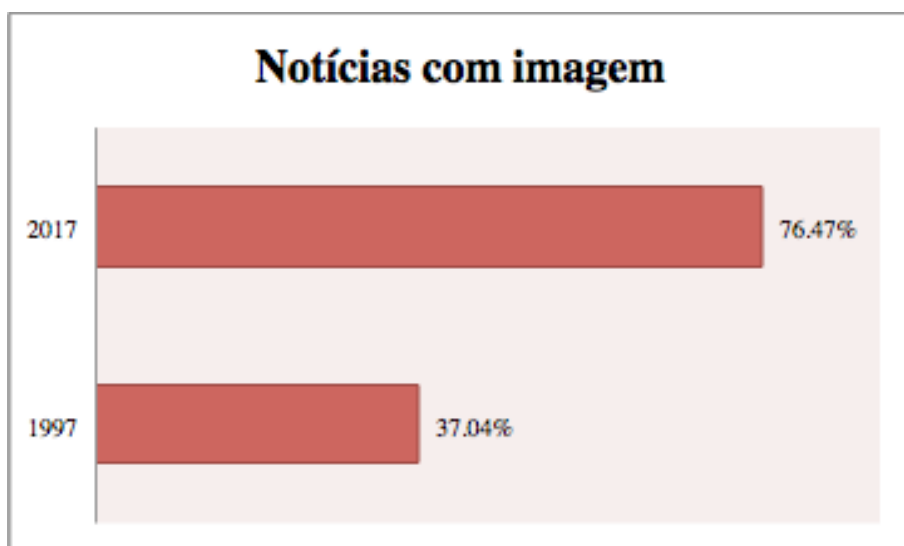


Gráfico 13 - Percentagem de notícias saídas com imagem (apenas no papel)

6.1.2 Notícias online

Quando se procedeu à análise das notícias de 2017, foram analisadas as notícias no website do jornal que preenchiam os critérios selecionados quando foram delineadas as características do corpo de análise.

Para se perceber que valências do universo online são uma mais valia para a cobertura do ambiente no jornal Público e quais precisam de ser melhor exploradas, foram analisadas as seguintes categorias: a multimedialidade, a interatividade e a hipertextualidade.

Primeiramente é importante referir que quatro das notícias analisadas no papel também se encontravam online, pelo que a análise online se estendeu a essas mesmas notícias - o que fez um total de 43 notícias, ao invés das 39 apresentadas no Gráfico 1.

Na sua entrevista, Ricardo Garcia destacou a importância da multimedialidade na cobertura ambiental, focando-se ainda que em Portugal há espaço para trabalhos de ambiente muito bons – sendo para o jornalista o Público exemplo de alguns desses trabalhos.

Tendo isto em mente, analisa-se a multimedialidade no jornal. Há que ter em conta que no espaço online do jornal é requerido que seja colocada pelo menos uma imagem, daí que esta seja a linguagem multimédia com presença mais forte na análise realizada.

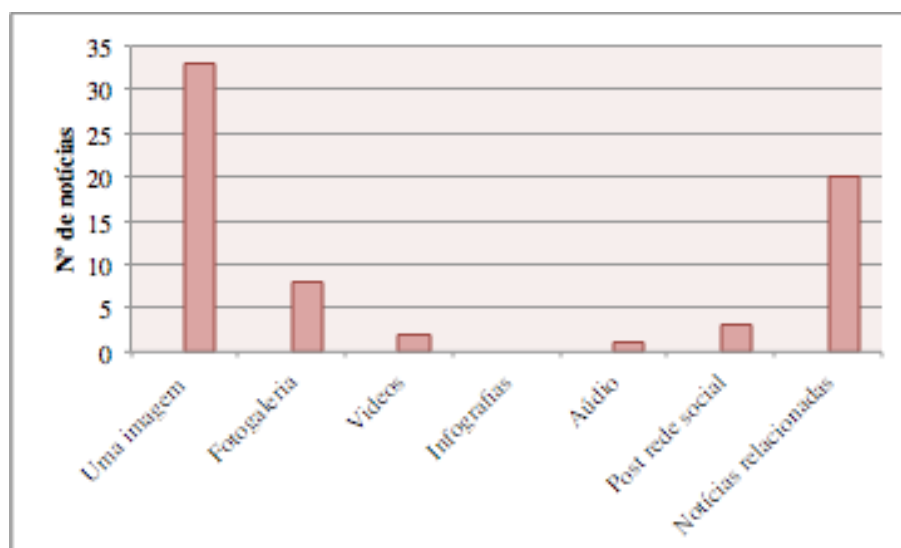


Gráfico 14 - Multimídia: os vários tipos de linguagem

No entanto, no que toca a outros métodos visuais de ilustrar as peças – como fotogalerias, vídeos ou infografias – verificamos que a sua utilização fica aquém das expectativas, com apenas 18,61% das notícias de ambiente online com fotogalerias, 4,65% com vídeos e nenhuma com infografia.

Outra característica bastante utilizada nas notícias de ambiente do jornal são as hiperligações para notícias relacionadas, que constam em 20 das 43 notícias publicadas (46,5%). Já as notícias que incluem “posts” de redes sociais no seu corpo são as mesmas notícias que utilizam as redes sociais como fonte, como visto no Gráfico 9.

A primeiro ver, parece que as notícias de ambiente não estão tão dinamizadas quanto deviam estar tendo em conta que, tanto Diogo Queiroz de Andrade como Cláudia Carvalho Silva, referiram nas suas entrevistas que o online tinha como principal vantagem ser um espaço extra para explorar todas estas valências, e que parte do trabalho dos jornalistas do online passava por tornar o texto mais dinâmico, “fazendo fotogalerias, *embed* nos textos” e acrescentando links, informação ou imagens.

Para estudar as hiperligações no corpo de texto, foram considerados os dois tipos de destinos que os links que podem ter: links internos ou links externos. No geral, durante o estágio, senti-me sempre mais encorajada a colocar os links internos, mas sempre que a notícia o requeria colocava links externos também. No entanto, reparava que nem todos os jornalistas o faziam.

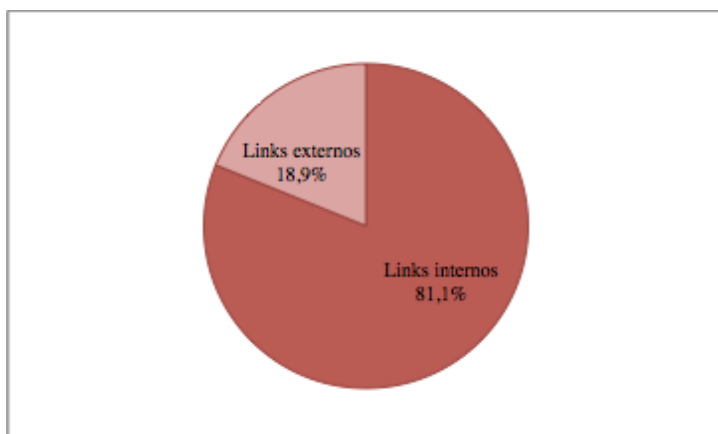


Gráfico 15 - Hipertextualidade: Destino dos links

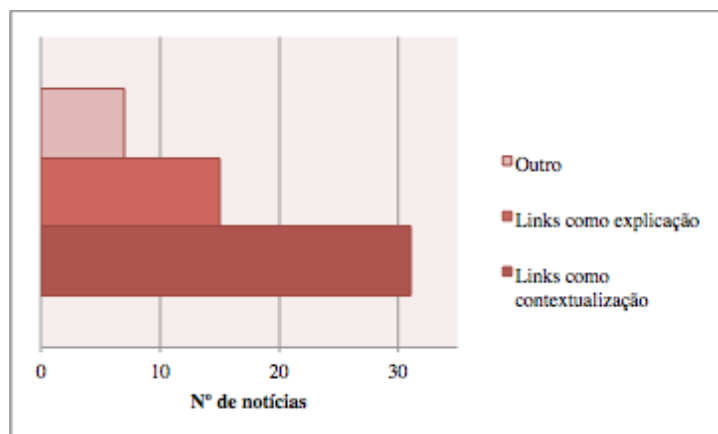


Gráfico 16 - Hipertextualidade: Propósito dos links

Assim, verifica-se que a maioria dos links são internos (81,1%), ligando a notícias relacionadas à medida que é necessário. Os links externos ficam aquém das expectativas já que muitas vezes existem notícias com base em estudos ambientais que acabam por não ser colocados em link³⁷, algo que Cláudia Carvalho Silva tinha salientado como uma das vantagens do espaço online em relação às notícias de ambiente.

Tendo em conta o propósito que os links adquirem, é possível verificar que a maioria (58,49%) serve como contextualização para o que está a ser falado na notícia. Os restantes links servem como explicação ou têm outro fim, como encaminhar para um website de uma entidade ou empresa que está a ser discutida na peça.

Finalmente, é analisada a interatividade. Aqui estabelecem-se de imediato duas premissas associadas ao website do jornal: é sempre possível partilhar e comentar numa notícia. Por isso além da identificação do jornalista (de modo a avaliar a possibilidade de interação leitor/jornalista), foram contabilizadas as notícias com comentários e com partilhas, bem como o número dos mesmos.

³⁷ <https://www.publico.pt/2017/05/05/ciencia/noticia/andamos-a-temperar-a-comida-com-sal-que-tem-microplasticos-1771004>

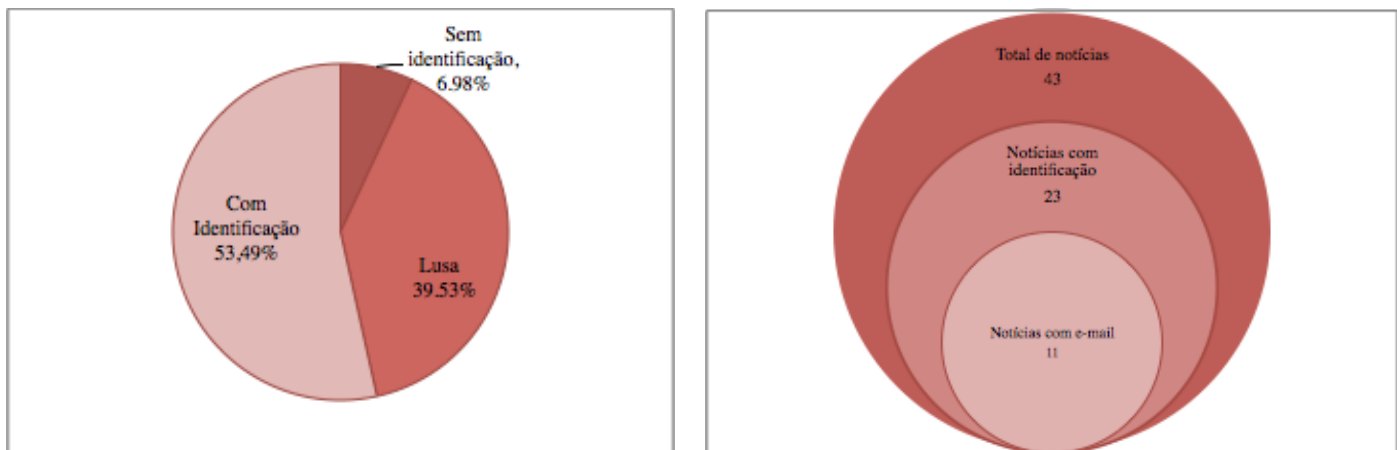


Gráfico 17 -Interatividade: a interação jornalista/leitor

Segundo o Gráfico 17 verifica-se que do universo total de notícias online (43) encontramos 23 com o nome do autor, o que significa que 53,49% são notícias identificadas. É possível verificar também que 39,53% do total de notícias são provenientes da agência Lusa e que por isso apenas 6,98% das notícias aparecem sem qualquer identificação.

De todas as notícias online apenas 11 disponibilizam o e-mail do jornalista o que significa que apenas 25,58% oferecem a possibilidade de contacto entre o leitor e o jornalista. Tendo em conta apenas as notícias identificadas, as com e-mail perfazem 47,83%, o que continua a ser menos de metade.

Aqui vemos um pouco de discrepância entre aquilo dito por Diogo Queiroz de Andrade e a realidade do jornal, já que o subdiretor considera a interatividade um aspeto muito importante do online.

No entanto é possível que esta interatividade jornalista-leitor seja importante para o jornal e para avaliar isso, decidiu-se contabilizar os comentários e as partilhas das peças analisadas.

Para isto, no número de partilhas foram definidos intervalos de números de partilha sendo estes de partilha baixa (<100), média (100 a 500 partilhas) e elevada (>500 partilhas).

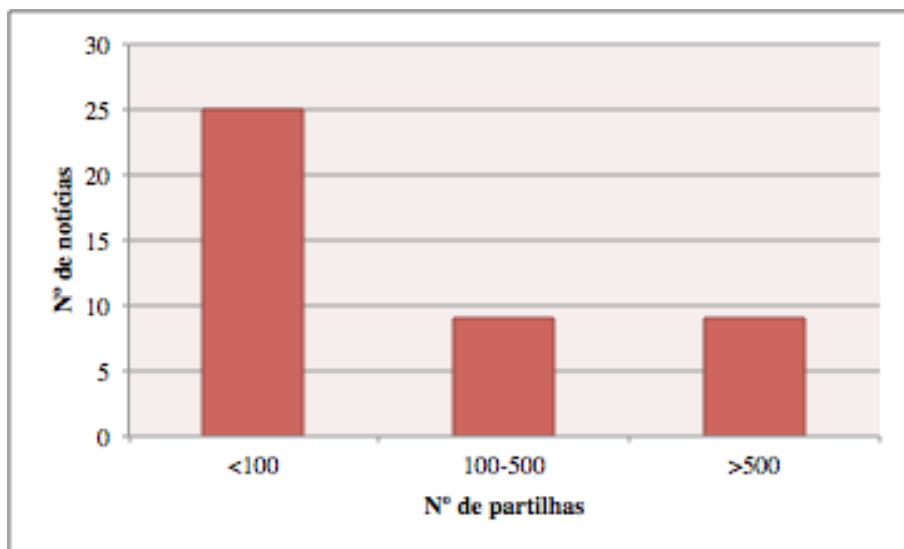


Gráfico 18 - Interatividade: nº de partilhas

Apesar da maioria das notícias de ambiente em análise ser de baixa partilha (57,14%), verificamos que as notícias de média e elevada partilha perfazem 41,86% do total de notícias o que pode indicar que mesmo que não sejam oferecidas todas as valências de interatividade (como o nome e contacto do jornalista) são bastante partilhadas - o que reafirma que os leitores têm interesse neste tipo de notícias, tal como dizia Idálio Revez na sua entrevista. A notícia em análise com mais partilhas (5069) foi a de dia 14 de fevereiro de 2017 intitulada “Ministro suspendeu polémico corte de freixos em Marvão”³⁸. Foi ainda contabilizado o número de comentários, e para isso criou-se novamente categorias sendo elas: 0 comentários, 1 a 5 comentários, 6 a 10 e mais de 10 comentários.

Tal como acontece com o número de partilhas parece que o número de notícias com poucos comentários é maior do que o número de notícias com mais (sendo o maior número de notícias aquelas que não têm qualquer comentário).

³⁸ <https://www.publico.pt/2017/02/14/local/noticia/deputado-e-autarca-contra-corte-de-freixos-centenarios-em-marvao-ministro-suspendeu-a-intervencao-1761994>

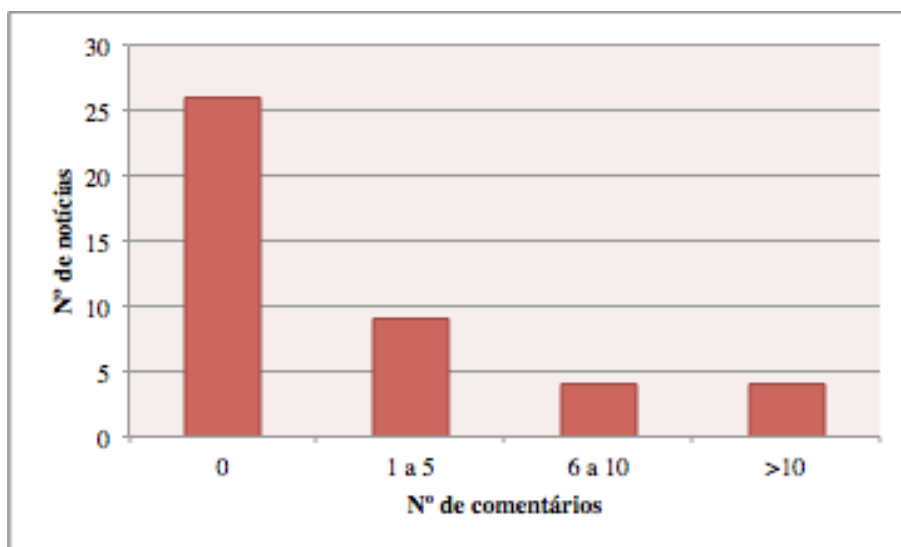


Gráfico 19 - Interatividade: nº de comentários

A notícia com mais comentários tem 22 e tem como título “Portugal aprova construção de armazém da central nuclear de Almaraz”³⁹ (sendo também a segunda notícia com mais partilhas).

Ainda assim é possível que através do número de partilhas e do conteúdo dos comentários se consiga decifrar o que o público quer em termos de notícias de ambiente, tal como Diogo Queiroz de Andrade disse na sua entrevista: “Há outro aspeto ainda muito importante que é a interatividade: o facto de nós podermos perceber que o leitor está mais interessado em questões relacionadas com o ambiente também nos obriga a fazer mais peças relacionadas com o ambiente e isso tem sido ótimo.”

³⁹ <https://www.publico.pt/2017/04/27/sociedade/noticia/portugal-aprova-construcao-de-armazem-da-central-nuclear-de-almaraz-1770274>

Conclusão

O relatório de estágio presente começou por ser realizado com um objetivo em mente: averiguar quais as características do jornalismo de ambiente praticado no local de estágio, o jornal Público em 2017 comparativamente a 1997.

No decorrer da investigação e à medida que era desenrolado mais trabalho relativo acerca do jornalismo de ambiente, foi-se formulando uma hipótese que esteve presente ao longo de todo o trabalho. Baseada não só nas conclusões obtidas através pesquisa desenvolvida, mas também em fases iniciais de análise de conteúdo e entrevistas, formulou-se a hipótese de que 1997 teria sido um ano com uma boa cobertura noticiosa apenas por ter havido mais eventos noticiáveis que em 2017 já que no que toca ao ambiente o que é notícia “corriqueira” é menos noticiável.

Esta hipótese tinha como base grande parte da revisão bibliográfica, que defendia que o ambiente era um tipo de jornalismo que sofria picos de apoio e de desinteresse. Daqui indagou-se ainda se seria possível que 2017 tivesse mais notícias corriqueiras, já que teria uma adição de espaço: o online.

Para corroborar hipóteses e responder ao objetivo desenvolveu-se investigação baseada em análise de conteúdo e entrevistas com jornalistas e respondeu-se às perguntas de investigação bem como tiradas algumas conclusões que pretendem levar a futuras investigações.

1. Qual a importância da cobertura do ambiente no jornal Público?

De acordo com as entrevistas levadas a cabo e com a análise de cobertura realizada é possível concluir que a cobertura de ambiente é para o jornal Público bastante importante e que este será um meio de comunicação com uma importância a este tema mais constante.

Ainda assim pode-se afirmar que não são das notícias mais privilegiadas, especialmente em 2017, e que continua a ser algo de “nicho” – facto verificado pelo baixo volume de notícias numa semana estruturada, que obrigou a análise a ser estendida a duas semanas estruturadas.

Tanto os jornalistas de ambiente de 1997 como os correspondentes e jornalistas do online de 2017 veem no Público um espaço onde este tópico é apoiado, apesar de todos os constrangimentos que o jornalismo sofre ou sofreu.

2. Quais as diferenças, a nível editorial da cobertura de ambiente em 1997 e em 2017?

Apesar de algumas mudanças feitas na cobertura de ambiente em 2017 e após uma análise de conteúdo que pretendia comparar a cobertura feita em 1997 com a de 2017, verifica-se que esta ainda é bastante importante no jornal.

Dito isto, verificou-se também que há uma forte possibilidade de perda de importância ou destaque, já que se dá uma clara migração de notícias de ambiente para o online aliada a uma exploração deficitária das características online, o que neste caso pode passar a mensagem de falta de importância.

Algumas das limitações da cobertura de ambiente em 2017 podem também derivar de o online em si e de o jornal Público ainda não estar completamente adaptado à imediatividade a todas as características trazidas por este novo espaço (algo discutido também na revisão bibliográfica).

3. Qual a importância dos jornalistas especializados na cobertura do ambiente em 1997 e em 2017?

Com base na análise de conteúdo feita no âmbito desta dissertação concluiu-se, em primeiro lugar, que efetivamente existiam jornalistas especializados em 1997 que em 2017 já não existem. Isto foi corroborado nas entrevistas realizadas, especialmente na entrevista com Ana Fernandes, que tem memória do jornal em ambos os anos.

Tirando um paralelismo desta descoberta com alguma diferença entre uma cobertura feita com jornalistas especializados em 1997 e sem os mesmos em 2017 será possível quantificar a importância em ter jornalistas especializados.

Após a análise feita não é claro que a saída dos jornalistas especializados tenha tornado a cobertura de ambiente mais pobre em 2017 – apesar dos jornalistas de ambiente entrevistados o salientarem fortemente e de isto também ter sido discutido na revisão bibliográfica.

Em termos de fontes noticiosas, verificou-se uma proveniência muito semelhante de fontes oficiais e não oficiais em ambos os anos. No entanto, em 2017 existem bastante menos cientistas a serem fontes do que 1997, um indicador de que os jornalistas especializados mantêm relações com cientistas para este propósito, tal como Ricardo Garcia referiu na sua entrevista.

Nas categorias de análise baseadas no conteúdo das peças (valor-notícia e ângulo de abordagem), vê-se uma distribuição bastante semelhante em termos de qual o valor-notícia e o ângulo de abordagem mais utilizado em ambos os anos.

Um dos indicadores que poderá demonstrar uma diferença na falta de jornalistas especializados prende-se com a quantidade de ângulos de abordagem utilizados. Um jornalista mais conhecedor dos tópicos é capaz de reconhecer melhor o ângulo de abordagem a conferir (algo que pode explicar o facto de haver notícias com o ângulo “consequência” em 1997 e nenhuma em 2017).

O outro deriva dos valores-notícia e prende-se com haver um número substancial com notícias de “continuidade”. Um jornalista especializado com memória do tópico consegue mais facilmente fazer seguimento da notícia do que alguém que não compreende (algo discutido com António Granado).

Ainda assim ambas as conclusões acima poderão ser especulação, já que a amostra é limitada (o que faz com que os números sejam bastante pequenos para extrapolar para um universo) e a análise de conteúdo das peças seleccionadas foi superficial.

Se não existem jornalistas especializados em 2017, mas se o tópico continua que o a ser coberto (e com alguma qualidade), conclui-se que hoje em dia não haverá extrema importância em ter jornalistas especializados.

No entanto e com base nas últimas diferenças faladas será talvez prudente oferecer a jornalistas que cobrem ambiente com alguma regularidade formação acerca de como fazer isto sem qualquer problema, tal como discutido com Ricardo Garcia e Cláudia Carvalho Silva.

4. Qual o ponto de vista dos jornalistas do ambiente do Público em relação à prática em 1997 e em 2017?

Como já foi discutido, os jornalistas de ambiente reconhecem que o jornal teve e tem uma forte aposta em notícias de ambiente.

A maioria dos jornalistas que exercia a profissão em 1997 trabalhou num jornal em que o ambiente era tópico de algum investimento (com viagens a conferências internacionais, trabalhos grandes de investigação profunda e três jornalistas dedicados na sua maioria a cobrir ambiente) e por isso todos reportam diferenças (negativas) ao falar de 2017. No entanto, quem acabou por ficar no jornal (Idálio Revez e Ana Fernandes) apercebe-se que isto deriva em grande parte de cortes financeiros, mudanças de paradigmas do jornalismo com introdução do online e não em perda de interesse quer da direcção (verificado na entrevista com o subdiretor), quer dos leitores (verificado na análise de partilhas e comentários feita).

Diogo Queiroz de Andrade confirma que o jornal continua investido na cobertura do ambiente, mas que a sua falta de recursos faz com que esta fique aquém do que poderia ser. Ainda assim, é claro que há uma ânsia por uma melhor cobertura do tópico, não só de quem o costumava cobrir como de quem exerce outra função.

Finalmente, após respondidas as questões de investigação colocadas, é possível concluir que o jornalismo de ambiente no jornal Público é algo com algum investimento e que nem a introdução da Internet ou a crise financeira mudaram tal facto.

No entanto, ao estudar as notícias de ambiente colocadas no online, foi também possível concluir que o jornal ainda tem um longo caminho a percorrer no que toca a explorar melhor os meios que a Internet oferece ao jornalismo.

Foi ainda impossível confirmar na sua totalidade a hipótese colocada relativa à maior quantidade de eventos noticiáveis em 1997. A sua única verificação veio das opiniões dos jornalistas de ambiente que reportaram variadas conferências internacionais relativas a estes temas.

O trabalho aqui desenvolvido teve algumas limitações que devem ser destacadas. Primeiramente a limitação temporal e espacial, já que uma análise de conteúdo mais profunda ofereceria conclusões ainda mais fidedignas do que as obtidas (algo que poderia ser desenvolvido como tese de doutoramento e não de mestrado). A limitação da amostra provou-se particularmente importante ao analisar as notícias de 2017 já que apenas 17 se encontravam no papel (e a comparação era feita com 1997 que tinha 55 notícias).

Ainda na análise de conteúdo também a avaliação do número de partilhas e comentários das peças online poderia ter ficado um pouco mais completa se tivesse sido solicitado ao Público os números médios de comentários e partilhas no seu website, como meio de comparação.

Seguidamente e em relação às entrevistas, é possível que houvesse mais jornalistas que seriam interessantes de entrevistar como é o caso do outro correspondente do Local Lisboa Carlos Dias (que foi autor de bastantes peças de ambiente em 2017) e de Lurdes Ferreira (que foi mencionada por ainda fazer algumas peças com cariz ambiental). Se o relatório de estágio não tivesse um formato comparativo seria ainda importante a entrevista a Helena Geraldes, ex-jornalista de ambiente do Público e atual detentora do projeto de jornalismo de ambiente Wilder.

A última limitação do relatório prende-se com ambiente não ser uma editoria fixa, mas sim um tema transversal - o que dificulta a definição do que é notícia de ambiente, mesmo dentro de limites definidos previamente.

Para investigações futuras, e com base nas conclusões aqui retiradas, o jornalismo de ambiente continua a ser um tema muito pouco explorado em Portugal, e como tal poderia ser fruto de variados estudos.

Primeiro, seria interessante, tendo este relatório como base, avaliar outros meios de comunicação nacionais, para que se construísse um panorama da realidade portuguesa em relação a este tópico.

Adicionalmente, para outros relatórios de estágio desenvolvidos no jornal Público, seria interessante por um lado avaliar a evolução gradual do jornalismo de ambiente e não só comparativamente, e por outro avaliar o online como ferramenta no jornal, percebendo que tipo de notícias de ambiente são feitas com ferramentas especiais (como foi o caso da reportagem relativo à poluição no rio Tejo) e como é que podem ser feitas mais notícias deste tipo.

Finalmente, e numa vertente mais sociológica, um trabalho relativo apenas aos jornalistas especializados em ambiente em Portugal seria algo de extrema relevância na continuação da investigação sobre o tópico – e algo que contribuiria para verdadeiramente perceber qual o peso que este tipo de jornalistas têm em reportar o complexo tema que é o ambiente.

Referências Bibliográficas

- Acharya, K., & Noronha, F. (2010). *The Green Pen: Environmental Journalism in India and South Asia*. SAGE Publishing India.
- Anderson, C. W., Bell, E., & Shirky, C. (2012). *Post Industrial Journalism: Adapting to the Present*. Tow Center for Digital Journalism: Columbia Journalism School.
- Anderson, K. (2017). *Beyond the Article, Frontiers of Editorial and Commercial Innovation*. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism.
- APCT. (2017). APCT - Análise Simples. Retrieved November 10, 2017, from http://www.apct.pt/Analise_simples.php
- Bagley, K. (2013a). New York Times Dismantles Its Environment Desk. Retrieved April 11, 2018, from <http://insideclimatenews.org/news/20130111/new-york-times-dismantles-environmental-desk-journalism-fracking-climate-change-science-global-warming-economy>
- Bagley, K. (2013b). About a Dozen Environment Reporters Left at Top 5 U.S. Papers. Retrieved April 11, 2018, from <http://insideclimatenews.org/news/20130114/new-york-times-dismantles-environmental-desk-climate-change-global-warming-journalism-newspapers-hurricane-sandy>
- Barros, A. T., & Sousa, J. P. (2010). *Jornalismo e Ambiente: Análise de Investigações Realizadas no Brasil e em Portugal*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Baskaran, A. (2017). UNESCO Science Report: Towards 2030. *Institutions and Economies*, 125–127.
- Beling Loose, E., & Camana, Â. (2015). Reflexões sobre o papel do Jornalismo Ambiental diante dos riscos da sociedade contemporânea. *Reflections on the Role of Environmental Journalism in Face of the Risks of Contemporary Society.*, 9(2), 119–132.
- Benson, R., & Neveu, E. (2005). Bourdieu and the Journalistic Field. *Polity*.
- Boykoff, M. T., & Boykoff, J. M. (2004). Balance as bias: global warming and the US prestige press. *Global Environmental Change*, 14(2), 125–136.

- Boykoff, M. T. (2009). *We Speak for the Trees: Media Reporting on the Environment* (SSRN Scholarly Paper No. ID 1599093). Rochester, NY: Social Science Research Network.
- Bradshaw, P., & Rohumaa, L. (2011). Data journalism. In *The Online Journalism Handbook: Skills to Survive and Thrive in the Digital Age* (p. 203). Longman.
- Bradshaw, P. (2012). *Mapping Digital Media: Social Media and News* (Open Society Media Program). Cambridge: Open Society Foundations.
- Bruggers, J. (2002). *The Beat Is a Tougher One Today* (A New Kind of Environment Reporting Is Needed). Nieman Lab.
- Bueno, W. da C. (2007). Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. *Desenvolvimento E Meio Ambiente, 15*, 33–44.
- Campos, I. R. (2012, March). *Jornalismo especializado na transição do papel para o online: o caso dos jornalistas de ambiente em Portugal* (masterThesis). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Retrieved from <https://run.unl.pt/handle/10362/7599>
- Canavilhas, J., Salaverría, R., Rost, A., Palacios, M., Bradshaw, P., Lorenz, M., & V. Pavlik, J. (2014). *Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença*.
- Carvalho, A., & Pereira, E. (2009). Communicating climate change in Portugal: A critical analysis of journalism and beyond. *Communicating Climate Change: Discourses, Mediations and Perceptions, 0(0)*, 126–156.
- Carvalho, F. M. B. C. J. de. (2014). *Jornalismo Especializado: Jornalismo Infanto-juvenil*. Retrieved from <https://run.unl.pt/handle/10362/13722>
- Castrechini, A., Pol, E., & Guàrdia-Olmos, J. (2014). Media representations of environmental issues: From scientific to political discourse. *Revue Européenne de Psychologie Appliquée/European Review of Applied Psychology, 64(5)*, 213–220. <https://doi.org/10.1016/j.erap.2014.08.003>
- Cooney, C. M. (2012). Downscaling Climate Models: Sharpening the Focus on Local-Level Changes. *Environmental Health Perspectives, 120(1)*, a22–a28. <https://doi.org/10.1289/ehp.120-a22>

- Corbett, J. B. (2006). *Communicating Nature: How We Create and Understand Environmental Messages*. Island Press.
- Corbett, J. B., & Durfee, J. L. (2004). Testing Public (Un)Certainty of Science: Media Representations of Global Warming. *Science Communication*, 26(2), 129–151.
- Cox, R. (2012). *Environmental Communication and the Public Sphere*. SAGE Publications.
- Crow, D. A., & Stevens, J. R. (2012). Local Science Reporting Relies on Generalists, Not Specialists. *Newspaper Research Journal*, 33(3), 35–48.
- Dahlgren, P. (2009). The Troubling Evolution of Journalism. *Changing Faces of Journalism - Tabloidization, Technology and Truthiness*, 146–161.
- Daley, J. (2010). Why the Decline and Rebirth of Environmental Journalism Matters» Yale Climate Connections. Retrieved April 11, 2018, from <https://www.yaleclimateconnections.org/2010/01/why-decline-rebirth-of-environmental-journalism-matters/>
- Davis, L., Fähnrich, B., Nepote, A. C., Riedlinger, M., & Trench, B. (2018). Environmental Communication and Science Communication—Conversations, Connections and Collaborations. *Environmental Communication*, 12(4), 431–437.
- Davydova, A. (2013). The State of Environmental Journalism in Germany and Russia. *Global Media Journal* □: *German Edition, Vol 3, Issue 1 (2013)*, (1).
- de la Peña, N., Weil, P., Llobera, J., Giannopoulos, E., Pomés, A., Spanlang, B., Slater, M. (2010). Immersive Journalism: Immersive Virtual Reality for the First-Person Experience of News. *Presence: Teleoperators and Virtual Environments*, 19(4), 291–301.
- Detjen, J. (2002). *A New Kind of Environment Reporting Is Needed* (A New Kind of Environment Reporting Is Needed). Nieman Lab.
- Deuze, M. (2007). *Media Work*. Polity.
- Dienel, E. (2013). On the New York Times Killing Its Green Team. Retrieved April 9, 2018, from <https://www.bsr.org/en/our-insights/blog-view/on-the-new-york-times-killing-its-green-team>

- Dirikx, A., & Gelders, D. (2009). Newspaper communication on global warming: Different approaches in the US and the EU? *Communicating Climate Change: Discourses, Mediations and Perceptions*, 0(0), 98–109.
- Dotson, D. M., Jacobson, S. K., Kaid, L. L., & Carlton, J. S. (2012). Media Coverage of Climate Change in Chile: A Content Analysis of Conservative and Liberal Newspapers. *Environmental Communication*, 6(1), 64–81.
- Dornelles, B. C. P., & Grimberg, D. (2012). Jornalismo Ambiental: análise dos critérios de noticiabilidade na web. *Vozes E Diálogo*, 11(1).
- Downie, L., & Schudson, M. (2009). *The Reconstruction of American Journalism* (Columbia Journalism Review). Columbia: Columbia Journalism School.
- Downs, D. (2008). Five Inconvenient Truths...Of Environmental Journalism. Retrieved May 24, 2018, from https://www.cjr.org/the_observatory/five_inconvenient_truths.php
- Duarte, A. I. C. (2013). *O Público e o Jornalismo de Referência*. Retrieved from <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/70724>
- Eisenberg, A., & Sutton, K. (2014). “It Was a Total Bloodbath:” USA Today Journalists Recount Layoffs. Retrieved April 9, 2018, from <http://ajr.org/2014/09/05/total-bloodbath-usa-today-journalists-recount-layoffs/>
- Ellis, R. (1994). *The Study of Second Language Acquisition*. Oxford University Press.
- Esser, F., & Brüggemann, M. (2010). The Strategic Crisis of German Newspapers. In *The Changing Business of Journalism and its Implications for Democracy*. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism.
- Fidalgo, J. (2013). Journalism is changing – and what about journalism ethics? In *IAMCR 2013 Conference* (pp. 1–27). Retrieved from <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/29727>
- Franklin, B. (2012). The Future of Journalism: Developments and debates. *Journalism Studies*, 13(5-6), 663–681.
- Franklin, B. (2014). The Future of Journalism: In an age of digital media and economic uncertainty. *Journalism Studies*, 15(5), 481–499.

Friedman, S. M., Dunwoody, S., & Rogers, C. L. (1986). *Scientists and journalists: reporting science as news*. Free Press.

Friedman, S. (2004). And the Beat Goes On: The Third Decade of Environmental Journalism. In S. Senecah (Ed.), *The environmental communication yearbook: Vol.1* (pp. 175–187). Mahwah, N.J.: Lawrence Erlbaum.

Funk, C., Gottfried, J., & Mitchell, A. (2017, September 20). Science News and Information Today. Retrieved May 22, 2018, from <http://www.journalism.org/2017/09/20/science-news-and-information-today/>

Galtung, J., & Ruge, M. H. (1965). The Structure of Foreign News. *Journal of Peace Research*, 2(1), 64–91.

Garcia, R. (2000). “What is different about green news?”: A reflection on environmental reporting (Reuter Foundation Paper No. 148). Oxford: Green College.

Garcia, R. (2006). *Sobre a Terra: Um guia para quem lê e escreve sobre ambiente* (2nd ed.). Lisboa: Printer Portuguesa.

Gibson, T. A., Craig, R. T., Harper, A. C., & Alpert, J. M. (2016). Covering global warming in dubious times: Environmental reporters in the new media ecosystem. *Journalism*, 17(4), 417–434.

Giddens, A. (1990). *The Consequences of Modernity*. Stanford University Press.

GNM Press Office. (2017, October 2). Guardian wins at the 2017 SEAL Environmental Journalism Awards. Retrieved April 11, 2018, from <http://www.theguardian.com/gnm-press-office/2017/oct/02/guardian-wins-at-the-seal-2017-environmental-journalism-awards>

Guimarães, Y. P. de V. (2014). O jornalismo científico impresso no Brasil e em Portugal: análise comparada entre os jornais O Globo e Público.

Hemphill, B. (2013). Is this the worst time to be a journalist? Retrieved April 9, 2018, from <https://mumbrella.com.au/is-this-the-worst-time-to-be-a-journalist-155470>

Isani, S. (2007). Specialised journalism & discursal mediation: the sum of all its parts. *Recherche et Pratiques Pédagogiques En Langues de Spécialité. Cahiers de l’Aplut*, (Vol. XXVI N° 3), 9–25.

- Küng, L. (2007). Does Media Management Matter? Establishing the Scope, Rationale, and Future Research Agenda for the Discipline. *Journal of Media Business Studies*, 4(1), 21–39.
- Kuschick, C., & Hauser, V. (2015). A crise do jornalismo: ecos e silêncios nas práticas e nas narrativas. *Revista Observatório*, 1(2), 117–135.
- Ladle, R. J., Jepson, P., & Whittaker, R. J. (2005). Scientists and the media: the struggle for legitimacy in climate change and conservation science. *Interdisciplinary Science Reviews*, 30(3), 231–240.
- Lage, N. (2005). *A Reportagem: Teoria e Técnica de Entrevista e Pesquisa Jornalística*. Rio de Janeiro: Record.
- Levy, D., & Nielsen, R. K. (2010). The Changing Business of Journalism and its Implications for Democracy. In *The Changing Business of Journalism and its Implications for Democracy*. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism.
- Linden, T. (2003). *Learning To Be a Medical Journalist* (Nieman Reports - Medical Reporting). Nieman Lab.
- Mangani, A., & Tarrini, E. (2017). Who survives a recession? Specialization against diversification in the digital publishing industry. *Online Information Review*, 41(1), 19.
- Manna, N., Jácome, P., & Ferreira, T. (2017). RECONTEXTUALIZAÇÕES DO –ISMO: Disputas em torno do jornalismo “em crise.” *Revista FAMECOS*, 24(3), 26991.
- Marktest. (2007). netscope by Marktest. Retrieved July 20, 2018, from <http://net.marktest.pt/netscope/anuarios-netscope/anuario-2017/>
- Maxwell, J. A. (2012). *Qualitative Research Design: An Interactive Approach*. SAGE Publications.
- McAdams, M. (2014). (Re)defining multimedia journalism. Retrieved May 17, 2018, from <https://medium.com/thoughts-on-journalism/re-defining-multimedia-journalism-1f4966df37bc>
- Menezes, S. (2018). Science Training for Journalists: An Essential Tool in the Post-Specialist Era of Journalism. *Frontiers in Communication*, Vol 3 (2018).
- Meyer, P. (2008). The Elite Newspaper of the Future. *American Journalism Review*.

Meyer, P. (2009). *The Vanishing Newspaper: Saving Journalism in the Information Age* (2nd ed.). University of Missouri Press.

Murcott, T. H. L., & Williams, A. (2013). The challenges for science journalism in the UK. *Progress in Physical Geography*, 37(2), 152–160.

National Academies of Sciences, Engineering, and Medicine. (2015). *Full Court Press: Trusted and Trustworthy Media*. Presented at the Trust and Confidence at the Interfaces of the Life Sciences and Society: Does the Public Trust Science? A Workshop Summary., Washington D.C: The National Academies Press.

Newman, N. (2017). *Journalism, Media and Technology Trends and Predictions 2018*. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism.

Nobre-Correia, J. (2010). Uma incongruência suicidária. *Diário de Notícias*.

Novais, V. (2017). The End of Portugal's Science Journalism Association: "There's No Science Journalists' Association Without Journalists." Retrieved April 11, 2018, from <http://wfsj.org/v2/2017/11/06/the-end-of-portugals-science-journalism-association-theres-no-science-journalists-association-without-journalists/>

Novais, V. M. T. (2015). Que temas de ciência preferem os leitores? Retrieved from <https://run.unl.pt/handle/10362/16118>

O'Donnell, C., & Rice, R. E. (2008). Coverage of environmental events in US and UK newspapers: frequency, hazard, specificity, and placement. *International Journal of Environmental Studies*, 65(5), 637–654.

Palacios, M. (2011). *Ferramentas para a Análise de Qualidade no Ciberjornalismo*. Covilhã: Labcom Books.

Pavlik, J. V. (2001). *Journalism and New Media*. Columbia University Press.

Pereira, C. M. A. de S. (2014). *Jornalismo de Moda: Elle: a revista de moda mais vendida no mundo*. Escola Superior de Comunicação Social. Retrieved from <https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/4400>

Pereira, E. (2009). *Comunicação Ambiental: As Alterações Climáticas nos Jornais*. Universidade de Aveiro, Aveiro. Retrieved from https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/40182/1/AC_EP_2011_alteracoesclimaticas-cap4.pdf

Pereira, J. P. (2014). Portugal. Assinaturas digitais dos jornais diários mais do que duplicam. Retrieved April 12, 2018, from <https://www.publico.pt/2014/08/29/portugal/noticia/assinaturas-digitais-dos-diarios-mais-do-que-duplicam-1668081>

Pew Research Center. (2016). *State of the News Media 2016*. Washington.

Ramírez-de-la-Piscina-Martínez, T., Gz Gorosarri, M., Aiestaran, A., Zabalondo, B., & Agirre, A. (2014). Quality journalism in times of crisis: An analysis of the evolution of the European reference press (2001-2012). *Revista Latina de Comunicacion Social*, 69, 248–274.

Ramírez-de-la-Piscina-Martínez, T., Zabalondo, B., Aiestaran, A., & Agirre, A. (2016). The Future of Journalism—Who to Believe? *Journalism Practice*, 10(1), 71.

Reuters Institute for the Study of Journalism. (2016). Reuters Institute Digital News Report 2016 - Tracking the Future of News. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism.

Revkina, A. C. (2016). After Nine Years and 2,810 Posts, a Dot Earth Farewell. Retrieved April 11, 2018, from <https://dotearth.blogs.nytimes.com/2016/12/05/after-nine-years-and-2810-posts-a-dot-earth-farewell/>

Ribeiro, S. (2017). Sonaecom aumenta lucro para 25 milhões de euros até Setembro. Retrieved September 21, 2018, from <https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/telecomunicacoes/detalhe/sonaecom-aumenta-lucro-para-25-milhoes-de-euros-ate-setembro>

Rogers, P. (2002). *Complexity in Environment Reporting Is Critical to Public Decision-Making* (A New Kind of Environment Reporting Is Needed). Nieman Lab. Retrieved from <http://niemanreports.org/articles/a-new-kind-of-environment-reporting-is-needed/>

Sachsman, D. B., Simon, J., & Valenti, J. M. (2004). Risk and the environment reporters: a four-region analysis. *Public Understanding of Science*, 13(4), 399–416.

Sachsman, D. B., Simon, J., & Valenti, J. M. (2008). Environment Reporters and U.S. Journalists: A Comparative Analysis. *Applied Environmental Education & Communication*, 7(1-2), 1–19.

- Santos Silva, D. dos. (2016). Cultural journalism in a digital environment: new models, practices and possibilities. Retrieved from <https://run.unl.pt/handle/10362/17022>
- Semetko, H. A., & Valkenburg, P. M. (2000). Framing European politics: a content analysis of press and television news. *Journal of Communication*, 50(2), 93–109.
- Sharp, K. (2016). The Need for Environmental Journalists | Poplar Network. Retrieved April 11, 2018, from <https://www.poplarnetwork.com/news/need-environmental-journalists>
- Simon, J., Valenti, J. M., & Sachsman, D. B. (2010). *Environment Reporters in the 21st Century* (1st edition). New Brunswick, N.J: Transaction Publishers.
- Simons, M. (2017). Journalism faces a crisis worldwide – we might be entering a new dark age | Margaret Simons. Retrieved February 25, 2018, from <http://www.theguardian.com/media/2017/apr/15/journalism-faces-a-crisis-worldwide-we-might-be-entering-a-new-dark-age>
- Steensen, S. (2011). Online Journalism and the Promises of New Technology. *Journalism Studies*, 12(3), 311–327.
- Tavares, F. (2009). O jornalismo especializado e a especialização periodística. *Revista Estudos Em Comunicação*, (5), 115–133.
- Tong, J. (2014). Environmental Risks in Newspaper Coverage: A Framing Analysis of Investigative Reports on Environmental Problems in 10 Chinese Newspapers. *Environmental Communication*, 8(3), 345–367.
- Tong, J. (2017). The Epistemology of Environmental Journalists. *Journalism Studies*, 18(6), 771–786.
- TVI. (2006). Prejuízos do jornal Público sobem quase 100%. Retrieved September 21, 2018, from <http://www.tvi24.iol.pt/portugal/europa/prejuizos-do-jornal-publico-sobem-quase-100>
- Ungar, S. (2000). Knowledge, ignorance and the popular culture: climate change versus the ozone hole. *Public Understanding of Science*, 9(3), 297–312.
- Ward, B. (2002). *Environment Journalists Don't Get Much Respect* (A New Kind of Environment Reporting Is Needed). Nieman Lab.

- Weaver, D. H., & Willnat, L. (2016). Changes in U.S. Journalism. *Journalism Practice*, 10(7), 844–855.
- Weigold, M. F. (2001). Communicating Science: A Review of the Literature. *Science Communication*, 23(2), 164–193.
- West, B., Lewis, M. J., Greenberg, M. R., & Sachsman, D. B. (2003). *The Reporter's Environmental Handbook*. Rutgers University Press.
- Wilkes, J. (2002). Training scientists to be journalists. *EMBO Reports*, 3(11), 1005–1008.
- Willnat, L., Weaver, D. H., & Wilhoit, G. C. (2017). The American Journalist in the Digital Age. *Journalism Studies*, 0(0), 1–19.
- Wright, M. (2016). Solutions the way forward for environmental journalism. Retrieved April 11, 2018, from <https://www.positive.news/2016/environment/22132/whats-store-environmental-journalism/>
- Zamith. (2010). Debate: Jornalismo online - pagar ou não pagar? Retrieved March 2, 2018, from <http://static.publico.pt/15Anos/DebatesPagar>
- Zion, L. (2013). New beats: where do redundant journalists go? Retrieved April 9, 2018, from <http://theconversation.com/new-beats-where-do-redundant-journalists-go-20710>

ANEXOS

ANEXO A

Entrevistas realizadas

1. Ricardo Garcia

1997

Informação geral

Q: Em que ano entrou para o Público?

R: 1989, quando o primeiro número saiu. Sou um dos fundadores.

Q: Qual era a sua função principal/função para que foi contratado?

R: Eu fui contratado como repórter e comecei por trabalhar na secção Sociedade. Fazia uma cobertura normal de temas de Sociedade, mas desde o início comecei a fazer ambiente.

Q: Qual a função que exerceu mais tempo?

R: Eu desde o início que me especializei em ambiente portanto a maior parte do meu trabalho foi sempre sobre ambiente - 90% do meu trabalho era jornalismo de ambiente - sempre como repórter. Além disso fui co-editor (substituindo editores durante as folgas durante muitos anos) no Local Lisboa, durante 7 anos. Mais recentemente editei o online.

Q: Até quando esteve no jornal?

R: Saí em janeiro de 2016.

Q: Qual era o seu background de carreira/ensino?

R: Na faculdade tirei História mas antes fiz dois anos em Engenharia Civil o que foi fundamental para dominar números e a parte técnica do jornalismo de ambiente.

Jornalismo de ambiente

Q: Como é que a sua carreira se cruzou com o jornalismo de ambiente?

R: Foi por acaso. Antes de entrar para o Público eu era colaborador do Expresso e escrevia reportagens para a revista do Expresso. Eu ia ao jornal, propunha um tema ao diretor e ele dizia “Okay, vai, faz” e depois eu voltava daí a 15 dias com uma reportagem feita. Naquela época (88-89) o movimento ambientalista estava bastante ativo em Portugal (foi quando surgiu a Quercus) e havia dois temas muito importantes na época: as plantações de eucaliptos e a exploração de cal. E eu propus ao diretor do Expresso fazer uma reportagem sobre as associações ambientalistas, sem conhecer ninguém e nunca ter escrito sobre ambiente.

Fiz a reportagem, que saiu na revista, e a partir daí como havia poucas pessoas a trabalhar com ambiente em Portugal e era uma área que eu gostava comecei a trabalhar aí.

Q: Como era reportar ambiente no ano de 1997?

R: Nessa época eu trabalhava no Local enquanto a Ana estava a fazer as peças internacionais - aliás nos éramos uma espécie de *dream team* do ambiente, eu, a Ana Fernandes e mais pessoas. Eu fazia notícias no Local que é um dos melhores sítios para escrever sobre ambiente porque se escreve sobre tudo e todos os temas de ambiente tocam no local.

Nos anos 90 havia muitas notícias sobre problemas de ocupação de solo, urbanizações construídas em áreas protegidas. Em Lisboa nessa época estavam a construir a Expo e a ponte sobre o Tejo - ambos foram grandes temas ambientais e eu escrevi lençóis e lençóis sobre isso.

Haviam alguns problemas relacionados com estradas (passavam em zonas protegidas) - que estavam a ser muito construídas por causa do financiamento europeu - lixo (começou-se a pôr em prática um plano para erradicar lixeiras do país) e tratamento das águas residuais. Era uma altura de mudança com muita legislação nova.

As notícias chegavam através de associações de moradores, agricultores e pessoas que se queixavam no geral acerca de obras que iam prejudicar algo no ambiente. Mas também havia muitas notícias do Governo porque eles andavam a legislar muita coisa - planos estratégicos nacionais (ordenamento do território, áreas protegidas, impacto ambiental).

Q: Porque ser jornalista de ambiente? Pareceu apelativo ou foi atribuído?

R: Para mim foi algo que se foi entranhando - eu nunca tive apetecência específica por ambiente e para ser honesto nunca pensei muito em questões ambientais antes. Acho que é algo que se adquire e até acho que é melhor assim: se entramos no jornalismo ambiental como uma ideia de militância corremos o risco de enviesar a sua cobertura. Temos que entrar no jornalismo de ambiente como outro jornalismo qualquer (justiça ou política ou de saúde).

Q: Como é que era vista a profissão de repórter de ambiente (pelos colegas/público/cientistas)?

R: Dentro do jornal acho que fui privilegiado porque o Público teve sempre muito espaço para questões ambientais - teve um diretor que era jornalista de ambiente, havia uma grande equipa de ambiente e era só propor uma história que era aceite - logo o ambiente não era um gueto do género: “fica aqui com uma página”. Não, nós fazíamos trabalhos

muito grandes de grande destaque. Nessa época acho que havia um grupo grande de jornalistas de ambiente nos outros jornais.

Do ponto de vista da ciência temos um pouco um sentido duplo: temos os cientistas que desconfiam um pouco do jornalista e que acham que ele vai deturpar tudo e dizer tudo mal. Mas por outro lado havia muitos cientistas militantes por causa do trabalho que faziam ou porque estavam associados às associações - biólogos, engenheiros civis - e eram também ecologistas.

Na questão do público acho que varia, a sua apetência sobe e desce de acordo com o que está em voga, num período de crise económica o ambiente desapareceu e agora também tem estado desaparecido.

Eu tendo a achar que o público gosta de questões ambientais e tem interesse em ler sobre o assunto, mas há momentos em que as pessoas não querem saber disso, estão preocupados com outra coisa.

Q: Ser jornalista especializado ajuda nesta relação com cientistas e colegas? Ajuda ter todas estas ligações na profissão?

R: Ajuda claro. As melhores ligações que o jornalista tem são os seus contactos e os contactos só se tem se for um bom jornalista, és um melhor jornalista quantos mais contactos tiveres.

Há que desenvolver confiança dentro das fontes mesmo que eventualmente digas mal delas. A ligação com cientistas em particular é muito importante para que se sintam à vontade para esclarecer. Isso não significa que se vai dizer tudo o que cientista quer. Se se conseguir convencer o cientista de que o seu trabalho é um trabalho honesto tem meio caminho andado.

Q: Qual o tipo de trabalhos que fazia em termos de extensão e fontes: oficiais (governo, ONGs)/científicas (cientistas)/ativistas?

R: Fazia todo o tipo de peças desde breves a peças muito grandes, especiais de várias páginas sobre tudo e mais alguma coisa. 4 páginas era uma boa ideia, 2 páginas era algo mais modesto (algo do dia), mas chegávamos a fazer coisas de 10 páginas porque havia muito espaço, muita liberdade.

Em relação a fontes havia muita coisa, são tantas as coisas que uma pessoa tem que consultar. Uma das coisas que distinguia um bom trabalho era para além de falar com as pessoas ter *hard evidence*: relatórios, pesquisa. Eu fiz trabalhos com base no trabalho de cientistas que não estavam publicados, não estavam em lado nenhum e nós é que tenhamos de ir e encontrar e falar com ele na universidade.

Q: Mas demorava-se mais tempo a fazer uma notícia não?

R: Não uma notícia do dia demora-se o mesmo tempo a fazer - quer dizer mudou por causa do online. Hoje em dia tem que despachar uma notícia em 30 minutos e por online. Como em 1997 só se trabalhava com o papel, tinha-se o dia inteiro só para fazer uma notícia.

Q: Hoje em dia se calhar o online facilita o trabalho de pesquisa não?

R: Sim demorava mais antes, mas hoje em dia não é possível fazer o mesmo jornalismo que se fazia antes consultando só coisas online. Evidente que há muito mais informação, mas muita coisa continua a não estar online, e não é substituível pela internet.

Q: Em 1997 qual era a aposta do jornal em ambiente?

R: Era fortíssima. Muitos recursos, muitas pessoas e outra coisa é que sempre funcionou como iniciativa do jornalista, não era o editor que chegava e dizia o que fazer. O jornalista era um motor por si só e fazia tantos melhores trabalhos quanto mais propostas tinha. Se não se propusesse nada ficava sentado na secretária a fazer conferencia de imprensa da policia municipal - agora se tinha ideias os editores diziam logo que sim porque o jornal sabia que aquilo ia distinguir dos demais.

Hoje em dia é muito mais difícil fazer isso já que os jornalistas têm muito menos recursos.

Q: Qual era o estado do jornalismo de ambiente quando saiu do jornal?

R: Muito pobre, muito pobre. Não sei sabe, mas nós fundamos uma associação ARCA, do qual eu ainda sou presidente apesar de estar moribunda. E na altura em que fundámos havia ainda um bom grupo de jornalistas de ambiente: no DN, no JN, na TSF, na Antena 1, na Sic, na TVI, nas revistas - não era muita gente porque o país é pequeno mas hoje em dia não conseguimos manter a associação porque não há mais ninguém.

A Carla Tomás do Expresso acho que é a única que ainda faz.

Q: Ser jornalista especializado no tema trazia vantagem para a maneira como era coberto?

R: A vantagem é que conhecemos o assunto como ninguém e como qualquer jornalista noutra área, há medida que o tempo passa tem uma coisa que é fundamental no jornalismo e que se está perdendo que é memória.

Se se vai fazer uma coisa dos 20 anos da Expo hoje em dia, não se sabe o que aconteceu aquando da construção daquilo, os problemas ambientais terríveis que gerou. Há que ter consciência dos problemas ambientais que se passou, aquilo que foi prometido etc.

Se se escreve sobre o clima - o Público tinha uma memória fantástica sobre o clima. O Granado foi ao Rio, a Ana foi a Quioto e eu fui a todas desde aí e havia um capital de conhecimento muito importante.

Q: E as desvantagens?

R: Acho que tem duas: uma é ficar tão especializado que se mandam fazer outra coisa não sabemos bem. A pessoa as vezes fica muito dentro do que está a fazer, por isso é bom fazer outra coisa, em áreas transversais.

A outra coisa é que facilmente, num meio tão pequeno, as pessoas começam a ser seus amigos.

Q: Há alguma desvantagem em não ser uma editoria fixa?

Algo que acho que é errado pensar que o ambiente é um gueto e as redações deviam ter em consideração que todas as seções deviam ter treino em ambiente. O ambiente é transversal e devia tocar a todas as editorias. Se pensarmos como diretor do jornal que é de um grupo só, está errado. Eu acho importantíssimo haver jornalistas de economia que tem boas luzes sobre ambiente.

Q: Se calhar era útil então formar jornalistas que não sejam exclusivamente de ambiente na área.

R: Exatamente. Eu dou cursos de jornalismo de ambiente que proponho através da Reuters e normalmente fazemos cursos a jornalistas generalistas.

Mas é difícil porque um editor de política não quer saber de ambiente. É preciso arranjar tempo para esses cursos, os editores não deixam passar 3 dias no curso.

Q: Em que é que as novas ferramentas do online podem ajudar o jornalismo de ambiente?

R: Pode ajudar imenso, o online é um mundo. Muita gente reclama que o no online temos que fazer muitas notícias e pouco tempo mas há possibilidades infinitas.

Formatos como *long form*, interatividade, dados (que agora está em todo o lado), a interação com o leitor, as hiperligações - eu acho que só tem vantagem.

Basta uma imagem diferente das outras notícias todas para ser a notícia mais clicada.

Q: Será que cá em Portugal essas vantagens são exploradas?

R: Eu acho que sim, talvez não tanto - porque agora as redações são muito pequenas - mas tem trabalhos muito bons. O Público fez umas coisas grandes recentemente.

Tem o outro lado que toda a gente fala: notícias muito parecidas, constrangimentos temporais etc.

2. António Granado

1997

Informação geral

Q: Em que ano entrou para o Público?

R: Entre para o Público em 1989, um pouco antes de ser lançado o número 0. Na altura eles fizeram um curso de formação para estagiários e eu fiz parte desse curso de formação. Depois nós entramos na redação dia 1 de outubro de 1989 - seis meses antes de o jornal começar.

Q: Qual era a sua função principal/função para que foi contratado?

R: Entrei como estagiário na secção de Ciência e Tecnologia porque o Público quando começou entendeu que devia começar com um número de estagiários no quadro, portanto houve um concurso, escolheram 40 dos que concorreram para treinarem no CENJOR e desses 40 escolheram 25 - mais ou menos dois por cada secção.

Q: Qual a função que exerceu mais tempo?

R: A função que exerci mais tempo foi jornalismo de ciência e tecnologia - sendo que nos últimos anos a minha tarefa foi de chefe de redação (2005-2009) e editor do online (2009-2011).

Q: Até quando esteve no jornal?

R: Estive lá até 2010 com várias interrupções pelo meio: eu sai entre 1992-1996 para estudar e entre 2002-2004 para estudar.

Q: Qual era o seu background de carreira/ensino?

R: Eu tinha tirado línguas e literaturas modernas (estudos portugueses e ingleses) na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Depois fiz uma pós-graduação na Católica chamada Ciências da Informação que durou dois anos. Foi lá na parte curricular que, depois de eu já ter feito o estágio, houve o anúncio para pedir estagiários para o Público.

Q: Como é que a sua carreira se cruzou com o jornalismo de ambiente?

R: Uma parte menos conhecida do meu currículo é que eu fui uma das 13 pessoas que em 1986 assinei a escritura de constituição da Quercus. Eu na altura fazia parte de um grupo de ambiente em Lisboa que fazia coisas de ambiente e de conservação da natureza e depois uma série de associações reuniram-se para criar a Quercus e eu fiz parte desse primeiro núcleo que criou a Quercus.

Quando fui para o Público eu tinha alguma ligação ao ambiente e foi por isso que acabei por para a secção de Ciência. Quando cheguei ao jornal deixei de ser sócio da Quercus e deixar de fazer qualquer tipo de trabalho para eles e durante muitos anos eu não escrevi sobre a Quercus - mas escrevia sobre coisas de ambiente. Fui eu que fui fazer em nome do Público a cobertura da Eco 92' no Rio de Janeiro - porque tinha mais conhecimentos na área do ambiente: conhecia as pessoas, as fontes e as problemáticas.

Jornalismo de ambiente

Q: Como era reportar ambiente no ano de 1997?

R: Eu lembro-me que na altura as pessoas que faziam ambiente eram eu, a Ana Fernandes e o Ricardo Garcia e não se alteraram durante muito tempo. Em 1997 não estava ainda a Helena Geraldes que esteve também muito tempo a fazer ambiente no Ecosfera (e desde que ela saiu o Ecosfera praticamente desapareceu).

O que acontecia em relação ao que acontece agora é que efetivamente como eram mais pessoas nós tínhamos muito mais liberdade de fazer as coisas com mais calma: explorávamos a história, falávamos com pessoas e demorávamos muito mais tempo em explorar determinados temas - os editores davam tempo para isso.

Eu acho que a principal diferença entre 1997 e 2017 é que em 1997 éramos muito mais a fazer ambiente e aí não estávamos só a fazer o que os outros fazem ou a tentar ser mais rápidos que os outros que é o que agora acontece. A Ana Fernandes por exemplo tem que editar o Local todos os dias agora e portanto que tempo é que lhe sobre para fazer ambiente? Nenhum, zero ou perto disso. Por isso é que ninguém pegou o Rio Tejo do início hoje em dia (depois pegaram e fizeram uma boa reportagem) mas só pegam quando há uma descarga ou alguma tragédia.

Q: Vocês os três comunicavam entre si?

R: Ah sim imenso, aliás fazíamos muitas coisas a meias. Às vezes havia alguém que sabia de uma história e precisava de confirmá-la e como tínhamos cada um as suas fontes pedíamos que o outro confirmasse.

Havia mais espaço para fazer ambiente. Aliás houve um espaço de tempo (pequeno) que o ambiente chegou a estar sobre as ordens do José Vítor Malheiro.

Q: Porque ser jornalista de ambiente? Pareceu apelativo ou foi atribuído?

R: Foi-me atribuída a área. O que me disseram foi: “Tu vais para a secção de Ciência e Tecnologia por causa desta tua ligação”. Eu fazia mais ciência do que ambiente, mas fazia também muito de ambiente. O ambiente caía mais para a secção Local e de Sociedade.

Q: Qual era a distinção?

R: O ambiente que era tratado na secção de Ciência e Tecnologia era o ambiente que tinha haver com investigação científica (alguém que fazia um estudo sobre os lince, ou sobre o aumento dos números de extinção). Se era algo mais de sociedade, de contacto com associações etc. saía lá. Os meus artigos saíam por vezes na sociedade por causa disso.

Por exemplo no primeiro número do Público, o artigo que eu escrevi saiu na Sociedade porque não era um artigo de Ciência mas sim sobre uma lei sobre os impactos ambientais que estava para ser promulgada. Eu tinha informações sobre isso e escrevi uma pequena notícia sobre isso.

Q: Portanto o ambiente era um bocado transversal?

R: Sem dúvida.

Q: Quais as normais funções de um jornalismo de ambiente?

R: Eram as funções normais de um jornalista especializado; o que nós fazíamos era: cobríamos a área, cobríamos muito do que era a política de ambiente (na altura já era o Sócrates que era secretário de Estado do ambiente), falávamos com as associações ambientalistas e recebíamos também por parte de leitores informações, sabíamos o que se estava a falar no país, falávamos também com as universidades para saber que projetos estavam a ser desenvolvidos em termos de proteção de determinadas espécies e áreas, planos de ordenamento de território de determinadas áreas, as reservas ecológicas.

Havia um trabalho mais perto das associações, dos correspondentes que ajudavam imenso (os de Beja e do Algarve).

Q: Será que havia um seguimento mais diário e menos de catástrofe?

R: Sim, havia um seguimento mais diário sem dúvida nenhuma aliás basta comparar a própria cobertura - seria certamente diferente do que é agora.

Folheando o jornal hoje em dia não sei bem que coisas lá estão que se possam chamar de ambiente.

Q: Como é que era vista a profissão de repórter de ambiente (pelos colegas/público/cientistas)?

R: Eu acho que as pessoas tinham noção que nós (tanto Ciência como os que cobriam ambiente) éramos uma equipa especializada no tema e isso via-se no próprio contacto diário com os colegas. Quando íamos a uma conferência de imprensa os colegas não especializados falavam connosco e percebiam que éramos alguém que dominavam bem os temas/dossiers. Isso é que é ser um jornalista especializado: dominar os dossiers e quando lhe falam na rede Natura 2000 a pessoa saber do que está a falar. Jornalismo de especialização sempre foi crucial para o jornalismo de qualidade na minha opinião porque ter jornalistas especializados em economia, política e ambiente é bom. As pessoas são treinadas a tornar-se especialistas instantâneos, mas é isso que faz a diferença dos bons e maus jornais: os bons jornais não têm especialistas instantâneos mas sim pessoas durante anos a uma só área.

Havia um jornalista especializado em religião!

Q: É essa a diferença entre um jornalista especializado e os que existem mais hoje em dia, que é conseguir acompanhar o assunto vs. ser largado de pára-quebras no assunto?

R: Exatamente, uma pessoa largada de pára-quebras é o mesmo que acontece com os correspondentes de guerra: é completamente diferente os que vivem lá e os que são enviados quando há conflitos durante 3 dias. A pessoa não conhece o suficiente sobre área e não domina, e nem sabia que existia.

O jornalismo especializado traz essa vantagem: é melhor jornalismo. Claro que ele também tem o perigo da hiper-especialização e da pessoa a certa altura estar na mão das fontes e saber tanto do assunto que não se consegue distanciar delas. Mas garante que a pessoa não se engana.

Q: Como é que seria o jornalismo especializado à luz deste novo mundo de jornalismo online?

R: Eu acho que o jornalismo especializado tem que continuar a existir porque muitas pessoas deixaram de acreditar no jornalismo exatamente por causa disso, pela falta de especialização.

Quem é que escreve atualmente sobre ambiente? A Ana Fernandes de vez em quando e outras pessoas que se vê que não sabem bem sobre o que estão a escrever - e isso desacredita o jornalismo. O problema é que demora muito tempo a formar um jornalista especializado numa área e como agora é tudo muito instantâneo, o jornalista especializado tem que ser aquele que se manda para um sítio e se diz olha vai fazer isto.

Às vezes especializar alguém pode demorar um mês ou mais até se apanhar o jeito e o jornal não tem um mês para fazer uma história. Há imensas histórias que não são feitas porque simplesmente não há tempo para as fazer.

O jornalismo nesta voracidade não tem tempo para confirmar, descobrir e explorar.

Q: Qual o tipo de trabalhos que fazia em termos de:

extensão: reportagem/notícia/breve *tudo*

informação: *trabalho de campo*

Q: Em 1997 qual era a aposta do jornal em ambiente?

R: Nós fomos a Quioto e acho que isso diz tudo. Estar lá (em cimeiras internacionais) permite-nos obter informações que da redação não é possível obter. O contacto com colegas estrangeiros permite-nos cruzar informações na hora. Se existe um ministro do ambiente que divulga mais do que o nosso é a falar com os colegas que se obtém essas informações.

Q: Ser jornalista especializado no tema trazia vantagem para a maneira como era coberto?

R: O facto de se estar muitos anos a escrever sobre o mesmo tema permite-nos conhecer pessoas, criar contactos, verificar factos (e saber onde os verificar), ter noção de que os assuntos não caem do céu para serem discutidos agora e de que não podemos dar o mesmo peso às fontes.

3. Ana Fernandes

1997

Informação geral

Q: Em que ano entrou para o Público?

R: 1989

Q: Qual era a função para que foi contratada?

R: Jornalista Local

Q: Qual a função que exerceu mais tempo?

R: Eu fiz 15 anos de ambiente, mas o ambiente passou por várias editorias portanto eu já estive em quase todas as secções do jornal menos desporto. Eu comecei a fazer ambiente no local, depois este passou para a ciência, depois foi para a sociedade, há coisas que são do Mundo... No local fazia parques, áreas protegidas e poluição.

Q: Qual era a dimensão da redação?

R: Era maior do que agora, não digo o dobro - mas quase.

Q: Qual era a organização da redação - em termos de editorias?

R: Antigamente a sociedade tinha notícias nacionais e internacionais ou seja o Mundo só tinha a política internacional. Depois dividiu-se, isto é, a sociedade ficou só com os temas nacionais portugueses e o Mundo ficou com todos os temas internacionais.

Jornalismo de ambiente

Q: Como era reportar ambiente no ano de 1997?

R: Em 97 já tínhamos feito um caminho, já tinham passado 7 anos desde a criação e o Público sempre teve tradição de fazer jornalismo de ambiente. Havia várias pessoas a fazer ambiente: eu no Local, o Ricardo Garcia na Sociedade e o António Granado na Ciência - 3 jornalistas a fazer ambiente. Fora do jornal era uma área muito pouco coberta pelos jornalistas, tanto porque era muito específico como porque as pessoas não ligavam - o tema não tinha a relevância que tem hoje. Eu lembro-me que andava muitas vezes sozinha a fazer as coisas. Em 1997 foi a Kyoto e fui a única jornalista portuguesa que fui. Havia mais um jornalista na TSF que fazia ambiente e o Humberto Vasconcelos no Diário de Notícias, que se queixava muito de lhe darem pouco destaque.

Com o Público dá-se em Portugal mais importância ao jornalismo especializado em ambiente - e entretanto, o ambiente começa a entrar na “moda”.

Com o passar do tempo há uma subida e há uma descida de importância, isto é, há uma subida em que o ambiente passa de desconhecido nas redações para ser um assunto da agenda da mediática para entretanto, com as redações as esvaziarem-se com cada vez menos jornalistas, é outra vez uma área com muito pouca cobertura. O Público é bem exemplo disso porque neste momento, desde que saiu o Ricardo Garcia e eu estou a editar, não há ninguém especificamente a fazer ambiente.

Q: Quantos jornalistas de ambiente estavam no jornal?

R: 3

Q: Como é que era vista a profissão de repórter de ambiente?

R: Era um jornalista como outro qualquer. Os outros jornalistas invejavam um pouco o facto do jornal ter capacidade de ter jornalistas especializados - é normal, os jornalistas gostavam de poder embrenhar-se num tema em vez de aterrar num lado, aterrar noutra sítio sem saber as informações de contexto como deve de ser. O facto de haver especialização implica ter memória, ter background, perceber do assunto. Ainda por cima o ambiente é uma área que toca imensas disciplinas (Economia, Sociologia, Biologia, Química) muito técnicas e portanto convém perceber o mínimo, porque senão despeja-se conceitos sem os conseguir simplificar para o leitor comum e isso é fundamental para um jornalista - simplificar o discurso complexo e técnico de forma a conseguir chegar às pessoas.

Q: Que facilidades eram dadas aos jornalistas de ambiente?

R: Bem isto também começa porque um dos diretores do jornal (José Manuel Fernandes) foi dos primeiros jornalistas de ambiente do país (no Expresso). Ele acabou por não ser muito tempo porque depois foi para a direção.

Q: Qual o tipo de trabalhos que fazia em termos de:

extensão: reportagem/notícia/breve - Eu fazia de tudo

informação: trabalho de campo/telexes - Era muito ir aos sítios, falar com as pessoas de lá

fontes: oficiais (governo, ONGs)/científicas (cientistas)/activistas - Muitas associações ambientalistas, o governo também tinha de vez em quando em fazer algum tipo de comunicação mas eu acho que quando começamos não havia ministério de ambiente, era uma secretaria de estado.

Q: Quais eram os assuntos da agenda/temas em destaque ao reportar ambiente?

R: As alterações climáticas, era Kyoto.

2017

Informação geral

Q: Qual a função agora desempenhada?

R: Editora

Q: Qual era a dimensão da redação?

R: Mais pequena

Jornalismo de ambiente

Q: Como é reportar o ambiente em 2017?

R: Para já existe falta de meios humanos. Depois há muito mais fluxo de informação - em 1997 a internet era um bebé. Agora com o Google as pessoas têm muito mais facilidade em chegar aos temas, aos assuntos, e às vezes até a perceber coisas que tínhamos na altura que ligar para um especialista para nos explicar (o que também tem o perigo de ter informação completamente errada, já que não é completamente fidedigno).

Q: Quantos jornalistas de ambiente estão no jornal?

R: 0 a full-time mas quem faz mais ambiente é o Carlos Dias e o Idílio Revez (correspondentes do Local).

Q: Onde costuma estar inserido o ambiente?

R: Costuma estar em todo o lado à semelhança do que acontecia em 1997. Áreas protegidas, parque e poluição no local, clima, proteção dos oceanos no mundo ou na ciência e temas maiores (nacionais) são sociedade (estratégia para os resíduos p.e). Continua a ser transversal?

Q: Quais são os assuntos da agenda/temas em destaque ao reportar ambiente?

R: Há muito mais consciência do público e portanto há muito mais alertas, denunciam mais depressa, mais rapidamente e portanto é mais fácil chegar aos assuntos. O problema depois é quem vai reportar esses assuntos.

Introdução do online

Q: De que maneira o online influencia o processo de fazer notícias?

R: O online tem um problema para o jornalismo de uma forma em geral, que é para além de ter tirados os leitores - que acham que a informação que está no online é toda fidedigna quando não é - como agora é tudo instantâneo o que nos impede de fazer o que eu antes fazia, sair da redação e ir falar com as pessoas para confirmar a informação e tentar perceber melhor. Agora caí o assunto e ele tem que estar rapidamente no online o que faz com que estejamos muito mais tempo dentro da redação do que fora dela como estávamos antigamente.

Q: Será que tratar de processos longos faz com que a cobertura instantânea do assunto entre em conflito com o mesmo?

R: Claro que se reportam os desastres (focos de poluição do Tejo) agora há temas que vão sendo sempre acompanhados como é o caso das alterações climáticas e as florestas.

Q: Continua a haver uma aposta no ambiente por parte do jornal?

R: Eu tenho a certeza que a direção e toda a redação sente falta dessa área e se houvesse recursos tenho a certeza que estaria mais coberta - porque o mais importante continua a estar garantido. Agora o acompanhamento diário falha.

4. Idálio Revez

1997 e 2017

Informação geral

Q: Em que ano entrou para o Público?

R: 1989

Q: Qual era a sua função principal/função para que foi contratado?

R: Correspondente do Algarve. Na altura no Algarve estávamos 3 jornalistas - agora só estou eu. O ambiente aqui aparece como tema transversal de toda a informação da região, porque o ambiente tem haver com toda a economia e a política regional. Desde os municípios, os planos diretores municipais, os promotores imobiliários - todas as questões do Algarve encontram no ambiente uma linha condutora de interesses. Acabei por tratar mais de perto do ambiente por essa razão, muito ligado ao ordenamento do território também.

Q: Porque fazer tantas peças de ambiente? Pareceu apelativo ou foi atribuído?

R: Surgiu como atribuição, mas mais como necessidade de cobrir a atualidade. Há medida que os acontecimentos evoluem acabou por se tornar num tema chave para estratégia de notícia na região e de investigação nessa área.

Q: Qual é o seu background de carreira/ensino?

R: Vim da área de Letras e antes de me virar para o jornalismo (na TSF), fui bibliotecário.

Jornalismo de ambiente

Q: Como era reportar ambiente no ano de 1997? Como é que era vista a profissão de repórter de ambiente (pelos colegas/público/cientistas)?

R: Na altura havia um eco de opinião pública com menor recetividade para questões do ambiente por um lado porque, os protagonistas na altura (ambientalistas) eram vistos como maus da fita de tudo o que se passava na região - e daí que dar espaço noticioso aos ambientalistas era visto como algo estranho.

Dar tanta importância à opinião de um ambientalista sobre um projeto de um hotel em cima de uma arribas como um presidente da câmara a anunciar um investimento de muitos milhões (ou provavelmente valorizar mais a posição de um ambientalista) na altura não era visto com bons olhos. Hoje há muito mais recetividade para esta área.

Q: Qual era o rácio de peças ambiente que fazia vs. que agora faz?

R: Agora faço muito mais, isto é, não sei se a questão se pode colocar nessa forma. Na altura quando se falava de ambiente era mesmo ambiente: se as normas comunitárias eram aplicadas ou não, se algo estava a prejudicar ou não. O ambiente hoje é falado de uma forma muito mais transversal, isto é, quando falamos de alterações climáticas ou de planos diretores municipais falamos de ambiente.

Escrevi agora uma coisa sobre uma antiga fábrica de moagem em Faro que vai ser transformada num empreendimento de luxo e isso também é ambiente.

O que mudou essencialmente foi a linguagem e isso pode fazer a diferença. Mudou também a forma de comunicar já que da parte do jornalista teve que haver um esforço para adequar a linguagem e a forma aos tempos modernos da comunicação e aquilo que o leitor espera encontrar.

Q: Isto deriva um pouco da maneira como o jornalismo mudou no geral não?

R: Mudou imenso, agora exige-se mais de um jornalista. Não se pode apenas noticiar algo tem que se explicar e enquadrar os factos.

Q: É preciso ter alguma atenção em especial quando se cobre ambiente?

R: Do ponto de vista técnico e no caso do Algarve, que é uma região em que os problemas são bastante pertinentes, tem que haver algum cuidado na abordagem do ambiente.

O ambiente toca muito nos interesses do poder local e por isso a forma como se trata o ambiente tem que ter sempre em conta a política autarca. Já não se pode tratar destas temáticas apenas do ponto de vista ambientalista mas sim enquadrado na política geral da região - e em particular se está a falar de um município é importante conhecer as suas próprias diretrizes e a matriz que ele usa no seu dia-a-dia político. Por vezes na abordagem da recolha de informação não pode ser uma abordagem direta, tem que ser mais indireta.

Q: Ser jornalista do local e do ambiente é quase como uma dupla especialização. Ser jornalista especializado traz vantagens?

R: Sim tem que se ter em atenção mais vertentes. Traz imensas vantagens, mas o jornalista que cobre estas matérias também tem que ter em atenção que ele está muito mais exposto ao escrutínio público por se encontrar numa região e não num grande centro. Qualquer matéria que não seja bem sustentada é discutida no café ou na rua - e o jornalista tem contacto com isso no dia-a-dia.

Traz também a vantagem de sentir o pulsar e o eco da notícia no próprio local, o que também é interessante. Aproxima o sentido e o faro jornalístico. Cada vez mais se torna imprescindível o jornalista sair da secretária e ir a campo perceber o que se passa.

Q: Nesse aspeto se calhar ser correspondente traz uma liberdade de trabalho que não se tem numa redação não?

R: Traz alguma liberdade mas também traz dificuldades. Estás mais exposto do ponto de vista da crítica e exige cuidados acrescidos. Na redação tens mais oportunidade de trocar opiniões com colegas. Sozinho as coisas tornam-se mais difíceis - por exemplo já há dois dias que ando a correr por repartições de finanças para perceber como funciona o IMI (porque se liga com a notícia do ordenamento do território).

Q: Ser jornalista especializado no tema trazia vantagem para a maneira como era coberto? Será que no online e no instantâneo os jornalistas têm um entendimento tão grande como os jornalistas especializados?

R: Acho que há dois espaços e dois tempos e modos de tratar destas matérias. Há a notícia imediata que deve ser no online rápida (caiu uma falésia, há feridos não há feridos) mas depois - e aí acho que a vantagem é ser alguém que tenha memória do que já se passou e conheça a geografia da região e mesmo as políticas regionais - é preciso fazer enquadramento dos factos que o leitor quer saber e precisa de saber para a notícia para lá do instantâneo.

Mas eu acho que cada vez mais há espaço para jornalismo de investigação no jornalismo de ambiente.

Q: Será que o Público continua a apostar no ambiente?

R: O Público não foge à regra dos meios de comunicação social que têm vindo a ter cortes financeiros ao longo deste tempo. Mas penso que ainda seja um sitio onde este trabalho pode ser feito - não com os meios que todos nós desejaríamos - mas um dos poucos espaços em Portugal onde isso pode ser feito.

Q: Qual o contacto que se tem com o online e fazer notícias online quando se é correspondente?

R: Eu não sinto grande desvantagem nisso. Se calhar não sou propriamente a regra porque antes de trabalhar no Público trabalhei na rádio (TSF) e habituei-me ao imediatismo da notícia e portanto até tive que trocar esse imediatismo da rádio para o outro ritmo do jornal. Isto transmitiu-me desde o início a perceção de que deve haver ritmos diferentes de informação em que cada local que isso acontece. O online no dia-a-dia continua a ser a

melhor forma de transmitir informação mas continuo a pensar que não deve ser para descarregar tudo - o desenvolvimento ainda acho que deve ser transferido para o formato de papel. Acho que deve funcionar como montra do que vai sair do papel (adequando a linguagem para que o leitor não leia o mesmo conteúdo duas vezes).

Agora se esta paginação é a melhor forma de transmitir a informação, isso já é outra questão. Quando são textos maiores privilegio sempre o papel.

Q: Quais são os assuntos da agenda/temas em destaque ao reportar ambiente? São sempre os mesmos ou têm mudado?

R: O fascínio que eu sinto por esta área vem do facto de ver mudança de temas. A própria evolução da sociedade obrigou a alguma plasticidade na abordagem do assunto: novos protagonistas, novos temas, novas fontes. As universidades agora têm um grande papel na investigação do ambiente e portanto agora há importantes documentos que não existiam - o que fornece um *background* para abordar certos assuntos que não tinhas antes, que tinhas que andar a escavar.

Q: Sente a necessidade do público por notícias de ambiente?

R: Acho que há um público cada vez maior a pedir noticias de ambiente. Agora provavelmente temos que evoluir na maneira como reportamos porque há um público mais jovem que não se revê em alguns clichés.

5. Cláudia Carvalho Silva

2017

Informação geral

Q: Em que ano entrou para o Público?

R: Primeiro fiz o estágio cá, o estágio curricular em outubro de 2015 (e fiquei até ao início de Janeiro). Depois voltei para cá no início de janeiro de 2017.

Q: Qual era a sua função principal exercida nesses dois períodos?

R: Primeiro fui estagiária na secção Local Lisboa e agora sou jornalista na secção Online.

Q: Qual é o seu background de carreira/ensino?

R: Eu vim de Ciências e Tecnologias no secundário, depois fui para jornalismo na Universidade de Coimbra. Tirei também o mestrado em Comunicação e Jornalismo e agora fiz uma Pós-Graduação depois de entrar no jornal em Visualização de Informação (Jornalismo de dados, Infografias).

Introdução do online

Q: De que maneira o online influencia o processo de fazer notícias?

R: Se calhar é mais fácil explicar se falar nas diferenças que senti entre uma secção e outra. Primeiro senti que no Local havia um ritmo completamente diferente, ou seja, no Local tens uma a duas notícias por dia, havia dias que nem sequer havia nenhuma notícia e podias investigar e aprofundar temas - enquanto que no online tens que por Lusas, são publicadas muitas notícias por dia logo o ritmo de trabalho é completamente diferente. Também a questão de no Local fazer conteúdo relativo ao que se passa em Lisboa e no Porto enquanto que no Online se faz um pouco de tudo, pode ser Economia, Internacional, Sociedade, Ciência, Última Hora.

Q: Tens que ser mais multi-tasking.

R: Sim até porque nós não fazemos só notícias, nós também fazemos fotogalerias, embeds nos textos, acrescentamos links, info ou imagens a texto que não escrevemos - tudo em prol de o tornar mais dinâmico.

Q: O que é que o online pode trazer de novo à cobertura do ambiente?

R: Em primeiro lugar há uma questão importante que é quando há estudos, por exemplo, uma coisa que não se pode fazer no papel é por o link dos estudos. Depois facilita no acesso a toda a informação que precisamos para criar a notícia. Poder enviar e-mails a

investigadores e contactar muito facilmente também facilita imenso. A parte das redes sociais também é crucial porque às vezes são partilhadas imagens ou outros pontos de partida para outros trabalhos.

Q: E dificulta?

R: Acho que é um bocadinho a dificuldade que todo o online tem que se prende com às vezes as fontes não serem tão fidedignas assim ou do imediatismo que condiciona o processo de noticiar algo.

Jornalismo de ambiente

Q: Como é reportar o ambiente em 2017, o seguimento é mais diário ou é quando acontece alguma coisa?

R: Acho que há mais cobertura quando acontece algo que as pessoas consideram verdadeiramente relevante ou quando acontece alguma coisa. Às vezes se calhar é dada primazia a temas de economia ou política e essas notícias de ambiente são até renegadas para segundo plano. Por outro lado também já se tem visto que da parte dos leitores têm muito interesse em ambiente principalmente quando são temas como a poluição, animais extintos - mostram muito interesse, percebe-se quando está a ter tanta leitura.

Q: Qual é o rácio de peças ambiente/outras que faz?

R: Sinceramente não sei porque depende muito: há semanas em que faço quase uma por dia e outras em que não faço nada. Às vezes também puxamos Lusas mas não acontece tanto haver coisas de ambiente e quando existe até são mais, saiu este estudo ou celebra-se hoje o dia de qualquer coisa. Mas geralmente as de ambiente são as que tenho mais propensão a assinar porque consigo ver o estudo, consigo sempre acrescentar qualquer coisa.

Q: Porque é que tens mais propensão a assinar se for ambiente?

R: No online temos que fazer um pouco de tudo e acabamos por fazer notícias que são só um comunicado - algo que não me sinto tentar a assinar porque são dois ou três parágrafos. Num texto de ciência leio um press release, leio um estudo e percebo do que estão a falar, confronto com outras coisas que já foram publicadas anteriormente - sinto que está ali trabalho meu.

Q: Sentes que se torna mais fácil fazer peças de ambiente cada vez que fazes mais?

R: Acho que a partir do momento em que se começa a fazer mais de uma coisa é sempre para se desenvolver e se ficar melhor nessa coisa. No ambiente também acaba por acontecer sobretudo se forem áreas mais específicas - não estou a falar no meu caso mas - por exemplo, mas alguém que se foque só em poluição fica a conhecer melhor as fontes, o tema e que faça um melhor trabalho.

Q: Como é que cobre ambiente? Surgem histórias apelativas ou são atribuídas?

R: Um bocadinho das duas. Às vezes são os editores que sugerem por exemplo mesmo a secção de Ciência e por outras vezes sou eu que encontro ou recebo newsletter de revistas científicas e portanto acaba por ser um misto. As redes sociais também às vezes ajudam mesmo por parte das instituições, das revistas também é por aí.

Q: Quais são os assuntos da agenda/temas em destaque ao reportar ambiente?

R: Assim mais recentemente fiz uma infografia com a Cátia Mendonça sobre a água/seca, uma peça sobre a seca na África do Sul e uma peça com base numa reportagem da BBC sobre umas freiras mexicanas que estavam a ajudar a salvar um animal.

Q: Este tipo de ferramentas, as infografias, em que achas que ajuda o público a decifrar estes assuntos?

R: Ajuda muito porque às vezes explicar algo por via de texto - ainda que a informação esteja lá toda - não é suficiente ou não é imediato para que o leitor visualize logo o que está verdadeiramente a acontecer.

Q: Atualmente qual é a aposta do jornal em ambiente?

R: Eu lembro-me que antigamente havia a secção da Ecosfera e isso agora não deixou de existir mas não tem ninguém. O ambiente ultimamente tem delegado para Ciência, para a Ana Fernandes e para nós online que temos feito algumas coisas portanto diria que está mais delegado para Ciência.

Q: Antigamente havia muitos jornalistas especializados em ambiente. Será que ser jornalista especializado no tema traz vantagem para a maneira como é o coberto?

R: Acho que sim, acho que isso é inegável porque ter alguém que percebe do assunto é sempre melhor. Eu não tenho formação na área do ambiente portanto acaba por ser uma

coisa de que eu gosto mas certamente se houvesse alguém especializado no assunto era melhor para perceber melhor aquilo que está em casa.

Q: Por um lado existem jornalistas que têm a opinião que a melhor solução para a cobertura do ambiente seria um jornalista especializado enquanto que outros defendem que pelo menos os que cobrem mais frequentemente deviam ter alguma formação curta na área.

R: Sim sim eu concordo plenamente porque acho muito mais difícil ter os recursos para ter uma pessoa só para ambiente - já que há muitas áreas em que é preciso ter alguém só para essa área. Uma formação realmente poderia colmatar algumas falhas que podem haver - ficando mais em conta para o jornal.

6. Diogo Queiroz de Andrade

Q: Em que ano entrou para o Público?

R: Outubro de 2016.

Q: Que funções desempenhou/desempenha?

R: Diretor-adjunto com um enfoque grande na área digital.

Q: Como tem sido a evolução do jornalismo online desde aí?

R: O jornalismo online tem evoluído - não é por eu estar no Público ou não - mas tem evoluído cada vez mais no sentido em que nós temos em conta três grandes linhas de atuação. Por um lado a dedicação e interação maior com o leitor (porque nós no digital temos ferramentas que nos permitem perceber melhor o que é que o leitor está a ler, como é que o leitor está a ler e de que forma é que o podemos servir melhor). Obviamente que isto não quer dizer que nós mudemos o nosso conceito de informação ou alteremos aquilo que pretendemos fazer em termos informacionais mas ajuda na organização e apresentação da mesma.

Há muitos conceitos que têm haver com o digital - por exemplo com a experiência do utilizador - que enformam muito o nosso digital e a forma como preparamos o nosso digital.

Q: Em que é que o online pode contribuir para a cobertura de jornalismo especializado?

R: Eu acho que um título como o Público tem um grande caminho para fazer ainda nessa área mas tenho claramente a noção que é esse o caminho que nós devemos traçar. O *breaking news* toda a gente dá, e não é preciso ser particularmente especializado para pegar num take da Lusa e transforma-lo numa notícia e publicá-lo.

Nós não estamos preocupados em ser mais rápidos, nós estamos preocupados em ser os melhores, ou seja, dar o contexto, dar a análise para que a pessoa possa entender a informação, porque passar a informação em bruto é fácil! Não só é fácil como é simplista - e não é isso que o leitor precisa. O Mundo está mais pequeno mas a verdade é que está mais complexo e nós temos dificuldade em perceber as implicações das coisas e por isso é que é importante fazer aquilo que o Público tem feito que é manter nos quadros uma série de jornalistas que há tantos anos acompanham bem os temas de forma a que consigam explicar as ramificações do que acontece.

Esse é o grande serviço que queremos prestar aos leitores, aliás acho que é por isso que o Público se consegue colocar no mercado como um jornal de subscrição cujo trabalho precisa de ser pago - porque este jornalismo de análise que dá ao leitor as ferramentas de fundo para ele poder realmente perceber o que se passa normalmente não é feito.

Nós ainda temos um grande caminho para percorrer no online, ainda falta fazer muita coisa a esse nível e nos próximos meses e anos veremos ainda mais coisas do Público a esse nível porque nós sabemos que tudo o que tenha haver com explicação sabemos que tem que ser ainda mais facilitado ao leitor.

Às vezes um determinado tipo de leitor quer-se especializar num determinado tipo de informação - claro que isto não é fácil de fazer porque há um leitor que se quer especializar em orçamento do estado e outro que se quer especializar-se sobre o que se passa na Coreia do Norte. E nós temos tido capacidade para responder a tudo isto agora, nem sempre respondemos da forma mais clara em termos da acessibilidade da informação e portanto o que vamos fazer é simplificar esse acesso - e temos um grande caminho para trabalhar ainda.

Q: Em termos mesmo da especialização das pessoas no online - não seria possível especializar cada pessoa no online num tema, em vez de serem todos um pouco conhecedores de tudo?

R: Vamos lá ver, o online é uma plataforma tal como o papel é uma plataforma. Nós temos os jornalistas especializados e eles trabalham para todas as plataformas. O passo que nos falta dar é organizar melhor alguma informação para a plataforma online já que é ela normalmente organizada para o papel e isso sim deve ser feito: tornar mais claro para quem consulta o online essa informação.

Q: Como tem sido a evolução da cobertura de ambiente no jornal?

R: Posso falar dos meus tempos como leitor e uma das coisas que sempre me marcou enquanto leitor do Público foi que tem uma grande atenção à ciência e ao ambiente. O ambiente era uma parte integrante do jornal e ainda é hoje - houve alturas em que o Público teve um maior impacto nas questões ambientais, alias eu diria que foi um dos responsáveis por tornar o ambiente mainstream em Portugal.

Hoje a situação é diferente porque o tópico já se instalou e já temos esta noção que o ambiente é uma questão importante - e o jornal acompanhou esta mudança na sociedade, que é uma herança que nos orgulhamos muito.

Gostávamos de dar mais destaque ao ambiente e não podemos dar porque temos constrangimentos (que todas as redações têm) mas sabemos que ele é extremamente importante. O que temos feito é tratar o ambiente das várias formas ou seja tratamos o ambiente na ciência, na economia, a nível político - porque o ambiente é um tópico transversal.

Temos noção que temos de o tratar mais e melhor até por um objetivo muito simples: queremos agradar aos leitores mais jovens e a questão ambiental é uma questão que preocupa os leitores mais jovens.

Também a nível geo-estratégico damos muita importância ao ambiente porque tudo o que tem haver com acordos internacionais que discutem ambiente e que são realmente eficientes na prevenção de problemas ambientais a nível global são questões geo-políticas - e por isso também estamos no internacional.

Q: Qual a importância da cobertura de ambiente para o Público em termos de competitividade/leitores?

R: Cada vez mais é uma aposta do jornal, temos muita atenção a isso sim.

Q: Em que é que o online pode contribuir para a cobertura do jornalismo de ambiente (em termos de novas formas/ferramentas a utilizar)? Será que há algum tipo de projetos que se podem criar à volta desta temática

R: Há sem dúvida nenhuma, por duas razões: por um lado quando estamos a falar de questões políticas os explicativos, as perguntas e respostas que nos expliquem algo tão simples e complexo como porque é que os USA saíram dos acordos de Paris e por outro lado tudo o que tem haver com multimédia e ao nível de imagem ajuda-nos bastante a compreender. O ambiente continua a ser uma questão muito visual e se nós falamos de poluição nós podemos demonstrar essa poluição - e se eu hoje já posso pegar num *drone* e sobrevoar a poluição do Tejo como nós mostramos um mês antes e lançamos o tema na praça pública foi graças a esse multimédia que filmamos, editamos e o apresentamos como uma reportagem. A reportagem também saiu no papel e as fotos também eram poderosas - mas não é o mesmo que um vídeo e nunca poderá ser.

No online há muito mais espaço, não há limitação de espaço e podemos fazer tudo o que é digital: fotografia, vídeo e fotogaleria, e tudo isso nos permite trabalhar e ter acesso ao tipo de coisas.

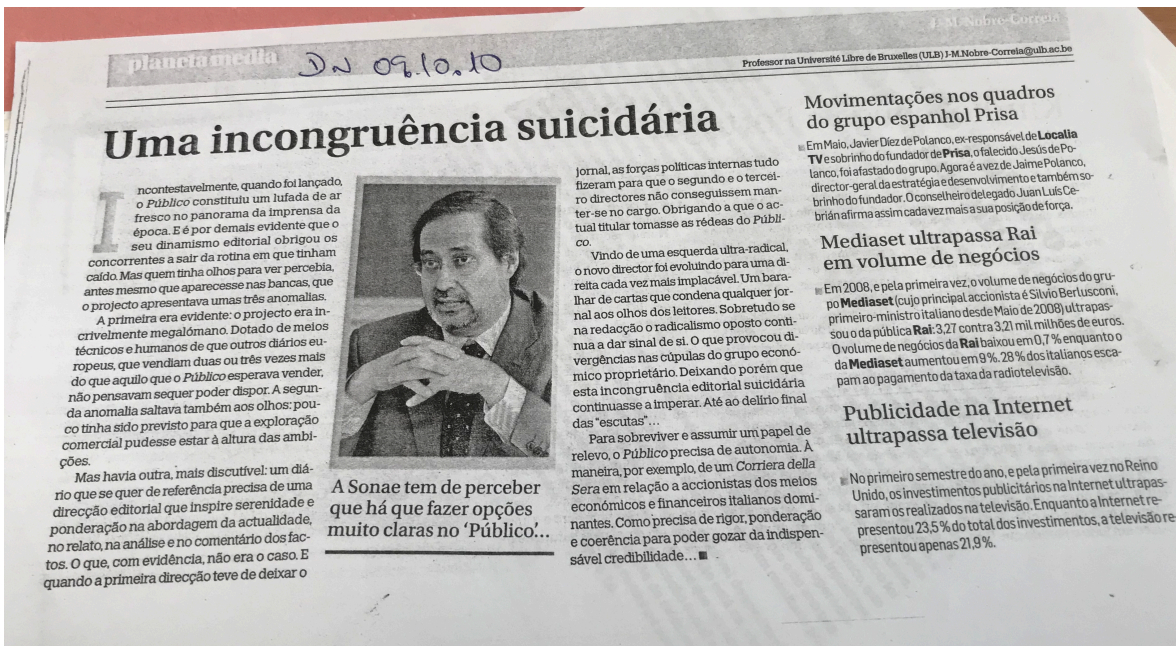
Há outro aspeto ainda muito importante que é a interatividade: o facto de nós podermos perceber que o leitor está mais interessado em questões relacionadas com o ambiente também nos obriga a fazer mais peças relacionadas com o ambiente - e isso tem sido ótimo.

ANEXO B

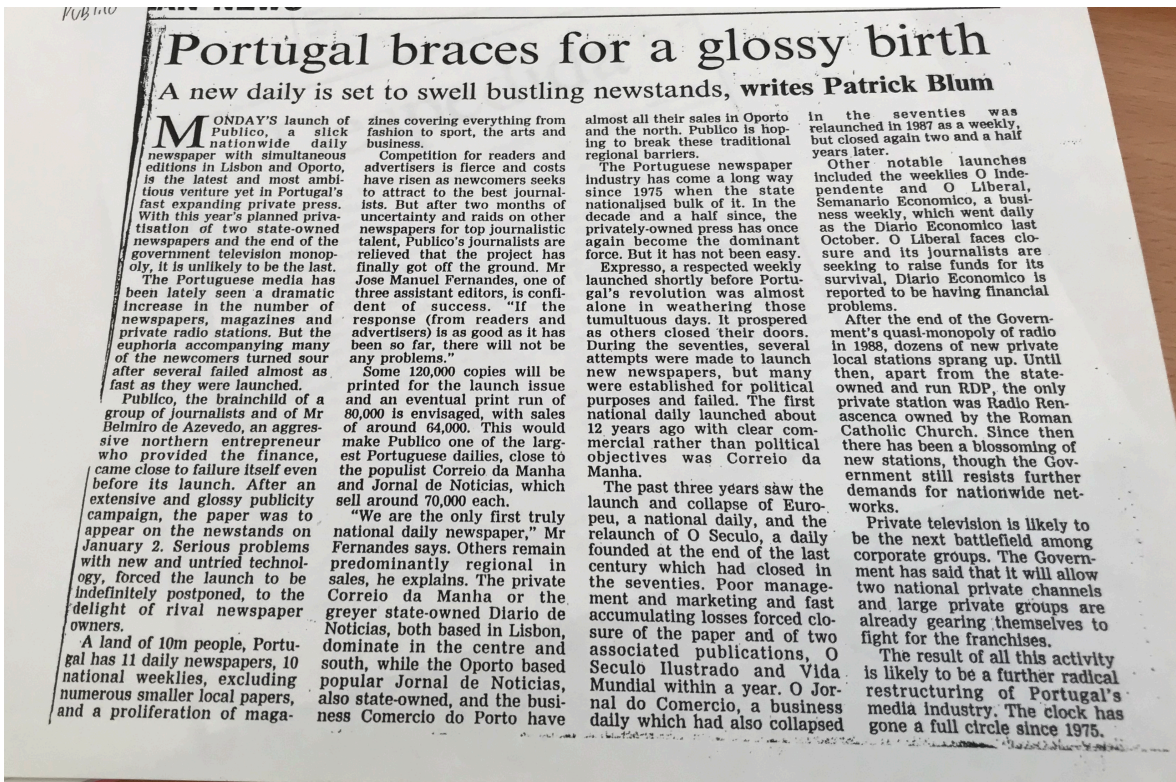
Grelhas de análise dos conteúdos noticiosos do
Público

ANEXO C

Referências obtidas no arquivo do Público



1. Nota de rodapé (1) e (4)



2. Nota de rodapé (2)